



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Maria da Penha Lage Camargo

**ECONOMIAS TRANSFORMADORAS: NOVAS POSSIBILIDADES PARA O
DESENVOLVIMENTO**

Florianópolis

2024

Maria da Penha Lage Camargo

**ECONOMIAS TRANSFORMADORAS: NOVAS POSSIBILIDADES PARA O
DESENVOLVIMENTO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Maria del Carmen Cortizo, Dra.

Florianópolis

2024

Camargo, Maria da Penha Lage

Economias transformadoras: novas possibilidades para o desenvolvimento / Maria da Penha Lage Camargo ; orientadora, Maria del Carmen Cortizo, 2024.

103 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Economias transformadoras. 3. Desenvolvimento. 4. Bem viver. I. Cortizo, Maria del Carmen. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

Maria da Penha Lage Camargo

Título: Economias Transformadoras: novas possibilidades para o desenvolvimento

O presente trabalho, em nível de Mestrado, foi avaliado e aprovado em 23 de maio de 2024,
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Maria del Carmen Cortizo, Dra
Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Profa. Camila Capacle Paiva, Dra
Instituição UNESP

Prof. Roberto Marinho Alves da Siva, Dr
Instituição UFRN

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Profa. Liliane Moser, Dra.
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Profa. Maria del Carmen Cortizo, Dra.
Orientadora

Florianópolis, 2024.

Dedicado a todos aqueles que, direta e indiretamente, fizeram parte dos
meus aprendizados!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois sem Ele não estaria aqui!

À minha família, especialmente, minhas filhas Sofia e Brenda e meu esposo Cézar, que tiveram paciência e me apoiaram nesta etapa. Minhas irmãs, que deram suporte enquanto estava nas aulas presenciais. Minha cunhada Creusa, que com certeza me ajudou muito, cuidando para que tudo ficasse em ordem. Minha mãe, que, mesmo distante, sempre me apoiou.

Aos meus amigos que torceram por mim, não deixando que eu desanimasse.

Agradeço aos colegas de trabalho, que compreenderam o momento que estava vivendo e respeitaram o meu tempo, de maneira especial: Graziela, Lisielen, Marlete, Maura, Sandra e Viviani, que me estimularam muitas vezes e fizeram diferença.

Aos meus amigos da Rede de Gestores de Economia Solidária que estiveram sempre ali para dar suporte quando precisava.

À minha orientadora, Maria del Carmen, pela confiança e orientação em todo o processo.

Aos professores que compuseram a banca de qualificação: Camila Capacle Paiva, Leandro Pereira Morais e Jussara Freire dos Santos, por terem contribuído para o resultado final. Certamente cada um fez a diferença neste resultado.

Aos professores que compuseram a banca de dissertação: Camila Capacle Paiva, Roberto Marinho Alves da Silva e Ronalda Barreto Silva pela grata oportunidade de compartilhar com cada um este momento, que é um marco em minha vida.

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!

Poema "Das Utopias" (1951) de Mário Quintana

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar, comparativamente, as quatro economias transformadoras que são consideradas no Fórum Social Mundial de Economias Transformadoras – FSMET. É um espaço onde atores de todo mundo têm oportunidade para apresentar experiências e debater os temas pertinentes ao desenvolvimento territorial com práticas transformadoras, sendo elas: Economia Solidária, Economia dos Comuns, Economia Feminista e Economia Agroecológica. Serão destacadas as suas origens, as principais características de cada uma e quais são as diferenças e convergências existentes entre elas. Para se chegar a estas respostas foi realizada pesquisa bibliográfica. Iniciou-se com a contextualização de conceitos sobre economia, quais as questões diretamente imbricadas e o desenvolvimento, mostrando que o crescimento e desenvolvimento tem significados diferentes. A pesquisa sobre cada economia focou sobre o objetivo da dissertação, sendo observadas a confluência e complementariedade que existe entre elas. Cada uma tem seus pontos específicos, mas não são concorrentes entre si. O ponto focal para que elas ocorram de fato é a participação da comunidade, pois a transformação necessita começar de dentro para fora, ou seja, na comunidade, pela comunidade e com a comunidade.

Palavras-chave: Economias transformadoras; Desenvolvimento; Bem viver.

ABSTRACT

The aim of this paper is to comparatively analyze the four transformative economies that are considered at the World Social Forum on Transformative Economies (WSFTE). It is a space where actors from all over the world have the opportunity to present experiences and debate issues relevant to territorial development with transformative practices: Solidarity Economy, Economy of the Commons, Feminist Economy and Agroecological Economy. Their origins will be highlighted, as will the main characteristics of each one and the differences and convergences between them. In order to arrive at these answers, bibliographical research was carried out. It began by contextualizing concepts about economics, which issues are directly intertwined with development, showing that growth and development have different meanings. The research into each economy focused on the objective of the dissertation, observing the confluence and complementarity that exists between them. Each has its own specific points, but they are not in competition with each other. The focal point for them to actually occur is community participation, because transformation needs to start from the inside out, i.e. in the community, by the community and with the community.

Keywords: Transformative economies; Development; Well live.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –The core subsystems in a framework for analyzing social-ecological systems	52
Figura 2 – Gráfico comparativo: Agronegócio e Agricultura Camponesa.....	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro comparativo entre Agronegócio e Agroecologia	69
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Economia Solidária, características e conceitos.....	44-45
Tabela 2 – Configurações para o ecossistema	52-53
Tabela 4 - Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos	61-62
Tabela 4 – Correlação do Código de Ética e as Economias transformadoras....	91-92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIO – Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro

ADEC - Associação de Desenvolvimento Cultural e Educacional

AEFAF – Associação da Escola Família Agrícola de Fronteira

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COOPERTÊXTIL - Cooperativa de Produção Têxtil de Para de Minas

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

FAO - Food and Agriculture Organization

FIB - Felicidade Interna Bruta

FSMET - Fórum Social Mundial de Economias Transformadoras

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INOVARTE – Grupo Inovação Através da Arte

INSS – Instituto Nacional de Previdência Social

ITCPs - Incubadoras de Tecnologias de Cooperação Populares

MCC – Mondragón Corporación Cooperativa

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONGs – Organizações não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

REDE CAU: Rede Carioca de Agricultura Urbana

SES – Sistemas Socioecológicos

SIOF – Serviço de Incentivo às Organizações Produtivas

SPG - Sistema Participativo de Garantia

SRI - Systems of Rice Intensification ou Sistemas de Intensificação do Arroz

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UNISOL - Central de cooperativas e Empreendimentos Solidários

UNITRABALHO - Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho

UNIVENS - Cooperativa Unidas Venceremos

UPD São roque – Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento São Roque

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CONCEITOS	23
2.1	O QUE É ECONOMIA	23
2.2	O QUE É DESENVOLVIMENTO.....	30
3	ECONOMIAS TRANSFORMADORAS	36
3.1	ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	42
3.1.1	Experiências na Economia Solidária	47
3.2	ECONOMIA DOS COMUNS	49
3.2.1	Experiências na Economia dos Comuns	56
3.3	ECONOMIA FEMINISTA.....	59
3.3.1	Experiências na Economia Feminista	67
3.4	ECONOMIA AGROECOLÓGICA.....	68
3.4.1	Experiências na Economia Agroecológica	77
4	CONFLUÊNCIAS, PONTOS EM COMUM E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	79
4.1	ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA AGROECOLÓGICA.....	80
4.2	ECONOMIA DOS COMUNS E ECONOMIA FEMINISTA.....	81
4.3	ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA FEMINISTA.....	82
4.4	ECONOMIA FEMINISTA E ECONOMIA AGROECOLÓGICA.....	83
4.5	ECONOMIA DOS COMUNS E ECONOMIA AGROECOLÓGICA.....	84
4.6	ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA DOS COMUNS.....	84
4.7	PONTOS EM COMUM E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	85
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS	95
	ANEXO A – Total e Proporção de mulheres Câmara dos Deputados	102
	ANEXO B – Proporção de cadeiras ocupadas por mulheres no exercício na câmara dos deputados	103

1 INTRODUÇÃO

A trajetória de cada pessoa apresenta-se nas formas em que essa se expressa. Esta dissertação é fruto da parte de uma trajetória de vida. O trabalho em desenvolvimento de grupos, em 1997, foi realizado em uma cidade no interior de Minas Gerais, logo após a formação acadêmica em Serviço Social. Naquele trabalho, junto com profissionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER, notou-se o quão importantes são a participação e a organização da comunidade para traçar estratégias de desenvolvimento local. Percebeu-se que o sentimento de pertencimento era necessário para a construção de algo em comum.

Anos depois, em 2012, com a mesma percepção, iniciou-se o trabalho, no Serviço de Incentivo às Organizações Produtivas – SIOP, junto às políticas de Economia Solidária em Joinville/SC. Desde essa época até os dias atuais, realizou-se o trabalho de representante do município dentro da Rede de Gestores de Economia Solidária, também fazendo parte da Coordenação Executiva da Rede. De 2012 a 2023, o trabalho foi focado, em primeiro plano, com a Economia Solidária. A partir de 2016, focou-se em concomitância com outro trabalho voltado para incubação de empreendimentos, sendo eles solidários ou não. Nos trabalhos desenvolvidos havia algumas frentes: Economia Solidária, comercialização, assessoria às unidades de reciclagem e incubação. Os processos de trabalho transitavam entre si.

No segundo semestre de 2023, iniciou-se atividade laborativa em um território da cidade, dentro de um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Uma das principais atribuições do CRAS está em desenvolver atividades em grupo conforme perfil, buscar fortalecer e empoderar quem dele participa. Trabalhando diretamente na ponta da Assistência Social, percebem-se muitas demandas que podem ser trabalhadas na perspectiva do desenvolvimento local, porém, muitas vezes, na dinâmica do dia a dia, tornam-se tarefeiros e se afastam do que deveria ser primordial para trabalhar junto com a comunidade.

O serviço social baseia-se em instrumentos e métodos multidisciplinares, buscando solucionar questões desfavoráveis para grupos sociais. Ele promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empoderamento e a promoção da pessoa. É uma profissão de caráter interventivo.

Suas principais áreas de atuação são assistência social, saúde, justiça, educação, relações de trabalho, habitação, entre outras. Atua em empresas privadas, Estado e no terceiro setor (associações, ONGs – Organizações não Governamentais).

Algumas disciplinas acadêmicas ligadas à formação do profissional que atuará nesta área são: antropologia, direitos humanos e cidadania, desenvolvimento econômico, local e territorialização, família e sociedade entre outras que podem variar conforme cada instituição de ensino.

O serviço social, por possuir este caráter interventivo, acaba por influenciar e ser influenciado pela história, participa do processo e, por este motivo, está diretamente envolvido na transformação da realidade em que está inserido. Mais que simplesmente ouvir e encaminhar, é uma força motriz que constrói, junto com a sociedade, novas perspectivas que trazem a transformação. O serviço social sempre tem em suas ações a perspectiva de avançar para além da construção projetos, programas e planos. Estratégias são fundamentais para superação das demandas que sejam apresentadas, o que exige para uma efetividade maior, serem pensadas em conjunto com aqueles que são atendidos.

Uma das grandes demandas do serviço social, principalmente quando se refere à territorialização, é o desenvolvimento da comunidade. Objetivando o fortalecimento territorial, que além de ajudar no desenvolvimento de pertença, seja na família, no trabalho ou na comunidade em si, vai provocar, entre outras coisas, o empoderamento. Esta provocação é o impulsionamento do indivíduo acolhido e acompanhado a ser mais participativo para que sua capacidade de tomada de decisões seja mais ativa. Esse fator, nas economias transformadoras, é trabalhado como autogestão pelos olhares da cooperação e da democracia.

O serviço social tem várias áreas de atuação, assim como nas políticas públicas, podendo agir nos níveis básicos, médios ou de alta complexidade. Mas, quando se fala sobre desenvolvimento territorial, ele pode ser abordado em qualquer nível, a depender do que será abordado. O trabalho de sensibilização, mobilização e organização é realizado paulatinamente e é importante que se parta da realidade daquele lugar e, das situações trazidas pelas pessoas que ali vivem, porque ninguém melhor do que elas para saber o que passam diurnamente.

Antes até mesmo da sensibilização, é necessário que o serviço social esteja comprometido com uma escuta qualificada de grupos para absorver os

apontamentos trazidos pela comunidade. É ela que irá discutir se precisa ou não avançar para resolução das questões levantadas. Se quiser mudar tal cenário, ainda terá que se perguntar qual a ordem de prioridades, como e qual o tempo necessário para resolução de tais demandas. É papel do serviço social ser mediador e, muitas vezes o incentivador desses grupos.

As demandas sociais estão diretamente ligadas às questões econômicas assim como afirma a Constituição Federal de 1988 sobre os direitos: o direito ao trabalho, à renda, à alimentação, ao transporte e à moradia digna. Muitas famílias, porém, passam por situações de vulnerabilidade e direitos violados porque não conseguem acessá-los. A luta pelos direitos sociais está diretamente conectada com as questões econômicas,

A “questão social” é indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz amplamente. Ela envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho –, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania (IANNI, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e luta que acumule forças para o reconhecimento das necessidades de cada um e de todos os indivíduos sociais. É na tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e do conformismo que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair – ou deles fugir porque tecem a trama da vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2018, p.119-120)

A leitura de nossa sociedade sempre trará as mais diversas lutas e essas são para buscar uma nova forma que possa atender às demandas, algumas centenárias e outras emergentes. As lutas também fazem parte das economias transformadoras que fomentam a equidade, a democracia. Viabilizar o acesso aos direitos é o embate constante que o serviço social tem como tarefa, assim como as economias transformadoras também são propostas para que os direitos fundamentais sejam atendidos e respeitados,

[...]essa sociedade apresenta um terreno minado de resistências e lutas travadas no dia-a-dia de uma conjuntura adversa para os trabalhadores, as quais carecem de maior organicidade para terem força na cena pública. Poderiam ser citadas, entre muitas outras: as lutas dos trabalhadores sem-

terra pela reforma agrária; dos trabalhadores sem teto nas cidades; dos assalariados rurais e urbanos; o movimento das nações indígenas pela preservação de seu patrimônio material e cultural; dos quilombolas em defesa de suas terras e de sua identidade; das mulheres do campo e da cidade pelo reconhecimento de seus direitos; dos velhos trabalhadores, hoje aposentados; dos afrodescendentes pela preservação de suas raízes e direitos; além das expressões culturais de contestação da juventude trabalhadora da periferia das grandes cidades. Essa multiplicidade de sujeitos e de formas de luta tem uma trama comum, oculta na diversidade de suas expressões: a trama dos destituídos de todas as formas de propriedade afora a sua força de trabalho – o conjunto dos membros das classes trabalhadoras forçados na sociabilidade sob o comando do capital. A sua sobrevivência depende da produção direta dos meios de vida ou da oferta de emprego pelo capital – cada dia mais restrito e carente dos correspondentes direitos – para obtenção do equivalente necessário à sua sobre vivência e preservação de patrimônio cultural. (IAMAMOTO, 2018, p.118)

Iamamoto (2018), traz uma contribuição sobre a concepção de cidadania e democracia; ponto de vista esse que pode ser comparado ao que se diz sobre o desenvolvimento com as economias transformadoras, que visam o ser humano em sua centralidade na busca do bem viver e não na acumulação econômica,

Essa consideração requer uma concepção de cidadania e de democracia para além dos parâmetros liberais. Como sustenta Coutinho (2000, p. 50), “a cidadania entendida como capacidade de todos os indivíduos, no caso de uma democracia efetiva, de se apropriarem dos bens socialmente produzidos, de atualizarem as potencialidades de realização humana, abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado”. Nessa concepção abrangente, a democracia inclui a socialização da economia, da política e da cultura na direção da emancipação humana, isto é, da erradicação dos processos de exploração, dominação e alienação. (IAMAMOTO, 2018, p.131)

As economias transformadoras vêm como novas possibilidades de desenvolvimento, valorizando as potencialidades humanas e seu entorno. Antes de falar de cada uma delas, discorrer-se-á sobre alguns conceitos que as norteiam.

A proposta desta dissertação vai além do seu objetivo de discorrer sobre as quatro economias transformadoras: Economia Solidária, Economia dos Comuns, Economia Feminista e Economia Agroecológica, ao ressaltar as características, pontos em comum e convergências. Mostra, também, a possibilidade de trabalhar economias transformadoras nos territórios, uma vez que essas vão ao encontro dos princípios éticos da profissão. Reforça-se algo precioso para o serviço social, na busca da democracia, da igualdade, da não discriminação, do empoderamento e, sobretudo, na busca garantia dos direitos daqueles que atendemos no cotidiano.

O estudo dessas economias certamente é de grande relevância para o serviço social, pois traz uma melhor compreensão das dinâmicas econômicas, permite também ao profissional o entendimento das diferentes formas, sua organização e estruturação, as quais podem ou não, afetar a comunidade e seus habitantes. Isso oportuniza identificar alternativas econômicas inclusivas.

E ainda é possível citar a promoção de justiça social, pois as economias transformadoras têm esse viés explícito na redução de desigualdades e exclusões dentro da sociedade. É importante, também, ressaltar a construção de parcerias e redes colaborativas que fortalecem as ações de intervenção, o que acarretará no aumento do impacto positivo dos atos empreendidos.

A questão que motivou esta pesquisa foram as poucas reflexões do Serviço Social em relação às Economias Transformadoras. O estudo, bem como o aprofundamento dessa temática, vêm para ampliar os conhecimentos dos profissionais do segmento, com informações relevantes sobre as abordagens das questões comunitárias e econômicas de maneira mais abrangente e eficaz. Essa conexão é essencial para promover justiça social, empoderar comunidades e contribuir para a construção de sociedades mais justas, igualitárias e sustentáveis.

O ser social é carregado de histórias e vivências. Essa carga causa impacto conforme as interações que ele tem com seu entorno. O olhar modificador das economias transformadoras já existe há séculos. Contudo, o seu reconhecimento como tal vem crescendo à medida em que crescem as desigualdades e os desequilíbrios: ambiental, economias mundiais, consumo inconsciente e as constantes evoluções/involuções do desenvolvimento humano.

Este trabalho tem como foco as economias transformadoras – não foram relacionadas todas as existentes e suas variáveis, em virtude da multiplicidade de nomes, que concerne ao lugar onde se desenvolvem. Consideram-se, então, economias transformadoras aquelas que causam impacto no modo de vida das pessoas que as praticam, não por uma obrigação legal, mas por compreensão da necessidade de trabalhar a sustentabilidade da nossa casa, que é nosso planeta.

O ponto de partida são as economias transformadoras apontadas pelo FSMET (Fórum Social Mundial de Economias Transformadoras), sendo: Economia Solidária, Economia dos Comuns, Economia Feminista e Economia Agroecológica. Serão tratadas as mais conhecidas no Brasil, outrossim, será feita menção das

desenvolvidas na América do Sul e na Europa (berço de várias experiências relacionadas a novos modelos de economia).

As economias transformadoras são um jeito diferente de viver. Uma forma mais humanizada, que trabalha a centralização na qualidade de vida das pessoas. A proposta delas é o não pensar apenas em recursos financeiros, mas, sobretudo, em como gerar transformação nas suas localidades. Levam-se em conta o convívio social e seus arranjos, que se efetivam como uma nova forma de resolver mazelas causadas pela vida de fadiga imposta pelo modelo atual, trazendo o adoecimento de seus trabalhadores e família.

Em nosso cotidiano, cada vez mais, vemos o tempo se esvaír. Ele traz consigo a angústia do não cumprimento de todas as tarefas e afazeres, dando-nos a falsa impressão de que as horas diminuem. A necessidade pujante de rever como, quando e onde se quer viver, torna-se, cada vez mais, questão travada nos dilemas diários que a humanidade tem passado. A velocidade das transformações, que deveria ser remédio, acaba sendo também veneno.

Mais uma vez, toma-se emprestado o FIB (Felicidade Interna Bruta) para enfatizar que este pilar é o principal indicador dessas modalidades, tornando o PIB (Produto Interno Bruto), totalmente secundário na medição do crescimento econômico, haja vista que o primeiro prioriza o ser humano e sua qualidade de vida. Ao se apontar suas características primordiais, é possível perceber algumas confluências acerca da sustentabilidade, da solidariedade, da autogestão, da cooperação, da igualdade de gênero etc., comuns em ambas as vertentes.

A principal fonte e referência de textos são as elaborações de Paul Singer. O escritor Paul Singer teve uma grande contribuição para a sociedade, não só brasileira, mas para todo mundo. Não há possibilidade de citar todos os títulos que escreveu (perto de 170). Suas obras tratam sobre desenvolvimento, capitalismo, globalização, desemprego, exclusão social e Economia Solidária.

A metodologia utilizada foi o estudo exploratório através de pesquisa bibliográfica fundamentada em dezenas de publicações nacionais e internacionais, para descrever e analisar as características destas economias, seus pontos em comum e suas convergências.

A divisão deste trabalho deu-se com a seguinte organização:

- Introdução – onde se informa sobre a dissertação;

- Conceitos – antes de falar sobre as economias transformadoras, foi prudente de antemão, trazer à luz algumas informações que poderão, de certa forma, aclarar o assunto principal. Assim, serão abordadas algumas questões referentes ao conceito de economia e de como ela infere em várias questões sociais. Fez-se necessário também conceituar o desenvolvimento e a reflexão de qual tipo de desenvolvimento se quer;
- Economias Transformadoras – este capítulo foi dedicado a elucidar sobre as quatro economias transformadoras, citadas pelo FSMET - Fórum Social Mundial de Economias Transformadoras: Economia Solidária, Economia dos Comuns, Economia Feminista e Economia Agroecológica, exemplificando com práticas já existentes;
- Confluências, pontos em comum e principais características – teremos resultados referentes às convergências, pontos que sobressaem em cada uma e o que é comum às quatro economias;
- Considerações finais - serão enunciados, de forma sucinta, os pontos tratados em todo o trabalho.

2 CONCEITOS

É relevante introduzir alguns conceitos para entender o contexto do trabalho, pois com base nestes conceitos poder-se-á compreender melhor sobre a temática de economias transformadoras. Neste capítulo será pontuado sobre conceitos referentes à economia e ao desenvolvimento.

2.1 O QUE É ECONOMIA

Muitos teóricos defendem que os sistemas econômicos mundiais são cíclicos e cada um conta esses ciclos de formas diferentes. Alguns por anos, outros por fatos ou ainda pelos modelos financeiros que são classificados. Singer, em seu livro "O que é Economia" (2002), diz que se podem distinguir três significados, sendo: o 1º como Ser Econômico, cuidando com os gastos e evitando desperdícios; o 2º como a Atividade Econômica, que visa ganho pecuniário e proporciona a quem a exerce rendimentos em dinheiro e o 3º como a Ciência, que sistematiza o conhecimento sobre as atividades econômicas.

Nas próximas linhas, discorrer-se-á sobre uma pesquisa bibliográfica acerca das diversas modalidades transformadoras, em busca de fazer a confluência que existe entre elas. E para tal, faz-se necessário falar sobre desenvolvimento e crescimento. Kate Raworth, em seu livro "Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo", traz uma reflexão sobre o sistema financeiro começando pela concepção de Xenofonte, na Grécia antiga. Ele a define combinando oikos (que significa casa de família ou agregado familiar), com nomos (regras ou normas). Xenofonte inventou a arte de gerir um lar para assim chegar até uma definição mais humanizada:

A concepção humanista finalmente recebeu atenção e credibilidade mais ampla. Poderíamos dizer que ela começou a fazer parte da corrente dominante com o trabalho do economista e filósofo, Amartya Sen – pelo qual ganhou um Prêmio Nobel. O foco do desenvolvimento, argumenta Sen, deveria estar em “fazer avançar a riqueza da vida humana, não da economia na qual os seres humanos vivem”. Em vez de priorizar métricas como o PIB, o objetivo deveria ser ampliar as aptidões das pessoas – tais como serem saudáveis, empoderadas e criativas – de modo que elas possam decidir ser e fazer, na vida, as coisas que valorizam. E a realização dessas aptidões depende das pessoas terem acesso aos artigos básicos da

vida – adaptados ao contexto de cada sociedade – que vão de uma alimentação nutritiva, saúde pública, educação, segurança pessoal e voz política. (Raworth, 2019, p. 34, 35).

A economia como política de desenvolvimento, reiteradamente tem impacto direto na sociedade de modo integral: na qualidade de vida, na estrutura organizacional, no desenvolvimento social etc. Ela é incessantemente mensurada pelo PIB (Produto Interno Bruto), que mede o crescimento em números. Há que se questionar: o que é exatamente essa expansão? Como ela impacta? E, mais que isso, a que custo? Estas dúvidas estiveram presentes onde Donella Meadows (uma das autoras do relatório Limites do Crescimento - 1972), disse que “O crescimento é um dos objetivos mais estúpidos já inventados por qualquer cultura”. Além de indagar o que é, por que, para quem, quem pagaria a conta, quanto tempo iria durar, qual seria o custo para o planeta e quanto seria o suficiente? Suas incertezas eram consideradas radicais, mas também ecoavam os pensamentos de Kuznets (o criador do conceito). Este autor trazia a observação acerca de que dever-se-ia distinguir entre quantidade e qualidade nos custos e benefícios, alertando sobre um olhar tanto para curto quanto para o longo prazo, além de "o que" e "para quê".

A sociedade atual vive em constantes transformações alucinantes, com novas tecnologias, surgimento e exclusão de campos de trabalho, mudanças em acordos e regras outrora estabelecidos e outros que, com as variações cotidianas, tornam estas discrepâncias uma disputa interminável. Bem como as alterações econômicas, que também passam por mutações. Há quem diga que os modelos econômicos têm seu ciclo de vida e que, em algum momento, poderão se modificar ou, até mesmo, desaparecer para que outro surja.

No Brasil temos uma diversidade de sistemas financeiros, muitas vezes, invisibilizados diante da gigantesca globalização e do capitalismo que, por ora, impera não somente em nosso país, mas no mundo.

Para entender porque são tão relevantes essas perspectivas renovadoras, faz-se necessário levantar outras questões pertencentes a uma contextualização sobre o sistema econômico em que se vive. E para esta tarefa, serão utilizados "emprestados" alguns indicativos de Singer, em uma viagem histórica acerca da economia, onde serão ponderadas as revoluções industriais e a globalização, temas que perpassarão outros mais, como o desemprego, crises

econômicas e o desenvolvimento/crescimento econômico. Em 1972, foi publicada a sua obra: "Curso de introdução à economia política"¹. Já nessa época, o autor buscava realizar uma leitura sobre os modos de produção, o mercado de trabalho e o desenvolvimento financeiro social. Na obra, há capítulos específicos tratando da repartição de renda, acumulação e concentração de capital, nível de emprego, entre outros. No referido trabalho, ele afirma que:

O capitalismo só surge como modo de produção no século XVI na Europa, sob a forma de "manufatura"... A conquista de colônias em outros continentes abriu novos mercados à manufatura europeia, permitindo-lhe expandir-se em novos campos. A Revolução Industrial, a partir do último quartel do século XVIII, uma nova fase na história do capitalismo... (Singer, 1972, p. 137 - 138).

No mesmo feito (1972, p. 139), Singer aponta a globalização quando menciona sobre como "o capitalismo industrial iniciou sua trajetória triunfante na Grã-Bretanha, ainda no século XIX, que penetrou no continente europeu", expandindo-se com grande força nos Estados Unidos, Japão e Alemanha. A condição, segundo o autor, para a mundialização era a aceitação do liberalismo. Ele cita até a segunda² revolução fabril, que tem suas bases nos campos metalúrgico e químico, ponderando que,

"[...] o capitalismo está esgotando o seu papel histórico: tendo surgido como um modo de produção que revolucionou a técnica de modo contínuo e sistemático, ele elevou os níveis de produtividade do trabalho humano a níveis nunca antes sonhados." [...] A revolução industrial foi a grande realização histórica do capitalismo, e sua rápida difusão permitiu ao capitalismo tornar-se o primeiro modo de produção universal da história. (Singer, 1972, p. 145).

Em outra obra de Singer (1999, p. 19), ele irá apontar que a primeira tentativa de multinacionalização se deu na metade do século XIX, com a movimentação de mercadorias e capitais através das fronteiras, ela "afundou com a Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918) e, pouco depois, com a grande crise dos anos 30, seguida pela Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945)". A

¹ Esta obra provém de aulas que foram proferidas em um curso que aconteceu em 1968, no Teatro de Arena, em São Paulo, a convite de entidades estudantis da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

² Em outras leituras pode-se observar a existência da terceira revolução, sendo considerada revolução técnico-científica e é nesta em que se destaca o uso dos computadores, a informática e a biotecnologia e, da quarta que se fala da indústria 4.0 com elementos ligados à robótica e à inteligência artificial. (As 4 Revoluções Industriais - Cola da Web)

multinacionalização irá se reerguer, somente após a última Grande Conflagração, encabeçada pelos Estados Unidos.

Na mesma elaboração, ainda pretextam dois momentos: o primeiro, em que a aproximação dos mercados financeiros das pátrias trouxe expansão e crescimento manufatureiro; o segundo, em que a multinacionalização passou a ser a causadora da desindustrialização e empobrecimento de cidades inteiras. Ou seja, ao passo que se encontram países e regiões com mão de obra, impostos e incentivos melhores, as empresas tendem a fechar as portas nas localidades onde os custos estão mais elevados, porque visam a redução de despesas, para uma maior lucratividade.

Em seu livro: “Globalização e Desemprego – Diagnóstico e Alternativas” (também de 1999), Singer expõe que os impactos dessa mundialização implicam diretamente sobre o desemprego, subemprego e a exclusão social. Aqui, ele aborda sobre as consequências que cada reforma fabril causou, em especial a terceira, onde diz que ela:

[...]expulsa do emprego milhões de pessoas que cumprem tarefas rotineiras, que exigem um repertório limitado de conhecimentos e, sobretudo, nenhuma necessidade de improvisar em face de situações imprevistas. É neste tipo de tarefas que o cérebro eletrônico se mostra superior ao humano, tanto em termos de eficiência quanto de custos. Ao mesmo tempo, as aplicações da microeletrônica criam novos postos de trabalho, provavelmente em menor número, dos quais uma parte requer qualificação elevada (programadores, por exemplo) e outra requer apenas prática (ex. digitadores). (Singer, 1999. p. 18 - 19).

Ambos os eventos supradescritos, favorecem o desemprego massivo, sendo uma responsável direta pela inocupação tecnológica e a outra pela estrutural que, na atual conjuntura, somam e se amplificam.

Segundo matéria no site do IBGE (Desemprego | IBGE), os dados levantados, no 3º trimestre de 2022, apontam que o número de desempregados³ (desocupados), é de 9,5 milhões; a taxa de desemprego (desocupação), é de 8,7%; o de desalentados⁴ é de 4,3 milhões e a taxa de subutilização⁵ é de 20,1%. À guisa

³ Os desempregados ou desocupados são as pessoas que não estão trabalhando, porém tomaram alguma providência efetiva para encontrar trabalho e estão disponíveis para assumi-lo, caso encontrem.

⁴ Os desalentados são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuraram trabalho por acharem que não encontrariam. Vários são os motivos que levam as pessoas a desistirem de procurar trabalho, entre eles: não encontrar trabalho na localidade; não

desses dados, Singer prepondera no livro “Globalização e Desemprego – Diagnóstico e Alternativas (1999) para além da falta de trabalho: a forma da inocupação estrutural, a precarização do labor e as demissões no ímpeto tecnológico como consequência da mundialização.

Uma grande preocupação dele era sobre as questões do mercado empregatício e, para tanto, debruçou-se nesta obra fazendo uma análise acerca da degradação do mercado. A exautoração, a exclusão social e possíveis alternativas para tais tópicos foram estudados. Com as revoluções, o comércio foi, inevitavelmente, alterando-se, desaparecendo e surgindo novas esferas de trabalho. Contudo, as demissões ainda se sobrepõem às oportunidades. E em meio a essas mutações, quem acabou por se desabrochar, com ainda mais velocidade, foi a globalização.

Ao mencionar os aspectos de ocupação contratual com estes novos processos observa-se que, cada vez mais, muitas empresas têm terceirizado seus serviços. Elas tiram funções de seus quadros fixos e subcontratam profissionais em caráter provisório, por tempo pré-determinado, de forma eventual, em tempo parcial, estagiários, entre outros moldes. Afora a atualização das modalidades consagradas, traz-se para a precarização o desnudamento da outra face do capitalismo. Ela traz como consequências o enfraquecimento dos sindicatos, os direitos trabalhistas diminuídos e a exploração do trabalhador, ainda mais pujante em locais onde não existem legislações que os proteja. Essa situação permite que o empregador determine as regras como melhor lhe convir.

Como não poderia deixar de ser, a contrarrevolução do capital teve como consequência, em todos os países, o aumento da exclusão social. Trata-se, na realidade, de um processo cumulativo: a precarização do trabalho tornou-se eleito para uma parcela crescente da força de trabalho a legislação do trabalho, inclusive a que limita a jornada a 8 horas, determinando ainda descanso semanal e férias. Essas conquistas históricas do movimento operário foram decisivas para limitar a extensão do desemprego em face do crescimento acelerado da produtividade do trabalho durante os anos dourados (1945 - 73). Agora todos os ocupados por conta própria, reais ou informais, perderam estes direitos. Seus ganhos

conseguir trabalho adequado; não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso, não ter experiência profissional ou qualificação.

⁵ A subutilização da força de trabalho, que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda desde 2013, e que seja medida pelos órgãos oficiais de estatística, engloba os desocupados, aqueles na força de trabalho potencial e os subocupados por insuficiência de horas. A taxa é a porcentagem que esta subutilização representa dentro da força de trabalho ampliada (pessoas na força de trabalho somadas à força de trabalho potencial).

em geral se pautam não pelo tempo de trabalho dado, mas pelo montante de serviços prestados. (Singer, 1999. p. 29 - 30).

Aqui (1999, p. 31), o autor vai despontar para o crescimento da carestia. E a denomina como uma “nova pobreza”, pois sua origem se dá na classe média, aos que “perderam seus empregos para robôs ou trabalhadores de países periféricos.” Neste cenário, aqueles que mais sentiram o impacto são estes novos desalentados, em que a maioria tinha salários acima da média e terão, de algum modo, dificuldades em retornar ao mercado na mesma função e com o mesmo honorário.

O capitalismo, as reformas fabris, a globalização, a fragilização e flexibilização das formas de trabalho contribuíram diretamente para a exclusão social. E tal desabono tende a ser tratado ou percebido de várias maneiras. São reportadas as duas óticas que Singer (1999 p.59-83) fala: Individualista e Estruturalista.

Individualistas

- São contrários à proteção do trabalhador, veem tais proposições como obstáculos para a expansão do emprego e da economia;
- Atribuem as desigualdades às interferências institucionais e a sua origem às naturais e inevitáveis diferenças entre os indivíduos;
- Afirmando que a distribuição de renda serve para criar pobres profissionais e que tudo deve ser feito de modo a incentivá-los a ajudarem a si mesmos para prosperar;
- Concebem a inclusão social como ação de autogestão, seja abrindo um negócio ou concorrendo a um emprego, indo para escola ou adquirindo qualificação. Ignoram a falta de capital e novamente dão ênfase à dedicação, vontade e persistência própria.

Estruturalistas

- Afirmando que as instituições de bem-estar social são indispensáveis à proteção dos excluídos, visando lhes proporcionar oportunidades para que tenham chances no mercado;

- Acreditam que a desigualdade é uma decorrência natural da economia; são a favor da redistribuição de renda, seja direta ou indiretamente, dos ricos aos pobres;
- Querem engajamento do governo, de forma sistemática, na distribuição de renda para que ninguém corra o risco de não ter as necessidades básicas atendidas;
- Consideram como dever do Estado a promoção de um processo público e inclusão social, com treinamento para os desempregados, financiamento e assistência a pequenas empresas ou comunidades de trabalho, entre outros.

Ao explicar a relação entre as duas óticas, a desconformidade nos conduz, também, ao aprofundamento de suas causas que podem ser tanto individuais como estruturais e/ou a combinação de fatores condicionantes. Mas nos dias hodiernos, as perspectivas individualistas têm dominado as discussões, sob a bandeira do neoliberalismo, as quais afirmam que:

O único dever dos governos é equilibrar os seus próprios orçamentos, desregulamentar a economia (particularmente o mercado de trabalho) e reduzir o peso dos impostos que recaem sobre os negócios de modo a facilitar e estimular a acumulação privada de capital. (Singer, 1999, p. 66 - 67).

Limitar o Estado para trabalhar, tão somente em favor de um determinado grupo, seja ele abastado ou não, descaracteriza um Estado democrático, que precisa cumprir com seu dever em atender a todos os povos, sobre os quais tem governança. Se assim o for, de um jeito ou de outro, já estará forjada uma estirpe de exclusão.

As exclusões social e de mercado de trabalho, por si só, provocam a sua terceira versão (a econômica), que por sua vez, também culmina na supressão por cor, religião, gênero e escolaridade...

No interior das hierarquias profissionais de empresas públicas e privadas, bem como em organizações sem fins lucrativos, os critérios de admissão geralmente incluem um nível mínimo de escolaridade. Essa explicação só é suficiente para diferenças entre salários baixos e médios, e assim mesmo pode-se duvidar que a educação seja o determinante mais importante, uma vez que a influência de outros fatores, como local de moradia, gênero, raça, contatos pessoais e sorte pura também devem ser levados em consideração. (Singer, 1999, p. 103 - 104).

Quando se fala de desqualificação social, aumento da pobreza e desemprego, acima de outras mazelas, que qualquer sistema econômico pode trazer, entramos no assunto que diz respeito ao crescimento, em termos de cidadania.

2.2 O QUE É DESENVOLVIMENTO

Na obra intitulada “Desenvolvimento e Crise” (1982), Singer traz à baila essa discussão, observando que muitos autores utilizam os mesmos critérios para definir as terminologias, sem a distinção entre os países que são considerados emergentes dos subemergentes. A baixa expansão financeira é fator determinante para se caracterizar ambos cenários. Ele vai discorrer sobre vários autores que buscam explicar esse tema sob teorias Neoclássica, Individualista e Estruturalista e cita Marshall, Barre, Gannagé e Durkheim, permitindo-se concluir que:

[...]desenvolvimento é um processo histórico[...] Desenvolvimento é o processo de passagem de uma Economia Colonial para outra diferente, capitalista ou centralmente planejada, nas condições históricas do mundo contemporâneo. (Singer, 1982. p. 34).

Fazendo referência à Luzia Neide Coriolano no seu artigo “Lazer e Turismo para o Desenvolvimento na Escala Humana” (p130-131) quando fala que o modelo de desenvolvimento adotado pelo mundo, assim como pelo Brasil, foi trazido dos países ricos ocidentais. Coriolano faz a seguinte crítica: “Para haver desenvolvimento não necessariamente se precisa seguir o modelo dos países ricos”. Pontua ainda sobre a fragilidade da sociedade civil produzida por este modelo que possui “pouca competência técnica e política para negociar e influenciar políticas públicas.”

O desenvolvimento local é aquele realizado em pequenos lugares de forma participativa, levando às mudanças socioestruturais, com o caráter endógeno. Nele, os habitantes possuem relativa autonomia para explorar o potencial do território que beneficie a maioria deles, e decidir como cada um pode contribuir com inovações. São os residentes os agentes principais do desenrolar de todo processo de desenvolvimento e zelam pela qualidade dos relacionamentos interpessoais, interinstitucionais, aproveitam as sinergias em benefício da coletividade. (Coriolano, 2013, p.133).

O desenvolvimento deve ser pensado a partir das realidades e das potencialidades locais, respeitando as culturas, os valores e os direitos humanos dos diferentes povos e comunidades. Como as economias transformadoras trabalham o local, damos ênfase neste termo sendo que, o desenvolvimento local implica a participação e a organização dos atores sociais, a valorização da educação e do conhecimento, a distribuição da riqueza e a prudência ecológica.

O desenvolvimento local é um processo complexo que envolve várias dimensões importantes. Aqui estão algumas abordagens e estratégias para alcançá-lo segundo o artigo de Luíza Neide Coriolano (2013, p.126-141):

1. **Inclusão Social:** O desenvolvimento local deve priorizar a inclusão de todos os membros da comunidade. Isso significa garantir que todos tenham acesso a oportunidades, serviços e recursos, independentemente de sua origem, gênero, idade ou condição social.
2. **Diversificação da Economia Local:** É essencial promover a diversificação das atividades econômicas em uma região. Isso pode ser feito incentivando pequenos negócios, apoiando setores emergentes e criando oportunidades de emprego local.
3. **Inovação na Gestão Pública:** Uma administração pública eficiente e inovadora é fundamental para o desenvolvimento local. Isso envolve a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da comunidade, promovam a transparência e a participação cidadã.
4. **Proteção Ambiental:** O desenvolvimento local sustentável deve considerar o meio ambiente. Significa adotar práticas que preservem os recursos naturais, reduzam a poluição e promovam a resiliência ambiental.
5. **Uso Racional de Recursos Naturais:** A gestão responsável dos recursos naturais é crucial para o desenvolvimento local. Inclui o uso sustentável da água, energia, terra e outros recursos disponíveis no território.
6. **Mobilização Social:** A participação ativa da comunidade é primordial. Requer o engajamento dos moradores, líderes locais, organizações da sociedade civil e outros atores para trabalharem juntos na construção de um futuro melhor para a região.

Adverte-se que o desenvolvimento local não está relacionado apenas ao crescimento econômico, mas com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a conservação do meio ambiente. Portanto, é importante considerar todas essas

dimensões de forma integrada para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e voltado para as necessidades da comunidade. É necessário o comprometimento da comunidade local,

O desenvolvimento, sobretudo se quer ser humano, social e sustentável, exige o protagonismo local. Os maiores responsáveis pelo desenvolvimento de uma localidade são as pessoas que nela vivem. Sem o interesse, o envolvimento, o compromisso e a adesão da comunidade local, nenhuma política de indução ou promoção do desenvolvimento alcançará êxito. (Paula, 2008, p.10).

Compreender o desenvolvimento como um processo histórico e entender que a ascensão econômica não se vincula apenas a uma variável ou indicador, deixam claro que quando se propõe um novo “modus vivendi” no sistema financeiro, precisa-se levar em consideração o que se espera alcançar com esse molde atual, qual é a elevação almejada e como se pretende chegar ao referido alvo.

Para além do conceito relacionado ao desenvolvimento é importante ressaltar sobre as questões relacionadas a ele quando os governos buscavam respostas para resolver as crises geradas por guerras e pós-guerras, recessões e escassez, questões inflacionárias e de ordem econômica, saúde entre outros fatores. Um dos grandes objetivos que os governos buscam é o pleno emprego.

Pensar em pleno emprego traz à memória que, no passado, a solução para obter tal resultado foi compensada através da redução na jornada de trabalho e a desaceleração do crescimento econômico. Este encontrava-se descompassado, em virtude da velocidade em seus avanços, não absorvida pela comunidade em geral. No entanto, esse desenlace não é mais viável diante do presente cenário, haja vista o aumento de demissões e a piora considerável das relações contratuais de trabalho.

Hoje, o que se oferece em face ao pleno emprego, é qualificação e treinamento aos possíveis trabalhadores, mas, comprovadamente, não existem vagas suficientes para atender a demanda, especialmente, se todos optassem pelas certificações oferecidas e exigidas (em alguns segmentos). Outra proposição é a transição do desempregado em microempreendedor ou autônomo. O que, todavia, gera mais uma inadvertência é a falta de experiência profissional em diversos campos no ímpeto gerencial, causando o despreparo para operacionalizar seu próprio negócio.

Outra solução que fora aplicada é a migração. Países, com problemas severos de degradação empregatícia massiva, encaminham seus exautorados para outras pátrias, visando a possibilidade de se estabelecerem em pequenas empresas. Com a mais tenra certeza, citam-se, a exemplo, as colônias italianas e alemãs no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, no Brasil. Porém, em tempos hodiernos, esta estratégia também não é mais de aplicabilidade eficaz.

E ainda pode-se ressaltar o deslocamento, por parte das empresas, para regiões que dispõem de mão de obra barata e sem regimes trabalhistas consolidados. Sobre tal, Singer (2002, p. 113 - 114), afirma que,

É preciso considerar que a abertura de mercados ao comércio e o deslocamento de empresas para países de trabalho barato são mudanças estruturais que tendem a se esgotar no tempo. Provavelmente, nos próximos decênios, o deslocamento de postos de trabalho industriais e de serviços do centro da economia mundial para a periferia perderá intensidade. Muito vai depender também do ritmo de crescimento das economias nacionais, estimuladas por novos padrões de consumo que decorrem dos efeitos não só da revolução microeletrônica, mas também da genômica e de outras frentes da biotecnologia. E da capacidade das potências dominantes de manter alguma ordem no mercado financeiro global, para evitar que crises financeiras localizadas (que são quase ininterruptas, variando apenas de lugar a cada período), se transformem em crises globais.

Soluções, outrora apontadas pela globalização, podem perder a sua serventia em um futuro próximo, já que o sistema sofre mudanças repentinas e faz-se necessário repensar o agora, com base em observação do passado, a fim de planejar ações para a posteridade.

Percebe-se que, no setor econômico, não se trata apenas de números. O planejamento de ações está fortemente ligado a outras ciências sociais e políticas públicas das quais recebe influência e estímulo, neste escopo de crescimento das economias nacionais, em nosso século. E parafraseando Raworth, em "Economia Donut", necessitamos de gestores que velem pelas necessidades de todos os habitantes. Quando é abordado o sistema de produtividade, automaticamente traz-se à tona os demais planos de governo que, igualmente, impactam diretamente nas condições comunitárias das pessoas:

Nos últimos sessenta anos tem havido passos extraordinários no bem-estar humano. A criança média nascida no planeta Terra em 1950 podia esperar viver apenas 48 anos; hoje, essa criança pode esperar 71 anos de vida. Desde 1990, o número de pessoas vivendo em extrema pobreza – menos

de 1,90 dólar por dia – caiu para menos da metade. Mais de 2 bilhões de pessoas obtiveram, pela primeira vez, acesso à água potável e banheiros. Tudo isso enquanto a população humana cresceu quase 40%. (RAWORTH, Kate, 2019, p. 13).

Kate Raworth ainda expõe a respeito do número de óbitos das crianças abaixo de cinco anos, por assuntos de simples tratamento de saúde, que acomete mais de 70 milhões de mulheres e homens jovens, que não conseguem encontrar trabalho. Privações desta estirpe têm se mantido exacerbadas por conta de crescente falta de seguridade. Acrescentam-se os esclarecimentos acerca da crise financeira de 2008, que abalou a economia global, e as mudanças climáticas devido à devastação do planeta em que vivemos, afetando essencialmente o ar, a terra e a água.

A temperatura global média já aumentou em 0,8°C, e estamos a caminho de um crescimento de quase 4°C por volta de 2100, o que prenuncia inundações, secas, tempestades e aumento do nível do mar em uma escala e intensidade que a humanidade nunca antes presenciou. Cerca de 40% das terras agrícolas do mundo estão agora seriamente degradadas e, por volta de 2025 duas pessoas em três viverão em regiões com problemas hídricos. Ao mesmo tempo, mais de 80% das áreas de pesca do mundo estão plena ou excessivamente exploradas, e o equivalente a um caminhão de lixo de plástico é jogado no mar a cada minuto: nesse ritmo, por volta de 2050 haverá no oceano mais plástico que peixe. Estes já são fatos avassaladores, mas as projeções de crescimento aumentam ainda mais o desafio pela frente. A população global se encontra hoje na casa de 7,3 bilhões, e espera-se que atinja quase 10 bilhões em 2050, estabilizando-se, por fim, em cerca de 11 bilhões em 2100. Espera-se que a produção econômica global – a se acreditar nas projeções de manutenção das condições de atividade atuais – cresça 3% por ano até 2050, duplicando o tamanho da economia global por volta de 2037 e quase o triplicando em 2050. A classe média global – aqueles que gastam entre dez e cem dólares por dia – deve se expandir rapidamente, de 2 bilhões de pessoas hoje para 5 bilhões em 2030, provocando um surto de demanda por materiais de construção e produtos de consumo. São essas as tendências que moldam as perspectivas da humanidade no começo do século XXI. (RAWORTH, Kate, 2019, p. 13).

O sistema financeiro está diretamente conectado às circunstâncias sociais, ao seu próprio desabrochamento e ao progresso humano. Então, como se deve pensar essa expansão? Existe uma vertente de pensadores que expressam o decréscimo como saída para se evitar o grandioso colapso, tão citado pelas estudadas projeções.

Assim como Raworth, o autor Serge Latouche (2009), também faz apontamentos nesta linha de raciocínio, mencionando a quão desenfreada está a humanidade no seu consumismo. Ponderando que as pessoas vivem um círculo

vicioso, no qual dilapidam-se cada vez mais com futilidades vendidas como necessidades e cada vez menos com utilidades essenciais à existência. Afora a durabilidade ínfima dos produtos tornando-se altamente descartáveis, em virtude de consertos mais caros que novas aquisições e em detrimento da sua própria qualidade. Ele explana acerca de o quanto podemos crescer de maneira salubre, sem culminar numa asfixia generalizada a ponto de não conseguirmos, sequer, sobreviver. Haja vista que nosso planeta tem recursos finitos, sendo incapaz de absorver o infinito que está sendo produzido. Outrossim, ele também pondera sobre a que custo estamos resistindo a tamanha contraposição.

[...]Com a obsolescência programada, a sociedade do crescimento possui a arma absoluta do consumismo. Em prazos cada vez mais curtos, os aparelhos e equipamentos, das lâmpadas elétricas aos pares de óculos, entram em pane devido à falha intencional de um elemento. Impossível encontrar uma peça de reposição ou alguém que conserte. Se conseguíssemos pôr a mão na ave rara, custaria mais caro consertá-las do que comprar uma nova (sendo esta hoje fabricada a preço de banana pelo trabalho escravo no sudeste asiático) [...] (LATOUCHE, 2009, p. 21 - 22).

Latouche (2009, p. 22 e 23), ainda continua relacionando o excesso de trabalho e o que isso tem causado, citando como exemplo a França em 2005:

Transformamo-nos, assim, em “toxicodependentes” do crescimento. Aliás, a toxicodependência do crescimento não é apenas uma metáfora. Ela é polimorfa. A bulimia consumista dos fissurados em supermercados e lojas de departamentos corresponde ao workaholismo, o vício em trabalho dos executivos, alimentado, conforme o caso, por um consumo excessivo de antidepressivos e até, segundo pesquisas inglesas, pelo consumo de cocaína para os escalões superiores que querem “estar à altura”. O hiperconsumo do indivíduo contemporâneo “turbo-consumidor” redundava numa felicidade ferida ou paradoxal. Os homens nunca alcançaram tamanho grau de derrelição. A indústria dos “bens de consolação” tenta em vão remediar essa situação. Nesse terreno, nós, franceses, somos detentores de um triste recorde: compramos, em 2005, 41 milhões de caixas de antidepressivos. Sem entrar nos detalhes dessas “doenças criadas pelo homem”, resta-nos apenas assinar embaixo do diagnóstico do professor Belpomme: “O crescimento tornou-se o câncer da humanidade.”

Para além do consumismo, os questionamentos sobre o comportamento humano, dos autores supramencionados, dentre tantos outros, provocam o repensar sobre o modo de vida: o que se deseja, o preço que se dispõe a pagar e a direcionar a inflexão acima, a curto prazo, reflexionando em termos de média ou longa dilação.

La denominada “Gran Transición” es un marco conceptual que abarca una nueva visión de una economía y una sociedad sostenibles (Raskin et al. 2002). Se basa en la afirmación de que los valores sociales, los estilos de vida y las estructuras del sistema económico actual no están definidos de forma rígida, y que pueden y deben cambiar si queremos tener la posibilidad de resolver las crisis globales de hoy. Las teorías y proyectos de la transición como la Economía Social y Solidaria, el Buen Vivir, el Decrecimiento o la Economía del Bien Común proponen alternativas económicas descentralizadas, democratizadas y ecológicas. Se trata de modelos de soluciones complejas donde valores como la solidaridad, la colaboración, la coparticipación o la cohesión social constituyen valores esenciales y donde el centro de las preocupaciones se resitúa en lo humano y en el planeta. (FERNÁNDEZ, POSADA, 2017, p. 063).

Explanou-se, anteriormente, as indagações ligadas ao desenvolvimento, à economia, às crises, ao desemprego, ao crescimento a qualquer custo, ao consumismo, dentre tantos outros aspectos. Na sequência explorar-se-ão formas diferentes pela busca da sobrevivência da humanidade, imbricada ao meio em que se insere. Assim, a proposta deste trabalho apresenta possíveis caminhos para os novos horizontes desse ímpeto, que já são utilizados em várias partes do mundo. Esses caminhos serão denominados como Economias transformadoras.

3 ECONOMIAS TRANSFORMADORAS

São sistemas econômicos que buscam converter as relações, sobretudo as monetárias, num sentido mais legítimo, equitativo e sustentável. Fundamentam-se em princípios de solidariedade, cooperação, democracia financeira, justiça social e uma visão de mundo mais holística, que a subentende como parte integrante de um ecossistema. Esses sistemas objetivam superar as desigualdades em ambientes gerados pelo próprio método convencional atual, por meio do estímulo à participação democrática dos cidadãos na tomada de decisões, inclusive, nas econômicas.

Transformar economias é um conceito que reúne aquelas propostas de transformação socioeconômica que apontam para um mesmo horizonte, experimentando e construindo práticas socioeconômicas diferentes da economia de mercado tradicional.

É uma corrente que constrói modos de viver, modos de fazer economia – de trabalhar, viver, consumir, conviver – assentados em bases materiais e culturais que mostram que existem outros modos de viver.

Este fenômeno não é uma soma de processos isolados, mas sim um ecossistema de experimentação onde diferentes comunidades ou áreas, dependendo de suas origens, culturas, possibilidades ou prioridades, experimentam e constroem novas práticas socioeconômicas. (Site: Economias Transformadoras | O que são Economias Transformativas? - Guia de vagas).

Conforme o site: <https://transformadora.org/es/economias-transformadoras> do Fórum Social Mundial de Economias Transformadoras - FSMET, os moldes transformadores possuem algumas peculiaridades fundamentais, que os diferenciam do convencional. Algumas delas incluem:

1. **Solidariedade:** Alicerçadas em premissas de cooperativismo, ao invés de competição, procuram caminhos mais efetivos dentro da concepção de colaboração mútua e compartilhamento de recursos.
2. **Democracia Econômica:** Estimulam a fração democrática dos cidadãos na tomada de decisões, com o objetivo de nutrir sistemas em que todos os membros da comunidade participem igualmente.
3. **Justiça Social:** Visam combater as desigualdades, desenvolvendo uma sistemática mais distributiva, em que os urbanitas tenham acesso congruente aos recursos e oportunidades disponíveis e/ou ofertados.
4. **Sustentabilidade Ambiental:** Acolhem a sua importância na construção de um modelo justo, intuíam criar sistemas de crescimento e expansão que respeitem os limites do planeta e se ocupem com estratégias de regeneração dos ecossistemas.
5. **Diversidade Cultural:** Valorizam e lutam, por reconhecerem seu papel significativo frente à sociedade como um todo.

Ao adentrarmos nas economias transformadoras, é importante salientar o conceito que perpassa as propostas de transição, permitindo destacar quatro vertentes, que conversam entre si e com outras possibilidades, tornando-se o cerne do círculo virtuoso delas. São:

- **A economia social e solidária**, com comércio justo e finanças éticas, construída sobre os fundamentos do cooperativismo e da construção de mercados sociais, hibridizando a economia social tradicional com novas práticas de auto-organização e democratização da economia em todos os elos do ciclo econômico, proporcionando bens e serviços para a satisfação das necessidades em vez de lucro.
- A economia baseada nos **comuns ou comuns**, com suas três grandes subfamílias: comuns urbanos, comuns naturais e comuns digitais. Comum, como terceira via na forma de gestão de recursos e produção de valor, com base na gestão comunitária, quebrando a dualidade estado-mercado como os únicos espaços visíveis e legitimados para a produção, gestão e alocação de recursos do sistema econômico.
- **Economias feministas**, deslocar mercados e capitais como centro de organização socioeconômica e colocar a vida e todos os processos que possibilitam de forma sustentada, com especial importância da economia assistencial e do papel fundamental das mulheres e valores feminizados nesse processo.

• **Agroecologia e o movimento pela soberania alimentar**, com seu papel fundamental na reformulação do modelo agroalimentar como peça básica para o sustento da vida, que também é o repensar da nossa relação com a Terra e dos ciclos naturais, e que, portanto, conecta sua luta com todas as lutas pela defesa da terra, liderados pelo ambientalismo social e movimentos como o desacerto. (Site: Economias transformadoras | Fórum Social Mundial das Economias Transformadoras).

Mesmo definindo as quatro economias acima citadas, já destacadas no presente instrumento, abordar-se-ão, de maneira sucinta, outras economias que, para alguns, poderão ter o viés transformador ou, de apenas, chancelador da economia predominante. Cita-se algumas delas:

- Economia Azul: O Portal ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na matéria: O que é Economia Azul (2022), traz alguns conceitos. O Banco Mundial define-a como “uso sustentável dos recursos oceânicos para o crescimento econômico, melhores meios de subsistência e empregos, preservando a saúde dos ecossistemas dos oceanos.”;
- Economia Circular: Conforme o site Parlamento Europeu, na publicação: Economia Circular: definição, importância e benefícios (2023), ela é definida como: “modelo de produção e de consumo que envolve a partilha, o aluguel, a reutilização, a reparação, a renovação e a reciclagem de materiais e produtos existentes, enquanto possível.”;
- Economia de Francisco e Clara: No website da PUC Minas em divulgação no 2º Encontro Nacional com o mesmo nome (2021), é apontada como “uma economia diferente, que faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a depreda.”;
- Economia Laranja: De acordo Barros (2021) em publicação Você Sabe o que é Economia Laranja, dirá que ela pode ser compreendida como um “modelo de desenvolvimento cultural, social e econômico, fundamentado na criação, produção e distribuição de bens e serviços de caráter cultural e criativo [...]” Ela tem o seu valor mensurado pelo conteúdo da propriedade intelectual. Também considerada economia da cultura e da criatividade, conforme canal;

- Economia Verde: A página eletrônica O Eco (2015) na matéria: O que é a economia verde traz sua definição, dada pelo Programa das Nações Unidas, como “uma economia que resulta em melhorias do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica.”;
- Economia da Dívida – no site da Wikipédia, a definição vem das Ciências Sociais dizendo que “economia de oferta, economia do dom, economia da doação, economia da dívida ou ainda cultura da dívida é uma forma de organização social”. As doações podem ser bens ou serviços valiosos entre as pessoas, sem haver necessariamente a reciprocidade, mas que, elas acontecem mesmo que não envolvam as mesmas pessoas;
- Economia de Proximidade ganhou destaque durante a pandemia do Covid 19. É um modelo econômico que visa promover a sustentabilidade e o fortalecimento das comunidades, valorizando, da produção até o consumo de bens e serviços locais. No site da Topview, na matéria: Economia de Proximidade e Solução em Tempos de Pandemia (2020), reforça que é uma economia que vai à contramão da Globalização, pois “tem a ver com o produzir localmente, transformar localmente e consumir localmente.”;
- Economia do Decrescimento – propõe uma redução planejada do uso de recursos. A teoria foi formulada por Nicholas Georgescu-Roegen, matemático e economista romeno, ganhando força com as preocupações da finitude dos recursos naturais e dos impactos socioambientais inferidos o atual modelo econômico dominante. No site “amenteemaravilhosa”, Cuevas (2020) na publicação Decrescimento: solução para o mundo atual, dirá que “Na teoria do decrescimento, o que se propõe é reduzir o atual ritmo frenético do capitalismo, propondo, em troca, um sistema de produção mais respeitoso com o meio ambiente e com a felicidade coletiva.”;
- Ecosocioeconomia – busca promover um desenvolvimento sustentável, no qual integra aspectos econômicos, sociais e ambientais. No livro “Ecosocioeconomias: promovendo territórios sustentáveis” de Sampaio et al (2020) também aborda o “Bem Viver”, quando enfatiza

sobre os modos de vida sustentáveis, “respeitando tanto seres humanos quanto os não humanos”. Sampaio (2020, p.3) diz que as ecossocioeconomias “[...] apresenta alternativas de soluções engenhosas, no que se refere a tecnologias apropriadas ao local e/ou arranjos institucionais e produtivos, associadas a experiências territoriais contemporâneas...”;

- Economia Colaborativa - é um modelo de negócios o qual permite que haja compartilhamento de recursos, espaços, equipamentos e de pessoal (recursos humanos), buscando a otimização de custos e promovendo práticas sustentáveis. Ela possui três pilares: social, econômico e tecnológico - É o que aponta Canabarro (2022) no Blog Ecommerce na Prática e o site do Sebrae (2021) sobre o título: Economia Colaborativa, o que são elas e como elas funcionam.
- Economia de comunhão segundo o Wikipédia : “é um modelo de negócios que visa promover uma cultura econômica baseada na comunhão, gratuidade e reciprocidade. Foi uma proposta de Chiara Lubisch, em 1991, em São Paulo/Brasil. Ele convida empresas a comprometer parte de seus lucros para ajudar os necessitados, buscando construir uma sociedade mais fraterna.

No Livro “Dicionário internacional da Outra Economia” de Cattani et al (2009), também cita outras economias: Economia da Família; Economia do Trabalho; Economia Moral; Economia para a Vida; Economia Plural; Economia Popular e Economia Social.

Pode-se perceber que são muitas economias existentes, entretanto, nosso recorte, como afirmado anteriormente, se dará sobre as quatro economias transformadoras expostas no FSMET.

Christian Felber (1972), em uma de suas falas na entrevista que concedeu à Angélica Sátiro, também defende que o modelo traz a importância de redefinir o que é o êxito econômico, quando ele diz:

Hoje em dia o êxito econômico é medido em dois níveis. A macroeconomia é medida com o PIB, e a microeconomia com o benefício financeiro. O que têm em comum estas medidas, é que são monetárias, ou seja, se mede com dinheiro. O dinheiro tem várias vantagens atrativas, como por exemplo o valor de intercâmbio. Mas, não oferece a utilidade social, que é o que necessitamos de verdade, isso porque ele é somente o meio. Nós humanos

necessitamos de alimentos, roupas, abrigo, relações, vínculos afetivos, um ecossistema intacto. O PIB e o benefício financeiro não necessariamente informam de maneira fidedigna a consecução dessas utilidades para e por todos. Por que então medir o êxito econômico, pelo seu meio (dinheiro) e não pelo seu fim (utilidade social)? Isso é um erro metodológico que precisa ser corrigido. Essa questão não é nova, desde os anos 70 que se busca novas maneiras de medir o bem-estar de um povo. Uma delas, que considero bem interessante, é a proposta do Reino de Butão. Eles propõem o indicador FIB (felicidade interna bruta), que não é resultado de um complexo modelo matemático. Como se trata de um reino pequeno, eles chegam diretamente aos 400 mil lares. Distribuem pesquisas que perguntam coisas como: Como vê o seu futuro e o de seus filhos? Confia nos seus vizinhos? Dispõe diariamente de tempo para descansar/meditar, etc.? Como estão os bosques, os rios, os mares? Eles contam com 70 inteligentes perguntas, que são os indicadores para medir se seu povo está feliz ou não. E a economia se organiza em torno disso.

Quando o centro foca o ser humano e o seu bem viver, a temática ganha um novo patamar, porque não se trata apenas da macroeconomia ou da microeconomia, reportando a um ditado popular “Dinheiro não compra felicidade”. A questão financeira pode resolver questões de ordem material (e às vezes nem esta consegue resolver), mas nem tudo é material no nosso dia a dia. Discursar sobre economias transformadoras e não falar sobre o Bem Viver ou a Felicidade Interna Bruta - FIB, o debate pode parecer vazio.

No site: <https://www.fib2030.com.br/sobre-o-fib>, pode-se verificar que hoje a FIB é reconhecida pela Organização da Nações Unidas como um novo indicador complementar para medir o desenvolvimento de uma nação. Ele “[...] é gerado de modo a demonstrar cientificamente a felicidade e o bem estar geral da população. A medida informa os atuais níveis de satisfação humana, de forma dinâmica e também trazendo informações importantes para a política governamental”.

Outro ponto é falar do bem viver, no site: educacaoeterritorio.org.br no endereço <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/o-bem-viver-alternativas-indigenas-para-se-pensar-a-vida-em-comunidade/> em uma entrevista realizada por Cecília Garcia (2018) os entrevistados irão definir o que é o Bem Viver,

(em espanhol, Buen Vivir, e em kichwa, língua indígena da qual nasceu o conceito equatoriano do termo “sumake kawsay”) têm enorme sintonia com outras visões de mundo nos quais se procura estabelecer relações de equilíbrio, de harmonia com a natureza e com a comunidade. Por exemplo, a terminologia sul-africana Ubuntu: “Eu sou porque você é, você é porque eu sou, você eu somos”, ou as filosofias svadesh, swaraj e apargrama na Índia. Essa visão do comunitário é fundamental que se amplie não somente à sociedade humana mas também à sociedade natural.

Não se deve idealizá-las, ou estabelecer um tipo de definição indiscutível. O Bem Viver é a vida de um ser humano em harmonia consigo mesmo. A vida em harmonia do ser humano consigo mesmo que tem que levar simultaneamente a vida em harmonia de todos os seres humanos. Um indivíduo vive em harmonia com todos os seres humanos, então se, resgata algo, uma chave fundamental: a comunidade. Somos indivíduos, sim, mas só somos indivíduos porque existe a comunidade.

Existe uma coerência em trazer estes dois conceitos sobre o bem viver e a FIB, pois ambos estão emaranhados com as economias transformadoras. Estas se ocupam de propor práticas que tragam harmonia, equidade, equilíbrio e a centralidade das pessoas.

Seguindo com a proposta deste trabalho, serão abordadas: a Economia Solidária, a Economia dos Comuns, a Economia Feminista e a Economia Agroecológica, no que aclarar-se-ão seus pontos de convergência e singularidades.

3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

É mais que um modelo. É um movimento que ambiciona construir uma economia em que os trabalhadores têm controle sobre os meios de produção, onde a distribuição de renda é mais equitativa. Ela tem se expandido em torno do globo como uma alternativa ao sistema vigente (que em sua máxima prioriza o lucro em detrimento do bem-estar social e ambiental), enfatizando a importância da sustentabilidade, da solidariedade e da participação ativa dos trabalhadores.

Sobre a sua existência pode-se afirmar que é uma realidade vivida pelos povos tradicionais e, portanto, significa que vem antes mesmo das datas oficiais de surgimento, tanto na Europa quanto no Brasil. Ao falar em datas oficiais, conforme pesquisas, seu aparecimento surgiu no Brasil durante uma forte crise (relacionada ao petróleo em 1974 a 1979), em que fora desencadeada uma grande onda de inflação. Na Europa, esse processo iniciou-se bem antes,

Na Europa, em 1815, finalizava um extenso período de guerras. Nesse contexto, houve uma depressão profunda na Grã-Bretanha. Diante disso, Robert Owen propôs-se a auxiliar no restabelecimento da economia, que estava totalmente abalada, a fim de amenizar o desemprego e auxiliar as pessoas economicamente desamparadas. Ao identificar o problema, Owen constatou que tinha ocorrido a degeneração da economia em razão de não haver mais a procura por armamento, navios e outros produtos que interessavam para continuar as guerras na Europa. Robert Owen, em 1817, incentivou o governo britânico na compra de terras, construção de aldeias e cooperativas para auxiliar os pobres a retirarem o próprio sustento e o de

sua família. Os excedentes de produção eram destinados a trocas nas aldeias. (GONÇALVES, 2017, p. 16).

Singer aponta dois momentos, o primeiro citado acima sobre a questão do petróleo e a segunda sendo o aumento dívida externa com a errônea estratégia do Brasil endividando-se para importar combustível, segundo Singer (2014, p. 11), “[...] forte contração de seus mercados internos, queda do consumo e, naturalmente, da produção, culminando em gigantesco desemprego.” Tal crise afetou vários países, trazendo contração no crescimento econômico, quedado consumo e consequentemente da produção.

Nas décadas de 1980/1990, ocorreu o fechamento de muitas indústrias e foi neste momento, que floresceu uma nova forma de gestão. Os trabalhadores assumiram o controle, formando cooperativas autogestionárias e, em 1994, deu-se a criação da ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária. Ainda nos anos 1990, houve maior afã das entidades de apoio e fomento para trabalhar com os empreendimentos que estavam se organizando, como a Cáritas (ligada às ações da Igreja Católica), as ITCPs (Incubadoras de Tecnologias de Cooperação Populares), a UNITRABALHO (Rede Interuniversitária de estudos e pesquisa sobre trabalho) e, a UNISOL (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários), fundada em 2000.

Já Gaiger (2006, p. 223), explica que a economia com viés mais humanitário, deu-se “pela crise estrutural do mercado de trabalho, agravada pela política nacional recessiva, que impôs processos de fragmentação e de exclusão social nas duas últimas décadas”. Há 20 anos, não se imaginava tantas modalidades novas de labor, muito menos com tantas exigências, crises financeiras, guerras, pandemias. Muitos trabalhadores hoje se encontram atrás de oportunidades, não se importando com o vínculo empregatício em si, mas com garantir a ocupação propriamente dita.

Uma das principais características desse sistema é a organização em cooperativas, associações e empreendimentos autogestionários. Essas formas de organização permitem que os trabalhadores tenham controle sobre o processo de produção e tomada de decisões, garantindo assim uma maior autonomia e participação econômica.

Além disso, a Economia Solidária promove a igualdade de gênero e a inclusão social, sendo uma alternativa para grupos marginalizados, como mulheres,

jovens, pessoas com deficiência, população negra e indígena. Através da Economia Solidária, esses grupos podem acessar recursos financeiros e tecnológicos, além de desenvolver habilidades e competências para o mercado de trabalho.

A Economia Solidária também é uma alternativa para o desenvolvimento sustentável, por promover o uso de tecnologias e práticas mais limpas e responsáveis com o meio ambiente. Isso inclui desde a produção de alimentos orgânicos até a utilização de energias renováveis e técnicas de reciclagem e reutilização. Tem como princípio a sustentabilidade ambiental, lembrando sempre que o planeta é nossa casa e é necessário cuidar dele por nós e pelas gerações futuras.

Em resumo, a Economia Solidária é uma alternativa viável e sustentável ao modelo econômico tradicional pois promove a igualdade, a inclusão e a participação ativa dos trabalhadores. Segundo apontamentos em seu livro, Ivan Penteado Dourado (2016), discorreu sobre a existência de definições distintas de três autores, sendo eles: Singer, Gaiger e Laville e França Filho:

Tabela 1 - Economia Solidária, características e conceitos

(continua)

Singer	Gaiger	Laville e França Filho
Cooperativa de produção	Eficiência	Outras formas de produção de riqueza
Autogestão solidária	Democracia política	Reciprocidade
Modo de produção solidário	Responsabilidade social	Laços comunitários
Modo de distribuição solidário	Desenvolvimento humano	Solidariedade comunitária pública
Coletividade autogestionária	Aspectos solidários	Solidariedade democrática
Divisão de receita	Virtudes da comunidade de trabalho	Democratização da economia
Oposição	Coesão	Economia plural
Alternativa superior ao capitalismo	Gestão conjunta	Autonomia
Experiência pedagógica	Liderança	Democracia
Maximizar qualidade	Novos valores	Pluralidade
Maximizar quantidade	Práticas de trabalho	Sociabilidade
Experiência libertadora	Participação	Economia popular
Caráter revolucionário	Elemento comunitário	Reprodução ampliada da vida
Revolução individual	Coletividade	Economia com o mercado
Revolução local		Caráter político

Tabela 1 - Economia Solidária, características e conceitos

		(conclusão)
Ajuda aos desfavorecidos		Espaços públicos de proximidade
Posse coletiva		Dimensão pública
Solidariedade		Educação
Caráter pedagógico		Cultura
Justiça		Meio ambiente
Cidadania		Atuação política na economia
Vida melhor		Vínculos sociais
Essas categorias presentes na proposta de Singer demonstram sua visão de Economia Solidária como um processo que, capaz de consolidar uma superação, culminará em algo melhor, uma visão utópica para a sociedade, uma forma de revolução social.	Essa lista demonstra a sua visão de Economia Solidária enquanto abordagem analítica, uma construção científica do conceito, o que permite, segundo o autor, a sua operacionalização em estudos empíricos, sendo possível identificar quais espaços possuem as características de um Empreendimento de Economia Solidária (EES).	Nessa proposta de Laville (e França Filho) existe a centralidade da concepção de pluralidade entre os diferentes princípios econômicos existentes, no que diz respeito à construção de autonomia das formas de pensar e agir em espaços de sociabilidade. Assim, essa concepção não se restringe a espaços econômicos, mas em uma reprodução ampliada da vida, coexistindo com a economia de mercado.

Fonte: elaborado pela autora

Fonte dos dados: DOURADO (2016)

Cada um defende um aspecto, mas todos veem a mesma necessidade: solidariedade, democracia, coletividade, pertencimento a concepção (laços coletivos, elemento comunitário, modo de produção, distribuição, autogestão, novos valores, cidadania, engajamento, etc.).

Singer (2004) no prefácio do livro “Economia Solidária uma abordagem internacional” de França e Laville, cita a economia dádiva⁶ de Polanyi⁷. Equiparando-

⁶ Economia da dádiva – ver MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Lisboa: Edições 70. “As perspectivas de análise abertas pela sociologia da dádiva, de Mauss, e pela teoria da reciprocidade, de Polanyi, parecem contribuir de maneira efetiva para a compreensão das organizações baseadas na Economia Solidária, configurando um olhar inovador sobre as interações que se realizam nesse contexto organizacional[...] Enquanto o processo de dádiva presente no cotidiano das organizações de Economia Solidária revela ser o vínculo de entendimento desses tipos organizacionais; a reciprocidade estabelece os laços necessários para que a dinâmica da dádiva seja empreendida.” (Morais, Xavier e Pinheiro, 2021, p.1041)

⁷ Karl Polanyi antropólogo e autor de A Grande Transformação – “distingue quatro princípios de comportamento econômico: a domesticidade, que governa a produção domiciliar, distribuída e consumida no grupo familiar; a reciprocidade, que governa a troca de dádivas entre membros da sociedade tendo em vista criar ou reforçar laços sociais; [...]da redistribuição, que governa a produção apropriada por uma autoridade, que a armazena e se encarrega de distribuí-la por meio

a ao modo solidário de produção marxista, ela acaba por ser citada também por Barros e Oliveira (2011, p. 4), dizendo:

É certo que a economia da dívida readquiriu força neste fim de século, em parte devido ao crescimento da chamada “Economia Solidária”, que desperta interesse enquanto fenômeno empírico e enquanto modelo de organização social, sustentada em princípios e relações de cooperação e trocas, que subsomem o econômico ao humano-social. Nessas experiências solidárias, as trocas entre os homens já não se regem apenas pelas medidas e valores monetários, mas por medidas e valores sociais, como a dívida, cuja dinâmica não obedece a normas de equivalência econômica.

A cooperação é fator primordial em qualquer trabalho, mas indubitavelmente é mais inerente à lógica de um modelo altruístico, considerando-se os objetivos em comum de partilha de resultados e responsabilidades.

Ao se aludir sobre a dimensão econômica, Lisboa (2005, p.109-110), também faz algumas colocações acerca do quanto ela está sujeita ao mercado, uma vez, que está dentro dele. E ressalta sobre a questão do lucro. Ele diz que este é apenas revestido com outros nomes como sobras, resultado ou excedentes. Ainda arrazoa que existe preocupação com a rentabilidade. Entretanto,

[...]suas operações se pautam pelo respeito aos valores éticos e humanistas. Quando um empreendimento econômico abre mão da possibilidade de maximizar o lucro em função duma perspectiva social e ecológica, então essa empresa tem uma postura solidária dentro da troca mercantil. Essa é a novidade da Economia Solidária. [...] desenvolvimento das forças produtivas, duma forma sustentável a longo prazo que se traduz em economias internas pela eliminação de atravessadores, obtendo-se menores custos de produção e maior capacidade de acumulação. E, segundo, por gerar um novo padrão de relacionamento humano.

Nesse viés, segue-se para pontuar sobre, por meio de Lima⁸ e Souza⁹ (2015, p. 145):

de pagamento monetário, mas não constituem compra e venda em mercados, por isso estão na esfera não mercantil do mercado e o princípio do mercado que governa atividades de agentes independentes, de troca de bens e serviços, em competição[...]” (Singer, 2004, p.6) – oferta e demanda – esfera mercantil.

⁸ Jacob Carlos Lima - Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), coordenador do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Profissões e Mobilidades e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

⁹ André Ricardo de Souza - Professor adjunto do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, coordenador do Núcleo de Estudos de Religião, Economia e Política e da Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária

Em Durkheim, é central a ideia de sociedade integrada nos moldes da solidariedade orgânica. Tal integração decorre não só da interdependência e complementaridade de funções dos indivíduos, através da divisão social do trabalho, mas também da existência de um padrão de estratificação considerado legítimo, assim como da distribuição populacional nas várias profissões. No pensamento durkheimiano, o contrário dessa integração, a anomia, decorre da ausência de harmonia entre o indivíduo e sua função, assim como do fato de as classes inferiores desejarem ter a vida das superiores. A moral que busca evitar tal situação e os conflitos decorrentes da distribuição desigual de recursos e poder é estabelecida pelas organizações que determinam regras de conduta ao conjunto dos indivíduos.

A solidariedade, como descrita anteriormente, vai além do que mostra a visão de Durkheim. Pois na Economia Solidária não se limita às questões ligadas à divisão do trabalho. Ressalta-se que é apresentada na relação com a sociedade, com o meio ambiente, no desenvolvimento sustentável e nas questões relacionadas às melhorias das condições de vida coletivamente. Aqui também vale mencionar a economia da dádiva.

3.1.1 Experiências na Economia Solidária

Temos inúmeras experiências no Brasil e no mundo sobre Economia Solidária, mas neste momento trataremos resumidamente três experiências: Cooperativa Acácia em Araraquara/SP, Justa Trama em 5 Estados brasileiros e Mondragon na Espanha.

A Cooperativa Acácia é uma organização localizada em Araraquara, interior de São Paulo, que se destaca pelo trabalho com catadores de materiais recicláveis.

A cooperativa foi fundada em 2001 e tem aproximadamente 180 a 196 membros, a maioria dos quais são mulheres. Eles são responsáveis pela coleta mensal de cerca de 500 toneladas de recicláveis e realizam a coleta seletiva em toda a cidade. A cooperativa também é conhecida pela parceria com a Prefeitura de Araraquara, prestando serviços de educação ambiental, coleta porta a porta, triagem, gerenciamento de lixeiras e destinação final de resíduos.

Em 2007, Paiva em sua tese de Doutorado: “As relíquias do lixão: mulheres catadoras e o engenhoso trabalho de cooperar e resistir”, fala sobre esta cooperativa, abordando principalmente a mulher. E parte deste estudo examina as condições de vida e de trabalho destas mulheres e explora a relação entre gênero, pobreza e trabalho precário. Analisa os desafios enfrentados pelos catadores, como

a busca de reconhecimento profissional e seguridade social em seu trabalho informal e a engenhosidade dos catadores na construção de sistemas de apoio comunitário e resiliência através da colaboração face à adversidade e à exclusão social. O estudo traz, assim, um olhar profundo nas questões de gênero, ambiental e econômico.

A Justa Trama é um outro modelo diferente, pois trata-se de uma cadeia produtiva. Vai desde a plantação do algodão agroecológico até a comercialização de peças de vestuário e outros itens produzidos com esse insumo. É composta por 700 cooperados/associados e está presente em cinco estados¹⁰ brasileiros: Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Ceará e Rondônia.

Como ela mesma se coloca em seu site: <https://justatrama.com.br/sobre-nos/>: “A Justa Trama é composta por trabalhadores(as) organizados(as) em empreendimentos da Economia Solidária. São mulheres e homens agricultores, fiadores, tecedores, costureiras, artesãos, coletores e beneficiadores de sementes.” São pessoas que trabalham com os princípios da Economia Solidária, em “relações de produção sem exploração”. Ainda no site da Justa Trama ele vai dizer que cada um é responsável por uma etapa da produção:

- Associação de Desenvolvimento Cultural e Educacional (ADEC) - Plantio do algodão orgânico em Taúá (CE);
- Associação de Comercialização Solidária Xique-xique - Plantio do algodão orgânico colorido em Natal (RN);
- Cooperativa de Produção Têxtil de Para de Minas (Coopertêxtil) - Fiação e Tecelagem em Pará de Minas (MG);
- Cooperativa de costureiras Unidas Venceremos (Univens) - Confecção, em Porto Alegre (RS);

¹⁰ O site oficial da justa trama informa os cinco estados, entretanto, em outros sites encontraremos outras informações, como no site: <https://alternativassolidarias.com.br/2017/10/03/o-desenvolvimento-local-costurado-pela-justa-trama/> onde Nelsa Inês Fabian Nespolo dirá o que cada estado produz nesta cadeia: Associação Adec, conjunto de quatro municípios do sertão do Ceará que cultivam o algodão; a Associação – AEFAF, dois núcleos de Assentamentos do Mato Grosso do Sul que cultivam o algodão rubi; a Coopertextil, cooperados por onde passa todo o acabamento dos tecidos, de Pará de Minas/MG; a Cooperativa Univens, costureiras que confeccionam, bordam, tingem e serigrafam as peças em série e fica em Porto Alegre/RS; a Cooperativa Açai, artesãos que beneficiam as sementes e botões que são aplicados nas peças, e produzem bonecas de pano em Porto Velho/RO; e o Coletivo Inovarte, que produz os bichos de pano e jogos pedagógicos, também no Rio Grande do Sul.

- Cooperativa Açai - Produção de botões e colares de sementes, bonecas dos retalhos, em Porto Velho (RO);
- Coletivo Inovarte - Bichos e jogos pedagógicos com as sobras da confecção, em Porto Alegre (RS).

A experiência de Mondragon, talvez seja um dos modelos mais observados há mais tempo quando se fala de cooperação. Verifica-se através da matéria que está no site <https://www.cooperativismodecredito.coop.br/> que dirá que: A Mondragón Corporación Cooperativa (MCC) é a maior cooperativa de trabalhadores do mundo. Foi fundada em Arrasate-Mondragón, uma cidade em Gipuzkoa, no País Basco, norte da Espanha, distante 400Km de Madrid. Ela é composta por 120 empresas, incluindo 87 industriais e diversas outras especializadas em crédito, consumo, agricultura, pesquisa, consultoria e educação. Tem 93 mil trabalhadores associados. Em 2007, a MCC foi o sétimo maior grupo econômico da Espanha, com vendas de 13,6 bilhões de euros e lucro de 792 milhões de euros.

Os princípios da MCC incluem:

- Educação: essencial para a implementação dos princípios cooperativos.
- Soberania do trabalho: o trabalho é visto como o principal fator de transformação.
- Capital instrumental e subordinado: o capital é importante, mas subordinado ao trabalho.
- Organização democrática: prática do “um sócio, um voto”.
- Livre adesão: sem discriminação para novos sócios.
- Participação na gestão: busca pela autogestão e participação ativa dos sócios.
- Solidariedade retributiva: salários justos e limites de remuneração interna.
- Intercooperação: colaboração entre cooperativas para compartilhar resultados e recursos.
- Transformação social: compromisso com uma sociedade mais livre e justa.
- Caráter universal: apoio à democracia econômica e objetivos sociais globais.

3.2 ECONOMIA DOS COMUNS

É um conceito que se refere à gestão de recursos compartilhados por uma comunidade de forma colaborativa, sem a necessidade de uma autoridade central para controlar o acesso e a distribuição desses. Esse modelo tem como base a cooperação e o compartilhamento, buscando garantir a sustentabilidade dos recursos ao longo do tempo. Pode-se encontrar várias áreas onde a Economia dos comuns tem impacto: tecnologia e inovação (software livre e de código aberto como exemplo); Educação (recursos educacionais abertos); Agricultura (bancos de sementes); Energia (energia renovável comunitária); Habitação (projetos de moradia colaborativa); Cultura e arte (acesso coletivo a obras culturais); Meio Ambiente (gestão coletiva de recursos naturais); Saúde (compartilhamento de dados médicos) e Finanças e Economia (bancos comunitários, moedas locais).

Os estudos de Ostrom revelam que desde que o conjunto de princípios e de regras de propriedade colectiva estejam bem definidos, sejam aceites e respeitados por todos, consegue-se evitar a sobre-exploração dos bens comuns. Trata-se assim de um regresso às origens da gestão comunitária e do ideal de cooperação. Esta abordagem reforça a cooperação, evita o individualismo e procura o bem-estar social da comunidade. A contribuição de Ostrom é no domínio da equidade, da cooperação e da governança. (SIMÕES, MACEDO, BABO, 2011, p. 1).

Uma referência importante nessa discussão é a economista americana Elinor Ostrom, vencedora do Prêmio Nobel de Economia em 2009. Ela se dedicou, em grande parte de sua carreira, ao estudo da gestão de recursos comuns, como a água, as florestas e as terras comunitárias. Ela identificou que, em muitos casos, a administração deles, por parte de uma comunidade, pode ser tão eficiente quanto a realizada por uma autoridade central.

Em seus estudos em que avaliou casos reais, ela avançou no sentido de desenhar, como deveria ser, o sistema de regramento para garantir um sistema de gestão que pudesse mitigar a exploração. Esse sistema consiste na preservação dos recursos comuns e no trabalho de evitar escassez.

Segundo a autora, os oito princípios necessários para garantir a gestão otimizada dos recursos comuns são: 1. Delimitação clara dos recursos/bens comuns e dos seus utilizadores; 2. Regras de utilização e gestão definidas a partir da adequação ao contexto de referência, considerando aspectos e variantes como época, espaço, tecnologias disponíveis, quantidade de recursos disponíveis, entre outras peculiaridades locais; 3. Os utilizadores e

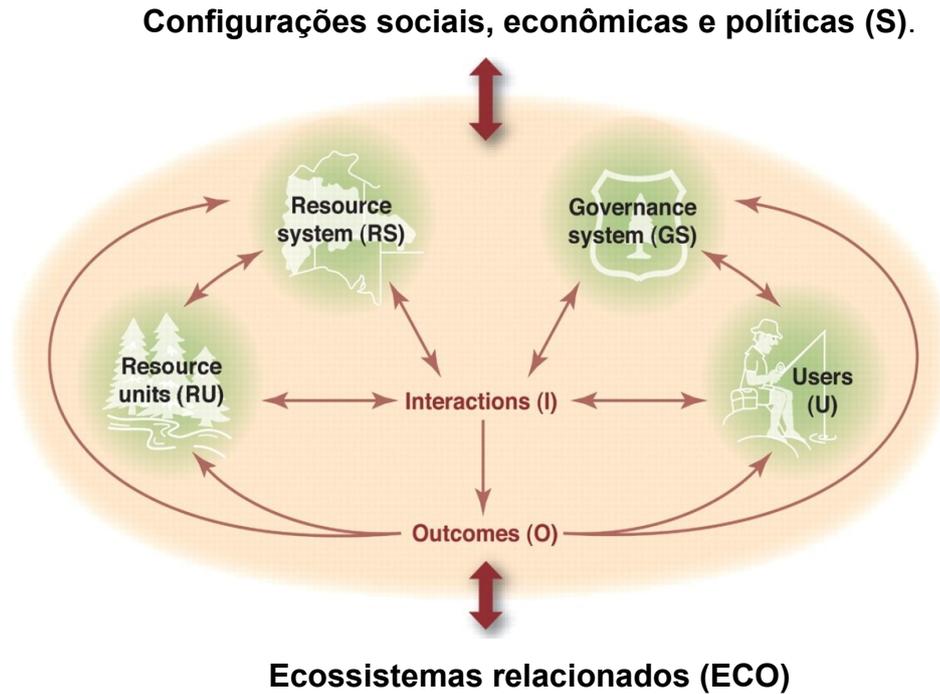
beneficiários diretos devem poder participar do processo de definição e adaptação das próprias regras, estabelecendo acordos coletivos vinculantes; 4. Os fluxos de benefícios proporcionados pela gestão comum devem ser proporcionais aos custos de utilização; 5. As regras da comunidade devem ser reconhecidas e respeitadas pelas autoridades externas; 6. A monitoragem deve ser uma prática contínua e as regras estabelecidas devem ser respeitadas por todos os utilizadores, com penalizações para os transgressores; 7. Deve ser facilitado o acesso a meios de resolução de conflitos, os membros da comunidade devem dispor do sistema de resolução de conflitos que considere conveniente; 8. As atividades se estruturam em rede – apropriação, conservação, monitoramento e sistema sancionatório, resolução dos conflitos e outras atividades de governança – por meio de uma conexão na gestão de recursos de menor escala com os de maior escala, partindo do particular para o geral. (MELLO E GATTO, 2014, p.106-107)

Essa estrutura tem sido aplicada em diversas áreas, como na governança da água em áreas rurais e produção agrícola em pequenas comunidades. Além disso, o uso de tecnologias digitais tem possibilitado a criação de plataformas online de compartilhamentos, como carros e apartamentos, por meio de aplicativos.

Cada comunidade que tem as suas formas singulares de organização, ou seja, não existe uma receita pronta que cabe para todas as realidades. Cada uma vai se adequando conforme a sua estrutura. O sucesso para a gestão dos bens comuns passa por uma boa governança, onde são importantes: o respeito e o aceite pelo grupo das normas criadas. Os bens comuns são necessários para a sobrevivência de todos daquela comunidade. Assim, é indispensável que essa fonte de rendimento ou os meios produtivos a serem geridos de forma sustentável, garantiram uma economia equilibrada e perene.

Atualmente, um dos desafios deste modelo de economia reside na questão dos recursos comuns em grande escala quando se fala de determinados recursos naturais como: águas em bacias internacionais, ecossistemas marinhos, lembrando também de bacias petrolíferas, dos peixes no oceano, entre outros tornando mais complexa a governança. Em muitos casos será necessária a colaboração de instituições de caráter mais global e de caráter mais específico. Fazer uma delimitação é mais complicado para determinar a governança, os usuários, o sistema de recursos assim como a unidade de recursos. Observa-se a base proposta por Ostrom na figura abaixo:

Fig. 1. Os subsistemas centrais em uma estrutura para análise de sistemas socioecológico



Fonte: Ostrom (1990)

A imagem acima pode ser traduzida na tabela abaixo:

Tabela 2 – Configurações para o ecossistema

(continua)

Configurações sociais, econômicas e políticas (S)	
S1 Desenvolvimento econômico. S2 Tendências demográficas. S3 Estabilidade política.	
<p>Sistemas de recursos (RS)</p> <p>RS1 Setor (por exemplo, água, florestas, pastagens, peixes)</p> <p>RS2 Clareza dos limites do sistema</p> <p>RS3 Tamanho do sistema de recursos*</p> <p>RS4 Instalações construídas pelo homem</p> <p>RS5 Produtividade do sistema*</p> <p>RS6 Propriedades de equilíbrio</p> <p>RS7 Previsibilidade da dinâmica do sistema*</p> <p>RS8 Características de armazenamento</p> <p>RS9 Localização</p>	<p style="text-align: center;">Sistemas de Governança (GS)</p> <p>GS1 Organizações governamentais</p> <p>GS2 Organizações não governamentais</p> <p>GS3 Estrutura de rede</p> <p>GS4 Direitos de propriedade</p> <p>GS5 regras operacionais do GS5</p> <p>GS6 Regras de escolha coletiva</p> <p>GS7 Regras Constitucionais</p> <p>GS7</p> <p>GS8 Processos de monitoramento e sanção</p>
<p>Unidades de recursos (RU)</p> <p>RU1 Mobilidade da unidade de recursos*</p> <p>RU2 Taxa de crescimento ou substituição</p> <p>RU3 Interação entre unidades de recursos</p> <p>RU4 Valor econômico</p> <p>RU5 Número de unidades</p> <p>RU6 Marcas distintivas</p> <p>RU7 Distribuição espacial e temporal</p>	<p style="text-align: center;">Usuários (U)</p> <p>U1 Número de usuários*</p> <p>U2 Atributos socioeconômicos dos usuários</p> <p>U3 Histórico de uso</p> <p>U4 Localização</p> <p>U5 Liderança/empreendedorismo*</p> <p>U6 Normas/capital social*</p> <p>U7 Conhecimento de SES/modelos mentais*</p> <p>U8 Importância do recurso*</p> <p>U9 Tecnologia usada</p>

Tabela 2 – Configurações para o ecossistema

(conclusão)

Interações (I)		resultados (O)
I1 Níveis de colheita de diversos usuários I2 Compartilhamento de informações entre usuários I3 Processos de deliberação I4 Conflitos entre usuários I5 Atividades de investimento I6 Atividades de lobby I7 Atividades auto-organizadas I8 Atividades de rede		O1 Medidas de desempenho social (por exemplo, eficiência, equidade, responsabilidade, sustentabilidade) O2 Medidas de desempenho ecológico (por exemplo, superexploração, resiliência, biodiversidade, sustentabilidade) O3 Externalidades para outros SES
Ecossistemas relacionados (ECO) ECO1 Padrões climáticos. ECO2 Padrões de poluição. ECO3 Entrada e saída SES focal.		

Fonte: Ostrom (1990)

Ao observar as variáveis, tem-se a visão do desenvolvimento local, ou seja, uma economia que se baseia na organização e estruturação de territórios pré-determinados para sua operacionalização. Ostrom irá apontar, conforme resultados de suas pesquisas, dez variáveis como primeiro passo para analisar se os usuários de um ou mais Sistemas Socioecológicos - SES se auto organizariam:

1) Tamanho do sistema de recursos (RS3)

Altos custos de definição de limites

Tamanho moderado é mais propício a auto-organização

2) Produtividade do sistema (RS5)

Os usuários precisam observar escassez antes de investir em auto-organização

3) Previsibilidade da dinâmica do sistema (RS7)

A dinâmica do sistema precisa ser suficientemente previsível para que os usuários possam estimar o que aconteceria se eles estabelecessem regras específicas de coleta ou territórios sem entrada.

4) Mobilidade da unidade de recurso (RU1)

Devido aos custos de observar e gerenciar um sistema, a auto-organização é menos provável com unidades móveis de recursos, como vida selvagem ou água em um rio não regulamentado, do que com unidades estacionárias, como árvores e plantas ou água em um lago.

5) Número de usuários (U1)

Tamanho do grupo nos custos de transação da auto-organização tende a ser negativo, devido aos custos mais altos de reunir os usuários e concordar com as mudanças;

O tamanho do grupo é sempre relevante, mas seu efeito na auto-organização depende de outras variáveis do SES e dos tipos de tarefas de gerenciamento previstas.

6) Liderança (U5)

Líderes locais;

Universitários e anciãos influentes.

7) Normas/capital social (U6)

Compartilham padrões morais e éticos sobre como se comportar em grupos as normas de reciprocidade;

Confiança suficiente uns nos outros para manter um acordo.

8) Conhecimento do SES (U7)

Compartilham conhecimento comum;

Ações afetam uns aos outros e regras usadas em outros SES, percepção de custos mais baixos de organização;

Se o sistema de recursos se regenera lentamente enquanto a população cresce rapidamente. A exemplo, na Ilha de Páscoa, os usuários podem não entender a capacidade de carga do recurso, deixar de organizar e destruir o recurso

9) Importância do recurso para os usuários (U8).

Os custos de organizar e manter um sistema autônomo podem não valer o esforço.

10) Regras de escolha coletiva (GS6).

Se grupos de usuários têm total autonomia, no nível de escolha coletiva, para elaborar e fazer cumprir algumas de suas próprias regras, eles enfrentam custos de transação mais baixos, bem como custos mais baixos na defesa de um recurso contra a invasão de outros.

Embora ainda seja um modelo pouco explorado, ele representa uma alternativa interessante ao que concerne às partilhas de patrimônios, garantindo a sustentabilidade e o bem-estar das comunidades envolvidas. Elinor Ostrom traz em seus relatos muitas experiências relacionadas à pesca, terra, água e florestas. No entanto, outros autores trazem experiências em outras áreas como Collado (2017) o faz. Mas todas tem um significado em comum, que é a gestão do bem comum.

Los comunes globales son las prácticas concretas que llevan a miles de personas a organizar parte de su alimentación, a través de grupos de consumo agroecológicos o a promover un uso cooperativo de energías renovables. Son las iniciativas de personas usuarias y los colectivos que trabajan por mantener y reproducir entornos educativos o de software libre para que el conocimiento y la comunicación digital estén disponibles y abiertos, sea por internet, sea mediante la creación de espacios culturales abiertos a la ciudadanía. Son los mercados sociales que buscan una relación más directa entre productoras y consumidoras, tratando de escapar de la “dictadura de los precios” y trabajando por economías pegadas al territorio. Son las cofradías de pescadores y la reivindicación de comunales en entornos rurales, que buscan mantener recursos disponibles a través de una gestión que se oponga a su control centralizado con su subsiguiente depredación, y que apunten a la creación de nuevas economías en sus territorios. (COLLADO et al, 2017, p.18)

Ao arrazoar sobre a modalidade dos comuns, pode-se perceber que ela busca a organização coletiva, não cabendo a competição individual, pois o que se almeja é o desenvolvimento de todos. Seja na comunidade, no trabalho ou na qualidade de vida, o que mais importa é o indivíduo e não a renda. Sem construção conjunta não há como resolver os problemas. O pertencimento é fundamental para sustentar a sinergia.

A teoria de Ostrom revela-nos que existe uma outra realidade onde é possível o usufruto e a manutenção dos recursos a longo-prazo, através de mecanismos cooperativos elaborados pela comunidade e para ela. Em termos de regulação, Ostrom reforça que a implementação das regras terá de ser feita envolvendo as comunidades, fazendo-lhes compreender que são parte da solução e que sem elas o problema não será resolvido. (Simões et al, 2011, p.13)

Vários apontamentos vão destacar que a participação e o empoderamento coletivo são primordiais para definir as necessidades e quais as formas de resolvê-las. Buscar soluções, coletivamente e de forma democrática, daqueles diretamente envolvidos, respeitar a realidade por eles vivida, garantirá de maneira mais assertiva, a resolução das questões emblemáticas e problemáticas que surgirão.

La participación, el empoderamiento colectivo y el debate público para la definición de las necesidades colectivas y sus formas de resolverse debería ser un elemento intrínseco a la actividad económica, y constituir, por tanto, su eje de rotación. Hablamos, en definitiva, de la distribución y el ejercicio del poder por parte de la ciudadanía en relación a la economía, y no al revés. Todo enmarcado en unos límites y unas interdependencias que nos tendrían que hacer caminar hacia una sustentabilidad de cuerpos, hábitats y ecosistemas. Empoderamiento para cooperar y decidir, junto con sostenibilidad de la vida, como ilustraremos más adelante, son dos ejes que nos permiten separar los nuevos granos de otra economía de aquellas pajas virtuales, que nos ofrece un renovado capitalismo. Los comunales y los

comunes globales no serán la “respuesta para todo”, pero sí tienen respuestas y ofrecen pautas de cambio para las preguntas que encabezaban este artículo: sustento, casa y lazos sociales tienen que ser los objetivos y la base de nuevas economías, pegadas al territorio y sabedoras de la vulnerabilidad de nuestros cuerpos y de nuestros dramáticos tiempos. (COLLADO et al, 2017, p.21)

A questão referente à governança ser direcionada ao coletivo sempre foi repelida, com argumentos de não ser a melhor alternativa e que poderia causar desequilíbrio ambiental. Elinor Ostrom comprovou depois de suas análises teóricas e empíricas: tais argumentos não tinham veracidade, que essa governança era um modelo que mais se preocupava em preservar o bem comum.

E no mundo atual a constelação dos bens comuns se apresenta de forma sempre mais evidente – mesmo se contracorrente em relação à hegemonia da globalização econômica –, ganha brilho e substância por meio das inovações introduzidas pelo novo constitucionalismo latino-americano, através dos estudos em prol de um novo Direito Público, novas experiências de governo e governança democrática, iniciativas da sociedade civil organizada, estatutos transnacionais como a Carta da Terra, despontando como temática fundamental para novos pactos sociais da diversificada comunidade humana em sintonia com a sustentabilidade socioambiental e com as prerrogativas da Mãe natureza. (MELLO E GATTO, 2014, p.118)

A Economia dos Comuns vai trabalhar com alguns princípios importantes para que ela se desenvolva. Uma das questões iniciais para esse desenvolvimento e gestão comunitária é a ideia da cooperação que vai trazer à tona a solidariedade. A questão de compartilhar e respeitar a todos vai trazer a democracia e equidade, ressaltando o empoderamento e a cidadania. Um apontamento importante é que as regras de uso dos recursos comuns sejam bem definidas e respeitadas por todos para que assim não haja exploração excessiva dos bens comuns.

3.2.1 Experiências da Economia dos Comuns

A pesca costeira no Maine, como referido anteriormente, na ausência de instituições de governança eficazes e a escala adequada, os recursos naturais e o meio ambiente estão em perigo. Isso se deve ao aumento da população humana, consumo e utilização de tecnologias avançadas para a utilização dos recursos que atingiram, nas últimas décadas, níveis sem precedentes. Por exemplo estima-se que o oceano tenha perdido cerca de 90% dos grandes peixes predatórios.

A pesca costeira encontra-se igualmente degradada quer haja acesso livre, quer seja gerida pelo governo central. Esse fato deixa as autoridades locais e regionais e aos utilizadores pouca autonomia para a criação de associações locais que façam uma gestão cooperativa de forma eficiente. O exemplo utilizado por Ostrom é o da pesca no Estado do Maine. Nesse caso, a pesca é controlada por autoridades externas (Governo) e sujeita a regras nacionais, baseadas em modelos não credíveis para os utilizadores locais. Como constata a autora, a gestão das ações piscícolas tem sido pouca e a resistência ao aumento das restrições à pesca têm sido enormes.

Esse caso contrasta fortemente com um caso particular no mesmo estado: a captura da lagosta. Neste, a gestão de ações de lagosta tem sido administrada por instituições locais e regionais, que integram os vários utilizadores e que permitem influenciar as regras nacionais de restrição à captura de lagosta. Com esse processo de cooperação têm sido alcançadas elevadas taxas de cumprimento das regras implementadas. Desta forma as regras implementadas e sobretudo o seu cumprimento, permitem evitar a extinção da lagosta no Maine.

Outra experiência é nas Aldeias de Hirano, Nagaike e Yarnanoka no Japão. Durante a era Tokugawa¹¹, aproximadamente 12 milhões de hectares de florestas e pastagens de montanha eram geridos conjuntamente por comunidades rurais no Japão. Aproximadamente, 3 milhões de hectares ainda são geridos desta forma atualmente. Margaret A. McKean¹² enfatiza que, apesar das mudanças modernas, não há exemplo de terras comuns destruídas durante o governo local.

¹¹ O Edo Bakufu ou Período Edo ou Período Tokugawa ou Xogunato Tokugawa ou Idade da Paz Ininterrupta, é um período da história do Japão que foi governado pelos xoguns da família Tokugawa, no período de março de 1603 a maio de 1868, estabelecido por Tokugawa Ieyasu na então cidade de Edo três anos após a batalha de Sekigahara.

Foi um período de forte isolamento político-econômico do país e rígido controle interno, regulando os feudos através do código de leis. Em 1868, o período terminou com a Restauração Meiji, quando o governo imperial recuperou sua autoridade, marcando o fim das ditaduras feudais, iniciando a modernização do Japão.

Em 268 anos o Japão passou por um período de relativa paz e de valorização das artes, como: o teatro kabuki, a pintura em madeira, arte do chá, escrita e a educação. Também desenvolveram-se a agricultura e a construção civil no setor de estradas, que posteriormente, contribuíram para a rápida industrialização do país.

¹² Professor de Ciência Política e Professor de Pesquisa de Política Ambiental na Nicholas School, estuda instituições políticas, particularmente arranjos eleitorais e direitos de propriedade, e está interessado em aplicar teorias de cooperação à gestão de bens comuns, como recursos ambientais. Uma corrente de seu trabalho diz respeito à formulação de políticas e eleições no Japão, e seu outro trabalho sobre os bens comuns examinou arranjos tradicionais usados no Japão para promover a cooperação na limitação do uso a níveis sustentáveis.

McKean analisa o desenvolvimento dos direitos de propriedade no Japão e as práticas de gestão em três aldeias japonesas, cujas condições ambientais são semelhantes às de Torbel¹³. As terras comuns forneciam recursos valiosos, como madeira e forragem e a sua gestão favorecia a propriedade comum.

Historicamente, as aldeias eram governadas por assembleias de proprietários e os direitos políticos variavam de aldeia para aldeia. Os direitos baseavam-se no cultivo, na obrigação fiscal ou na propriedade da terra. A propriedade de terras não urbanizadas foi transferida do império para as aldeias, e foi feita uma distinção clara entre terras privadas e comuns.

Nas aldeias tradicionais, o agregado familiar era a unidade administrativa menor, mas os kutni, um grupo de famílias, eram chamados a tratar de assuntos relativos à propriedade comum. O acesso às terras comuns foi concedido às famílias e não aos indivíduos e os benefícios para famílias extensas foram evitados. A população era estável e a estrutura de propriedade dentro da aldeia era homogênea.

Essa visão geral reflete a complexidade e a estabilidade das instituições locais do Japão que regulamentaram as terras comunitárias e garantiram a sua sustentabilidade ao longo dos séculos.

Outro dos estudos empíricos de Ostrom é Torbel localizada na Suíça - uma vila com pouco mais de 600 pessoas¹⁴. A gestão de terras comuns na vila de Torbel, na Suíça, destaca a importância da regulamentação comunitária e da propriedade privada. Desde 1224, os moradores de Torbel têm regulado o uso de cinco tipos de propriedades comunitárias: prados alpinos, florestas, terras residuais, sistemas de irrigação e vias de acesso. Em 1483, foi formalizada uma associação para melhorar a gestão dessas terras.

A lei local proibia estrangeiros de adquirir direitos nas terras comuns e a propriedade de um terreno não garantia automaticamente direitos comunais. Os limites das terras comunitárias eram bem definidos e o acesso a elas era limitado aos cidadãos com direitos ampliados. Regulamentos de 1517 estabeleciam que nenhum cidadão poderia enviar mais vacas para os prados alpinos do que poderia sustentar no inverno. Multas eram aplicadas por um oficial local para quem excedesse a cota.

¹³ Pastagens comuns em Torbel na Suíça.

¹⁴ Segundo o site <https://houseofswitzerland.org/de/swissstories/umwelt/ein-schweizer-dorf-schreibt-zweimal-umweltgeschichte>: Torbel é uma vila com 481 habitantes. Mais de 80% dos moradores de hoje (2018) nasceram na comunidade.

Os estatutos da vila, votados por todos os cidadãos, davam autoridade legal a uma associação para gerir os prados alpinos, incluindo a contratação de pessoal, aplicação de multas, distribuição de estrume e organização de trabalhos de manutenção anuais. Esse sistema de gestão comunitária permitia uma utilização sustentável dos recursos comuns e mantinha a estabilidade social e econômica da vila.

Existem outras experiências sobre a Economia dos Comuns, Ostrom (1990, p.61-88) cita algumas delas: Valência, Múrcia e Orihuela, Alicante (na Espanha), Comunidades de irrigação em Zanjera, nas Filipinas. Cada uma destas experiências tem seus regramentos próprios e a forma de lidar, no cotidiano, com as demandas que venham a surgir, caso necessitem de intervenção. Entretanto a autora afirma que,

Em contraste com a incerteza causada por esses ambientes, a população nesses locais, as ações permaneceram estáveis por longos períodos de tempo. Os indivíduos compartilharam um passado e esperam compartilhar um futuro. É importante para que os indivíduos mantenham suas reputações como membros confiáveis da comunidade. Esses indivíduos vivem lado a lado e cultivam os mesmos lotes ano após o ano. Eles esperam que seus filhos e netos herdem suas terras. (OSTROM, 1990, p.88)

A proposta da Economia dos Comuns é bem clara, quanto a cuidar dos bens comuns, para que as próximas gerações possam ter o que usufruir.

3.3 ECONOMIA FEMINISTA

A Economia Feminista surge no século XIX, mas ganha mais força com o movimento feminista no século XX. Esta economia vem para criar embate com a economia capitalista vigente, que é patriarcal, em que o homem é colocado como o provedor dos recursos da casa e a mulher como responsável pelo lar. A luta contra a visão do trabalho doméstico e de cuidados era no início a bandeira. O movimento feminista alcançou outro patamar quando se incluiu na pauta a questão da igualdade salarial. Agora a discussão era tanto sobre o público quanto o privado.

A própria mulher reconhece que o universo em seu conjunto é masculino; os homens modelaram-no, dirigiram-no e ainda hoje o dominam; ela não se considera responsável; está entendido que é inferior, dependente; aprendeu as lições da violência, nunca emergiu, como um sujeito, em face dos outros membros da coletividade; fechada em sua carne, em sua casa, apreende-se

como passiva em face desses deuses de figura humana que definem fins e valores. Neste sentido, há verdade no slogan que a condena a permanecer "uma eterna criança"; também se dizia dos operários, dos escravos negros, dos indígenas colonizados que eram "crianças grandes", enquanto não os temeram; isso significava que deviam aceitar, sem discussão, verdades e leis que outros homens lhes propunham. O quinhão da mulher é a obediência e o respeito. Ela não tem domínio, nem sequer em pensamento, sobre essa realidade que a cerca. (BEAUVOIR, 1967, p.364)

Simone Beauvoir, no seu livro o “Segundo Sexo - a experiência vivida”, vai falar sobre a mulher: seu nascimento, como foi a sua criação e como essa mulher percebe o mundo em cada fase. A partir dessa leitura, inicia-se assim a discussão sobre a Economia Feminista e o entendimento de quão árdua é a tarefa de colocá-la em prática a qual apresenta propostas diferentes da economia ortodoxa. Esquivel (2012, p.26) baliza dizendo que a Economia Feminista encontra-se em um campo fértil e, ao mesmo tempo complexo, entre o feminismo e a economia. Reforçando sobre o posicionamento feminista, que tem como pretensão desconstruir as crenças sociais “que asocian a las mujeres únicamente con la sensibilidad, la intuición, la conexión con la naturaleza (y con los demás), el hogar y la sumisión; y a los varones con el rigor lógico, la objetividad, el mercado, la esfera pública y el poder.” Esquivel continua frisando que essas associações não são ingênuas, sendo essa construção social de gênero desigual e que traz resquícios, tanto para as mulheres quanto para os homens.

La perspectiva y la propuesta de la economía feminista son absolutamente opuestas a la economía que da soporte actualmente a un sistema capitalista heteropatriarcal depredador de la naturaleza y explotador de las vidas humanas, generador de múltiples desigualdades. Un sistema económico que se presenta como autosuficiente, pero que su funcionamiento y continuidad dependen fundamentalmente del trabajo doméstico y de cuidados que cuida la vida y reproduce la fuerza de trabajo, por una parte, y del expolio que hace de la naturaleza, por otra. Un sistema cuyo único objetivo es el beneficio privado de unos pocos, para lo cual requiere de un crecimiento continuado sin límites. Frente a este sistema que desprecia la vida de las personas y las convierte en simples mercancías (cada una con su precio), la economía feminista elabora una propuesta totalmente rupturista con lo establecido que va fraguándose con fuerza tanto desde el campo teórico como el político: el objetivo último de un sistema económico debiera ser la vida de las personas –mujeres y hombres de todo el planeta-, una vida digna, decente, buena, donde las necesidades humanas estén resueltas, manteniendo respeto por la naturaleza, de la cual, a su vez, dependen nuestras vidas. En otras palabras, frente al conflicto capital-vida, apostar por la vida. (BENGOA; CORRAL, 2017, p.15)

Falar da Economia Feminista é também falar do movimento feminista que busca a emancipação e o empoderamento da mulher. A Economia Feminista, nessa

mesma pegada, propõe uma economia que valorize a mulher. É um campo de estudo que visa analisar as relações econômicas a partir da perspectiva das mulheres. O objetivo é identificar as desigualdades de gênero presentes e propor políticas que possam corrigi-las.

A tabela abaixo indica o número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência, por sexo e grupos de idade, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - Brasil – 2022 retirada do site do IBGE (Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil | IBGE).

Tabela 3 – Horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais de idade (1) (2)														
	Grupos de idade														
	Total			14 a 29 anos de idade			30 a 49 anos de idade			50 a 59 anos de idade			60 anos ou mais de idade		
	Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo	
		H	M		H	M		H	M		H	M			
Brasil	17,0	11,7	21,3	14,3	10,2	17,8	17,6	11,9	22,4	18,3	12,1	23,3	18,9	13,7	22,6
Norte	16,2	11,5	20,3	14,5	10,4	18,2	17,1	12,0	21,6	17,3	11,9	21,9	17,0	13,0	20,4
Rondônia	17,0	12,4	20,9	15,6	11,4	19,4	17,6	12,6	21,8	17,9	12,4	22,0	17,7	14,4	20,6
Acre	13,6	9,9	16,6	12,7	9,0	15,5	14,2	10,2	17,7	14,1	10,0	17,3	14,0	11,1	16,1
Amazonas	16,8	12,7	20,4	15,6	11,9	18,9	17,4	13,1	21,1	18,3	13,9	22,3	17,2	13,2	20,8
Roraima	13,6	10,5	16,5	12,5	9,4	15,3	14,2	10,7	17,7	15,1	12,0	17,8	13,6	11,9	15,0
Pará	16,5	11,1	21,2	14,5	9,7	18,8	17,7	11,9	23,0	17,7	11,2	22,9	16,9	12,5	20,5
Amapá	13,6	10,8	16,1	12,1	10,0	14,1	14,6	11,2	17,5	14,1	11,5	16,6	14,6	11,8	17,1
Tocantins	15,8	11,5	19,7	13,8	10,2	17,2	15,8	11,3	20,0	16,9	12,1	21,5	19,2	14,7	23,0
Nordeste	18,5	11,8	23,5	15,9	10,5	20,1	19,5	12,2	25,2	19,9	12,3	25,5	19,6	13,2	23,8
Maranhão	16,7	11,5	20,6	14,6	10,4	17,8	17,8	11,6	22,5	17,8	12,2	22,1	17,6	13,1	20,6
Piauí	18,0	11,4	23,0	15,8	10,1	20,2	19,1	12,4	24,5	19,1	10,9	24,9	18,4	12,2	23,1
Ceará	19,5	12,6	24,4	16,8	11,3	20,8	20,5	12,7	26,2	21,2	13,4	26,8	20,1	14,0	24,2
Rio Grande do Norte	18,3	11,1	24,1	14,8	9,4	19,2	18,4	11,0	25,0	21,1	12,2	27,4	21,8	13,9	27,1
Paraíba	18,9	12,4	23,9	17,3	11,6	21,4	19,5	12,7	25,3	20,1	12,6	25,8	19,4	13,0	23,3
Pernambuco	19,3	12,7	24,0	16,1	11,0	20,0	20,6	13,2	26,1	21,0	13,4	26,0	20,2	14,1	24,1
Alagoas	20,2	13,0	25,4	18,1	11,6	22,4	21,4	13,3	27,7	21,9	14,0	27,6	20,2	14,6	23,8

Tabela 4 – Horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos

(Conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais de idade (1) (2)														
	Grupos de idade														
	Total			14 a 29 anos de idade			30 a 49 anos de idade			50 a 59 anos de idade			60 anos ou mais de idade		
	Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo	
H		M	H		M	H		M	H		M	H		M	
Sergipe	18,8	11,2	24,7	16,2	9,9	21,1	20,6	11,7	27,5	18,6	11,0	24,7	19,8	12,7	24,7
Bahia	17,8	10,9	23,1	15,4	9,6	19,9	18,7	11,3	24,5	18,9	11,2	24,9	19,1	12,2	23,8
Sudeste	17,1	12,1	21,3	13,9	10,3	17,2	17,5	12,2	22,2	18,4	12,3	23,4	19,4	14,3	23,1
Minas Gerais	17,5	11,5	22,7	14,6	9,9	18,9	18,3	11,6	24,3	18,5	11,9	24,0	19,3	13,5	23,8
Espírito Santo	17,1	11,9	21,5	14,3	10,2	17,8	17,9	12,5	22,7	18,0	11,7	23,3	18,6	13,5	22,7
Rio de Janeiro	16,7	12,5	20,1	13,9	10,7	16,7	17,1	12,6	21,0	18,1	12,8	22,2	18,4	14,4	21,0
São Paulo	17,1	12,2	21,1	13,6	10,3	16,5	17,3	12,2	21,7	18,5	12,4	23,6	20,0	14,8	23,7
Sul	15,5	11,4	19,1	12,7	9,6	15,5	15,8	11,6	19,7	16,8	11,7	21,0	17,8	13,7	21,0
Paraná	15,4	11,1	19,0	12,7	9,6	15,5	15,6	11,1	19,6	16,9	11,4	21,4	17,8	13,3	21,2
Santa Catarina	16,0	12,2	19,5	13,6	10,3	16,6	16,2	12,3	19,8	17,5	12,6	21,7	18,3	14,7	21,0
Rio Grande do Sul	15,4	11,3	18,9	12,1	9,2	14,9	15,8	11,6	19,8	16,2	11,5	20,2	17,7	13,5	20,9
Centro-Oeste	15,0	10,4	18,9	12,8	9,2	16,1	15,5	10,5	19,8	16,6	11,0	21,2	16,5	12,1	19,9
Mato Grosso do Sul	15,3	10,8	19,2	13,3	9,6	16,8	15,8	10,7	20,2	16,5	11,8	20,9	16,7	13,1	19,3
Mato Grosso	14,2	9,3	18,4	13,3	8,8	16,8	13,9	8,8	18,6	16,3	10,4	21,3	15,5	11,3	19,0
Goiás	15,2	10,6	19,2	12,9	9,3	16,3	15,9	11,0	20,2	16,6	10,7	21,4	16,4	11,9	19,7
Distrito Federal	15,1	10,8	18,7	11,6	9,1	14,0	16,0	11,2	20,0	17,2	11,9	21,0	17,8	12,5	21,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas).

Notas:

- (1) Calculado apenas para as pessoas que declararam ter feito atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos na semana de referência.
- (2) Excluídas as pessoas sem declaração das horas dedicadas às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos na semana de referência.

Uma das principais contribuições é a crítica ao conceito de "trabalho invisível". Ele se refere às atividades domésticas, visionadas direta e constantemente como obrigações femininas, tangendo: cuidar dos filhos, limpar a casa, preparar as refeições e demais atividades correlatas dos afazeres do dia a dia. Não são efetivamente reconhecidas como produtivas que, como tal, demandam tempo, logística e manutenção. O argumento é sobre a equivalência na realização das

tarefas do lar às externas, provenientes de um emprego ou afins, com o mesmo nível de importância.

É importante avaliar que para haver produção é preciso considerar a necessidade da reprodução da força de trabalho, ou seja, não é possível negligenciar esse aspecto da economia. O trabalho das mulheres realizado no interior das residências tem valor econômico – o que não quer dizer valor monetário. É econômico ao criar condições para que outros seres (homens e mulheres) vendam sua força de trabalho numa sociedade centrada no mercado, porém invisível ao não constar em dados estatísticos ou contábeis [...]. Há uma tradição em ignorar a divisão sexual do trabalho e ocultar o trabalho familiar doméstico e sua articulação com o sistema hegemônico, mantendo uma rígida separação entre as dicotomias público e privado, razão e sentimento, trabalho mercantil e trabalho doméstico, empresa e família. O que se compreende é que, apesar de a contribuição econômica das mulheres para a reprodução familiar ser decisiva, isso ocorre de maneira invisível aos olhos da maioria dos pensadores clássicos da economia. Basicamente, porque o emprego feminino é considerado circunstancial e complementar ao masculino, uma vez que a responsabilidade primordial da mulher é o lar. (SIMON, 2020, p.11-12)

Esse trabalho mencionado como invisível que não é medido monetariamente, mas que tem valor econômico, uma vez que, para que haja produção é necessária a reprodução, onde traz a contribuição das mulheres dentro da família. Assim a Economia Feminista, diferente da economia em que vivemos, considera de grande relevância o trabalho realizado dentro dos lares, mesmo não sendo este monetizado. Nobre (2014, p. 14), vai abordar essa questão dizendo que “A economia tradicional analisa somente o trabalho de mercado. A Economia Feminista analisa junto o trabalho de reprodução da vida. Isso ajuda a entender o trabalho invisível das mulheres no serviço doméstico e de cuidados.”

Outra autora, que traz à tona este campo invisibilizado, é Marçal, mostrando a reflexão de o quanto isso é visto como algo tão natural, que não precisa ser levado em conta:

O trabalho doméstico não é mais nem menos difícil de medir do que a maioria do que incluímos no PIB. Por exemplo, fazemos esforços imensos para medir o valor da comida que um fazendeiro produz em sua terra, mas que não leva ao mercado. Com o trabalho doméstico, não fazemos o mesmo esforço. O trabalho das mulheres é um recurso natural que não achamos que precisamos levar em conta. Supomos que sempre existirá. É considerado uma infraestrutura invisível e indelével. A agência de estatísticas nacionais do Canadá tentou medir o valor do trabalho não remunerado. Descobriu que correspondia a algo entre 30,6 e 41,4 por cento do PIB. O primeiro número é calculado com base em quanto custaria substituir o trabalho não remunerado por trabalho remunerado. O segundo é baseado em quanto uma pessoa ganharia se estivesse recebendo um

salário enquanto faz o trabalho doméstico. Independentemente do método, a soma é enorme. (MARÇAL, 2022, p. 48).

Observando o que Marçal mencionou na citação acima, a monetização do trabalho invisível pode causar grande impacto no PIB, abrindo-nos um novo olhar para tais atividades e avaliar por que ele continua sendo ignorado nas estatísticas e dados econômicos.

Outro ponto significativo discutido na Economia Feminista é a análise das discrepâncias salariais entre gêneros. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em média, as mulheres ganham 23% menos do que os homens em todo o mundo. A economia feminista defende o aumento do salário mínimo com paridade, somada à promoção da equidade no próprio mercado de trabalho, por meio de políticas governamentais.

Muitas mulheres acreditam que nessa questão do trabalho tudo podia ser diferente do que é hoje. Elas acreditam que, para alcançar a igualdade entre homens e mulheres, precisamos mudar o nosso modo de encarar o trabalho e a economia. Elas propõem na Economia Feminista: transformar a economia de acordo com o ponto de vista das mulheres. Para a Economia Feminista, o trabalho doméstico e de cuidados é essencial para a vida e para a economia. Para a Economia Feminista, o trabalho doméstico e de cuidados é trabalho mesmo e não obrigação. Para a Economia Feminista, os homens, as mulheres, os governos, os empresários e toda a sociedade devem ser responsáveis pela sustentabilidade da vida. Para a Economia Feminista, cada um deve assumir a sua parte. Essa é a única forma de mudar a situação atual de exploração das mulheres. Para a Economia Feminista, o cuidado da vida deve estar em primeiro lugar, porque é muito mais importante do que os lucros do mercado. (NOBRE, 2014, p. 13).

Além disso, também se ocupa com a melhor distribuição de pecúlios, onde a maioria das mulheres ainda tem menos acesso (como crédito, terra e propriedade), argumentando que isso limita as suas capacidades de participar plenamente da economia, propondo políticas corretivas.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho: “O pagamento de trabalhadoras domésticas para cuidar da casa, das crianças e de pessoas idosas, é a solução da “nova economia” que famílias, de profissionais de classe média com dois provedores, tendem a adotar em muitos países industrializados de modo a balancear trabalho e vida doméstica, apesar de esta opção estar fora do alcance das famílias trabalhadoras... Nos países em desenvolvimento é comum que os domicílios, mesmo os modestos, tenham ao menos uma empregada doméstica. Como uma estratégia para conciliar trabalho e vida familiar, para reduzir a pobreza e promover a proteção social e igualdade de gênero no trabalho, a OIT encoraja países em desenvolvimento a organizar serviços apoiados pelo governo, ou cooperativas de cuidado de crianças. Emprego decente para 3 empregadas

domésticas, é outra estratégia chave para melhorar a qualidade e a cobertura dos serviços de apoio para as famílias da classe trabalhadora.” (NOBRE, 2014, p. 2).

Nobre ponderou acima sobre a visão da OIT sobre o trabalho doméstico, mas as ações relacionadas à Economia Feminista não são apenas sobre a discussão do trabalho doméstico. Desta maneira, muitas estratégias e propostas são realizadas para fortalecimento e crescimento da Economia Feminista. Orozco (2017, p.39-40)) as fez em três níveis: macro, médio e micro (certamente não dá conta de todas as existentes). A autora vai apontá-las da seguinte forma:

Nível macro

- Resistir à incidência da lógica de acumulação em novos territórios – defendendo assim a economia os comuns e lutando contra os tratados de livre comércio e inversão;
- Desfinanciamento da economia; auditoria das dívidas, só se paga o que se deve; lutar contra o aperto das políticas fiscais e o fim do dogma do déficit zero;
- Visibilidade dos cuidados, luta contra seu papel visto como trabalho invisível do sistema e trocar indicadores.

Nível médio

- A despeito do mercado laboral: medidas contra as discriminações e por um emprego decente; não se trata de uma luta por dinheiro, mas contra o trabalhador parasita; prioridade nos direitos de conciliação, não só para as mulheres e famílias nucleares; não maquiar o conflito capital-vida; a emancipação do emprego, a subversão no fim do trabalho assalariado e vice-versa, os cuidados invisibilizados;
- Sobre a política fiscal e o público: reforma fiscal profunda e progressiva, revisada conforme a perspectiva feminista e que garanta disponibilidade de recursos; ferrenha defesa do público, em que o horizonte em si não é o estado de bem estar e sim o público, sendo imprescindível a garantia do bem viver – defesa e ampliação do que já tem, trazer para perto o público do comum, garantir a diversidade e a igualdade, mecanismos coletivos de correlação de privilégios;
- Pressupostos sensíveis ao gênero, participativos, com enfoque de bem estar;

- Economia Solidária: É social e solidária e/ou feminista? Que papel tem o dinheiro? – moedas sociais/locais;
- Espaços autogestionários e desmercantilizados: existe a solução coletiva e não mercantilizada das necessidades, testar formas e reorganizar os trabalhos, desobediência à legalidade e combate à propriedade privada;
- Reforma agrária: a terra a serviço do bem comum, a terra para quem a trabalha, reconhecer o protagonismo das mulheres camponesas, recampesinação da sociedade.

Nível micro

- Desobediência diária ao gênero: desobedecer às dimensões econômicas da matriz heterossexual, reconhecer a dimensão econômica da desobediência em matéria de desejo sexual, identidade de gênero, amor e relações;
- Erosão da divisão sexual do trabalho nas práticas cotidianas: em casais, domicílios e todo tipo de espaço de convivência e trabalho, recuperar espaços para pensar coletivamente; como fazer;
- Uma revolução silenciosa da economia no dia a dia: construção cotidiana e coletiva de outros sentidos do bem viver (consumo, maternidade, formas de convivência), foras de vida ecologicamente sustentáveis.

As formas de enfiamento para construir e constituir a Economia Feminista, sejam elas a longo, médio ou curto prazo, dependem de sensibilização, mobilização e organização, passos que vão determinar o sucesso de sua implementação. Precisamente, há que se consolidar o empoderamento deste público para que juntos possam definir os próximos passos.

Em suma, a Economia Feminista traz uma abordagem crítica ao molde tradicional, priorizando as equidades de gênero. É nesta perspectiva que se pode, mais uma vez, utilizar das escritas de Marçal (2022, p. 51): “Toda uma geração interpretou a astuta proclamação “Você pode ser o que quiser!” como “Você precisa ser tudo”. “Ter tudo” se tornou “fazer tudo”. Senão, você é uma inútil.” Partindo desse pressuposto essa economia visa, acima de tudo, o equilíbrio das várias

jornadas que as mulheres realizam, todos os dias, para conciliar seus vários papéis sociais.

3.3.1 Experiências na Economia Feminista

A Economia Feminista tem várias experiências que, muitas vezes, estão conectadas a outras economias transformadoras. Ela está mais envolvida em questões mais teóricas e as demais economias já têm suas incidências práticas.

Parafraseando, o grupo “Teia de Aranha” nasceu da literatura do autor João Guimarães Rosa. Em 2001, o grupo criou o painel “Grande Sertão” para o grupo de contadores de histórias Tudo Era Uma Vez de Belo Horizonte, inspirado na obra “Grande Sertão: veredas”.

O grupo é formado por 10 mulheres de diversas idades que se reúnem, semanalmente, em São Paulo, para criar e expressar imagens da literatura e da cultura por meio do bordado. As técnicas de bordado livre são popularizadas por essas mulheres, aproximando as pessoas, criando uma representação comum da realidade que vivenciam e forjando novos laços emocionais.

Através da arte criativa com fios coloridos, o grupo homenageia as tradições folclóricas, promove as artes compartilhadas de leitura e criação; também promove o autocuidado.

Outros exemplos são trazidos por Nobre (2014, p.5-8) de experiências que estão correlacionadas com a Economia Solidária, sendo: os comedores populares do Peru, os comedores populares da Argentina, os assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e o mutirão de casas populares.

Mostra neste texto, de forma resumida, a experiência dos Comedores Populares do Peru, que é uma resposta comunitária à crise econômica iniciada na década de 1970. É administrada por mulheres voluntárias e oferece refeições gratuitas ou a preço reduzido.

Existem, atualmente, mais de 70 destes estabelecimentos de restauração. Cada um preparando e vendendo, aproximadamente, 100 itens de menu por dia para permanecerem abertos. O “Comedores” é mais do que um restaurante; é também um local de atividades sociais e políticas, como defesa de políticas públicas e participação em movimentos sociais.

Uma lei de 1991 reconheceu-as como organizações sociais e exigiu que elas recebessem ajuda financeira do Estado. Porém, na prática, isso cobre apenas uma parte dos seus custos. As mulheres do Comedores também apoiam populações vulneráveis que enfrentam desafios, como a especialização e a procura de novas economias que valorizem o conhecimento local e a cultura alimentar.

3.4 ECONOMIA AGROECOLÓGICA

Antes de entrar nas definições sobre a Economia Agroecológica, é importante colocar o distanciamento que existe entre ela e o agronegócio. Tal distanciamento está nos métodos de produção, nos impactos socioambientais, no uso de tecnologias e também nos princípios.

Agronegócio: Com uma orientação para a agricultura industrial, o sistema concentra-se fortemente em vastas produções de monoculturas. Nela estão enraizados os métodos da “Revolução Verde”, que implicam a aplicação de uma grande quantidade de produtos químicos e a introdução de sementes geneticamente modificadas. Esse sistema baseia-se em ganhar mais dinheiro às custas dos pequenos negócios locais e, assim, tende a beneficiar as grandes empresas multinacionais. Pode resultar em efeitos ecológicos negativos profundos, como o desaparecimento de diferentes espécies de plantas ou de animais e a poluição das fontes de água.

Agroecologia: A agricultura que incorpora princípios ecológicos em sua estrutura é denominada holística. Implica a utilização de sistemas de produção e solos biodiversos com práticas de gestão sustentáveis. A soberania alimentar e a promoção da sustentabilidade em longo prazo têm como preocupações primordiais melhorar a regeneração do solo, a biodiversidade e o ciclo da água.

Centrando-se menos em insumos externos, a abordagem trabalha no sentido de reduzir os impactos negativos, tanto no ambiente como na saúde pública. Trabalha com a prática da rotação de culturas e da preservação da biodiversidade através da promoção da diversidade na cultura. É um meio que contribui positivamente para um melhor abastecimento nutricional, tanto para humanos como para animais. Uma das chaves para a sobrevivência é a resiliência, o que leva a uma maior resistência contra as alterações climáticas e as flutuações do mercado.

Dentro do que foi mencionado, são apresentados com brevidade alguns pontos comparativos entre agronegócio e agroecologia:

Quadro 1 – Comparativo entre Agronegócio e Agroecologia

	Agronegócio	Agroecologia
Preparo do solo	Aração e gradagens (movimento de solo é grande e intensivo – exceção para plantio direto).	Solo tratado como um organismo vivo. Busca-se menor revolvimento do solo.
Adubação	Uso de doses elevadas de adubos químicos altamente solúveis.	Uso de adubos em orgânicos.
Controle de pragas e doenças	Uso de produtos químicos (inseticidas e fungicidas).	À base de medidas preventivas e produtos naturais
Controle de ervas	O mato é considerado como uma erva daninha. Uso de controle químico com herbicidas, na maioria dos casos.	O mato é considerado como um amigo. O controle é preventivo, manual e mecânico.
Sintomas do meio ambiente	Poluição das águas e degradação do solo (elementos químicos residuais).	Preservação do solo e das fontes de água.

Fonte: elaborado pela autora

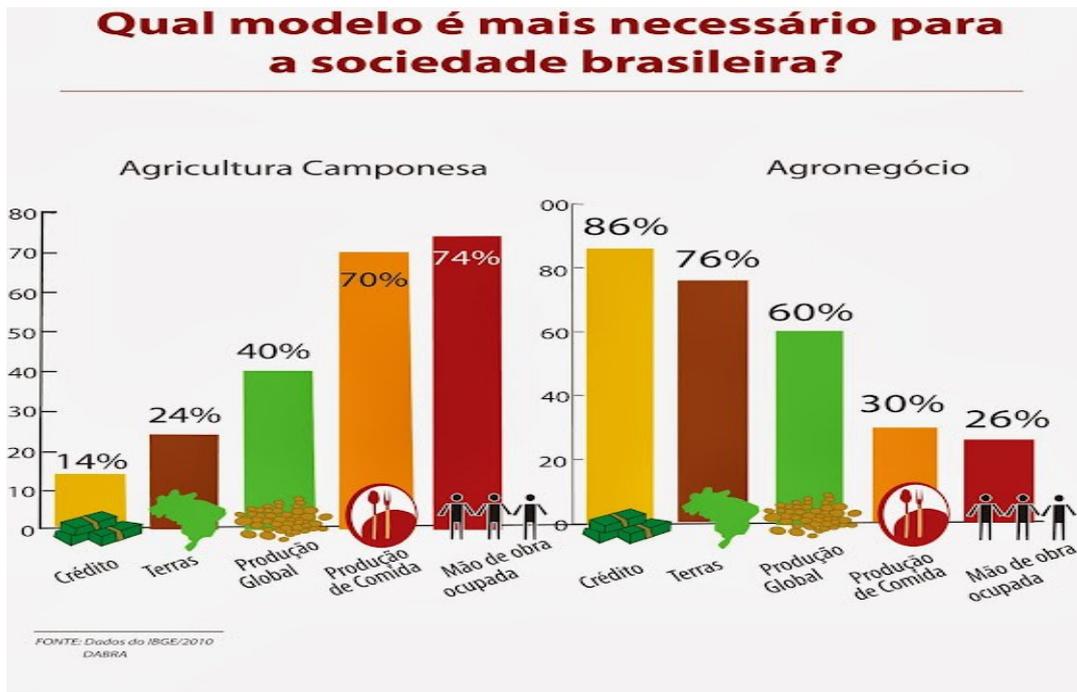
Fonte dos dados: Sites - A Batalha entre dois modelos agrícolas: agronegócio vs agroecologia - MST e Agronegócio X Agroecologia • Instituto Pindorama

A abordagem da Economia Agroecológica objetiva integrar a produção agrícola com a sustentabilidade ambiental e social. Baseia-se em práticas que promovem a biodiversidade, a conservação do solo e da água, a redução do uso de agrotóxicos e a promoção da saúde humana.

Es un enfoque transdisciplinar científico que define, clasifica y estudia los sistemas agrícolas desde una perspectiva agronómica, ecológica y socioeconómica, étnica y socio cultural; se considera el fundamento científico de la agricultura sustentable, ya que brinda conceptos, características y principios ecológicos para analizar, diseñar, administrar y conservar recursos de sistemas agrícolas. Integra saberes tradicionales, con el conocimiento técnico moderno para obtener métodos de producción que respeten el ambiente y la sociedad, de modo de alcanzar no sólo metas productivas, sino también la igualdad social y sustentabilidad ecológica del agroecosistema. (FÉRRIZ, 2017, p.728)

Após fazer uma breve introdução sobre algumas diferenças do sistema tradicional e a da agroecologia, ainda conforme dados do IBGE, também se observam outras diferenças de acordo com o gráfico, que abordará dados sobre crédito, terras, produção global, produção de comida e mão de obra:

Figura 2 – Gráfico comparativo: Agronegócio e Agricultura Camponesa



Fonte: <https://agroecologia.org.br/>

Apesar de parecer um termo recente ou um modismo para alguns, tal vivência se dá há milênios. Guhur e Silva (2021, p. 61) vão citar que essa é uma prática dos camponeses e povos originários de cerca de 12 mil anos e,

Ao que tudo indica, o termo “agroecologia” surgiria pela primeira vez em 1928, em um livro escrito por Basil Bensing (agrônomo russo que posteriormente emigrou para os EUA), para descrever o uso de métodos ecológicos na produção comercial de cultivos. No mesmo ano, o agrônomo americano Klaus Klages, embora sem citar o nome “agroecologia”, escreveu um artigo considerado pioneiro na aplicação da ecologia [ver Ecologia] à ciência agrícola, em que analisava a distribuição das espécies cultivadas, chamando a atenção para as complexas relações existentes entre a planta e seu ambiente (Klages, 1928), incluindo em uma obra posterior fatores históricos, técnicos e socioeconômicos (Wezel; Soldat, 2009). Diversos outros estudos importantes datam das décadas de 1920-1930. Alguns deles deram origem, no mesmo período, a sistemas agrícolas de base ecológica que integravam modos de vida e visões de mundo bastante amplas: a agricultura biodinâmica [ver Agricultura Biodinâmica], fundada na Alemanha por Rudolf Steiner, em 1924; e a agricultura natural, fundada no Japão por Mokiti Okada em 1935 (e com contribuições também de Masanobu Fukuoka). Ambas surgiram integradas a sistemas filosóficos e religiosos – a proposta de Steiner englobava também uma pedagogia e uma medicina; a de Okada incluía a arte. (GUHUR; SILVA, 2021, p. 62).

Vários autores trazem sua contribuição definindo o que é agroecologia, Cotrim et al (2018, p.33-34)) faz menção de alguns deles: Guzman e Molina – aponta a agroecologia como “espaço de estudos que requer o manejo ecológico dos recursos naturais, ... por meio de uma ação social coletiva de caráter participativo”; Altieri define a agroecologia como “a disciplina científica que aproxima os estudos da agricultura em uma perspectiva ecológica, ... centrada no entendimento das inter-relações dos elementos componentes do agroecossistema e as dinâmicas complexas do processo ecológico.”; Gliessman apresenta a agroecologia “ como a aplicação dos princípios e conceitos ecológicos aos desenhos e gestão dos agroecossistemas sustentáveis.” Ela irá “propiciar bases científicas para o desenvolvimento da agricultura.”; Norgaard destaca a visão dos agroecologistas que “veem as pessoas como parte do sistema local em desenvolvimento” e Costabeber define a agroecologia como “um marco teórico cujo fim é amenizar os processos agrícolas de maneira mais ampla” e coloca o agricultor no “papel de sujeito ativo na determinação e construção de suas opções futuras.”

La palabra “agroecología” puede tener por lo menos tres significados: la descripción de un paradigma científico que emerge y se consolida en el siglo pasado; un movimiento social que critica los postulados de la revolución verde y las ideas del desarrollo clásico; o un estilo de agricultura ecológica (eco-agricultura), práctica o sistema que hace parte de las llamadas agriculturas alternativas. (FÉRRIZ, 2017, p.717)

O autor ainda afirma que “a agroecologia é proposta como alternativa à atual crise ecológica, econômica e social, na qual a sociedade propõe soluções, baseadas na gestão racional dos recursos naturais, para a produção e consumo de produtos”. Também enfatiza a questão dos “métodos de participação, a partir de uma perspectiva endógena, que engloba todos os processos produtivos, circulação e consumo de produtos.”

Segundo a FAO¹⁵ (Food and Agriculture Organization) que é a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, a agroecologia é um conjunto de práticas que estimulam a diversificação de cultivos, a integração de animais e

¹⁵ Outro estudo da FAO, produzido para a Conferência Internacional sobre Agricultura Orgânica em 2006, apontou que se toda a agricultura do mundo fosse convertida para sistemas orgânicos a quantidade diária de calorias disponíveis por pessoa seria de 2.786 a 4.381, mais do que suficiente para as necessidades humanas – a disponibilidade diária atual é estimada entre 2.200 e 2.500 calorias. (VON DER WEID, 2009, p.61)

plantas, o uso eficiente dos recursos naturais, bem como a promoção da saúde e bem-estar, tanto dos agricultores quanto dos consumidores. E, para que isso ocorra, marcos legais foram criados, podendo citar A Declaração dos Direitos dos Camponeses de 2018:

1) Artigo 16, § 4: Os Estados devem tomar todas as medidas necessárias para garantir que suas políticas e programas de desenvolvimento rural, agrícola, ambiental, comercial e de investimentos contribuam efetivamente para proteger e fortalecer as opções locais de subsistência e para a transição para modos sustentáveis de produção agrícola. Os Estados devem estimular a produção sustentável, incluindo a produção agroecológica e orgânica, sempre que possível, e facilitar as vendas diretas de agricultores para consumidores. 2) Artigo 17, § 7: Os Estados tomarão medidas visando à conservação e uso sustentável da terra e de outros recursos naturais utilizados em sua produção, inclusive, entre outros, por meio da agroecologia, e assegurarão as condições para a regeneração de capacidades biológicas e outras capacidades naturais e ciclos.

3) Artigo 20, § 2: Os Estados tomarão medidas apropriadas para promover e proteger os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais, incluindo sistemas tradicionais agrários, pastoris, florestais, pesqueiros, pecuários e agroecológicos relevantes para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica.

4) Artigo 25, § 1: Os camponeses e outras pessoas que trabalham nas áreas rurais têm direito a uma formação adequada aos ambientes agroecológicos, socioculturais e econômicos específicos em que se encontram. Questões cobertas por programas de treinamento devem incluir, mas não se limitar a, melhorar a produtividade, o marketing e a capacidade de lidar com pragas, patógenos, choques do sistema, efeitos de produtos químicos, mudanças climáticas e outros eventos relacionados ao clima (SANTOS, 2021, p. 75 - 76).

O seu maior contraponto ao modelo convencional de produção agrícola baseia-se no exato ponto do uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes geneticamente modificadas. Esses fatores têm sido fortemente associados a problemas ambientais, como a degradação do solo, a contaminação da água, a perda da biodiversidade, além de impactos negativos na saúde dos trabalhadores rurais e dos consumidores finais.

As consequências negativas da Revolução Verde tornaram-se cada vez mais explícitas e difíceis de ignorar. Primavera silenciosa, publicado por Rachel Carson em 1962, foi um marco na denúncia dos efeitos dos agrotóxicos sobre o ambiente e a saúde humana, e influenciou de maneira ampla todo o movimento da contracultura das décadas de 1960 e 1970, período em que também se multiplicaram as pesquisas a respeito dos sistemas tradicionais de agricultura camponesa e indígena (Wezel et al., 2009). (GUHUR; SILVA, 2021, p.62)

Gutiérrez et al (2023) irão reforçar, em outras palavras que a Economia Agroecológica tem sua organização a partir das pessoas e de saberes que permitem a aproveitamento das potencialidades socioeconômicas e culturais das espécies nativas, pensando em preservar, conservar e restaurar ecossistemas naturais. Questões inerentes aos danos causados pela Revolução Verde, também são mencionadas por outros autores, dentre eles, Von Der Weid:

Para superar os fatores de insustentabilidade que caracterizam o sistema agrícola convencional baseado nos princípios da chamada Revolução Verde, os novos estilos de agricultura deverão, em primeiro lugar, ser econômicos no uso de recursos naturais não-renováveis, buscando, idealmente, chegar a dispensá-los, uma vez que as reservas de petróleo, gás, fósforo e potássio estão em processo de exaustão, como vimos anteriormente. Por outro lado, deverão recuperar, melhorar e conservar os recursos naturais renováveis, como solos, água e agrobiodiversidade, que também estão sendo destruídos pelo sistema convencional. Deverão também ser econômicos no uso de água, recurso que escasseará nas próximas décadas pelas múltiplas demandas a que está sendo e será submetido. As novas agriculturas deverão reduzir a emissão de gases de efeito estufa progressivamente até a eliminação. Além disso, terão que se desenvolver sem ampliar os processos de desmatamento e sem poluir águas e solos. Deverão ainda produzir alimentos saudáveis em diversidade, qualidade e quantidade necessárias para acompanhar o crescimento demográfico do planeta. Calcula-se que a demanda por alimentos no mínimo dobrará até a estabilização da população mundial. (VON DER WEID, 2009, p.59)

É extremamente relevante ao que concerne, discutir os pontos referentes ao nosso consumo alimentar. Para que haja equilíbrio, é necessário repensar nosso modo de consumo. Existe um preço a se pagar pelos impactos dos agrotóxicos, não só para quem os manipula, mas também para quem os ingere:

Qual o custo dos impactos dos agrotóxicos na saúde de trabalhadores agrícolas e consumidores? Qual o custo do assoreamento de rios, lagos e reservatórios provocado pela erosão nos campos de monoculturas? Investimentos em dragagem de represas assoreadas ou perdas em potencial energético causadas pelo assoreamento nunca são computados no preço da soja, do milho, do algodão e de outras grandes culturas. Os custos de descontaminação de águas para poderem ter outros usos ou os custos para a saúde dos consumidores dessas águas poluídas são cobertos pelos indivíduos ou pelo Estado. O custo da criação dos chamados desertos marinhos, em decorrência do carreamento de adubos químicos para a foz dos rios, é assumido pelos pescadores arruinados e não pelos poluidores. (VON DER WEID, 2009, p.56)

A transição para a Economia Agroecológica exige mudanças significativas nas políticas públicas, na investigação agrícola e nas práticas dos agricultores. É

necessário investir em pesquisas e tecnologias que permitam o desenvolvimento de sistemas de produção eficientes e sustentáveis. Os projetos governamentais, podem e devem incentivar a passagem com movimentos que visem educar acerca dos benefícios do novo modelo. Além disso, podem facilitar o processo com ofertas de crédito, assistência técnica e extensão rural, entre outras medidas já sabidas como sendo fundamentais para que ele se efetue.

Experiências em transição agroecológica no Paraná indicam que as produtividades médias são superiores às dos sistemas convencionais e que, nos casos mais avançados, alcançam 9 toneladas por hectare (t/ha) para o milho, 3 t/ha para o feijão e 3,3 t/ha para a soja. Mas o exemplo mais espetacular de produtividade em sistemas agroecológicos no mundo é conhecido pela sigla em inglês SRI, systems of rice intensification, ou sistemas de intensificação do arroz. Iniciada em Madagascar, essa experiência chegou a atingir a notável cifra de 22 toneladas de arroz por hectare, com uma média de 10 t/ha. Esses resultados estão muito acima daqueles obtidos em pesquisas com produção convencional de arroz. (VON DER WEID, 2009, p. 61).

A produção agroecológica pode ser superior à convencional, mas existem aqueles que insistem no uso de agrotóxicos e pesticidas nocivos à saúde. A agroecologia, como já mencionado, não está simplesmente pautada na produção e no meio ambiente por si somente, mas também se reflete na qualidade de vida e na saúde das pessoas envolvidas no processo ou no resultado do processo.

Destacamos la dimensión socioecológica desde una perspectiva de multifuncionalidad agrícola, o sea, esta perspectiva se sobrepone a la mera producción de bienes agrarios. La noción de “Multifuncionalidad de la Agricultura” se refiere, entonces, a la totalidad de productos, servicios y externalidades (funciones realizadas por la agricultura que no generan bienes que puedan ser intercambiados en mercados establecidos), creados por la actividad agrícola y que tienen un impacto directo o indirecto sobre la economía y la sociedad en su conjunto. Para la multifuncionalidad las funciones ambiental, social, local, son tan importantes como la económica o la producción de alimentos. (FÉRRIZ, 2017, p.718)

A agroecologia tem buscado realizar tal manejo, de forma integrada entre os recursos naturais renováveis, com a prerrogativa de otimizar a produção, minimizando a distribuição ou alteração do meio ambiente. Um trabalho que implica respeitar o ecossistema com suas respectivas espécies, obtendo a maior diversidade possível.

Sistemas agrícolas de base agroecológica são, portanto, conservadores dos recursos naturais renováveis e muito econômicos no uso de recursos

naturais não renováveis, como petróleo e gás ou fósforo e potássio, o que contribui para que seu balanço energético seja positivo, ao contrário dos sistemas da agricultura industrial. Eles procuram integrar áreas de vegetação nativa no desenho dos sistemas, pois as mesmas têm a função de manter o equilíbrio ambiental, evitando ou minimizando os surtos de pragas e doenças. Embora possa utilizar irrigação, a Agroecologia o faz com economia no uso da água, buscando a otimização da água das chuvas. (VON DER WEID, 2009, p. 60).

Seus mais relevantes benefícios são tanto para os agricultores, quanto para a sociedade como um todo. A diversificação de cultivos e a integração de animais e plantas contribuem para a conservação da biodiversidade e para a redução da dependência de insumos químicos. Elas não se referem somente às questões práticas supracitadas, incluindo-se como uma concepção sobre a vida de modo geral. Sendo assim, identificada como um “modus vivendi”, irá refletir em aspectos que vão muito além da saúde, trazendo as indagações acerca da segurança alimentar e nutricional.

As práticas agroecológicas trazem outra dinâmica para a saúde. Os modos de produção e de reprodução da vida dos camponeses, historicamente ocultadas ou descaracterizadas pelo modelo produtivista insustentável, são redimensionados e organizados pela agroecologia, valorizando as culturas nos territórios e as práticas e saberes em educação e saúde da população do campo [ver Práticas e Saberes em Educação e Saúde da População do Campo]. E, ao contrário do que insistem os mitos difundidos a respeito da agroecologia, diversos estudos apontam que os sistemas agroecológicos são produtivos, economicamente viáveis e mais estáveis ao longo do tempo do que os sistemas convencionais baseados na Revolução Verde. (GUHUR; SILVA, 2021, p. 69).

A agroecologia tem como objetivo a produção de alimentos mais saudáveis e a valoração da biodiversidade, embasando-se nas práticas campesinas e dos povos originários, priorizando os saberes tradicionais e adicionando-os com conhecimentos científicos, na finalidade de preservar os recursos naturais.

La salud es, entonces, una función del alimento sano y éste se obtiene no solamente a partir de técnicas inocuas sino de determinantes sociales y económicas, de creencias y ritos, de intereses y de presiones, que se expresan en modelos generales de agricultura. Estos, entendidos desde la misma propiedad de la tierra, el acceso a semillas, las prácticas de abonamiento y preparación de suelos, sistemas de riego (calidad y cantidad de agua) y manejo sanitario de los agroecosistemas hasta los procesos de pos cosecha, comercialización, adquisición, distribución, preparación y consumo de alimentos, generan una compleja cadena de relaciones en donde la salud puede salir ganando o perdiendo. Se advierte cómo la agricultura intensiva moderna ha agotado prácticamente los recursos biofísicos del ambiente y cómo la inseguridad alimentaria y la desnutrición todavía persisten en gran parte del planeta (se

asegura que unos 1.000 millones de personas todavía sufren las consecuencias del hambre). Desde la década de 1970, aún en los países con una disponibilidad general adecuada de alimentos, la distribución desigual significó que determinadas zonas y hogares todavía experimentarían inseguridad alimentaria. Queda claro que los avances técnicos en la producción de alimentos no resuelven los problemas del hambre o la seguridad alimentaria por sí mismos. (FÉRRIZ, 2017, p.720-721)

A Economia Agroecológica vem, desta forma, ao encontro da segurança alimentar e este conceito surgiu, conforme apontamento de Gutiérrez et al (2023, p.143) “a partir da Segunda Guerra Mundial, como um princípio de desenvolvimento para prevenir a fome no mundo. A segurança alimentar leva em conta três aspectos principais: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos”. O autor torna relevante também o termo soberania alimentar, que surgiu em 1996 e que vai atribuir a importância da preservação da cultura e hábitos alimentares de cada povo.

La agroecología es el diseño participativo de métodos de desarrollo endógeno, entendido como el desarrollo que tiene como finalidad potencializar las capacidades internas de cada región o localidad, con el objetivo de buscar una transformación de las sociedades hacia la sostenibilidad. Es un desarrollo que va de dentro para fuera. (FÉRRIZ, 2017, p.716)

Para ter qualidade de vida, um dos principais quesitos é a saúde. Ela está diretamente ligada aos hábitos alimentares que possuímos assim como a qualidade dos alimentos que consumimos. Por consequência estão entrelaçados com a qualidade do solo, da água que é utilizada, do manejo e dos cuidados gerais, inclusive de logística. E uma das práticas que culminam com as atividades agroecológicas são os circuitos curtos de comércio que Cotrim (2018, p.37) diz:

A ideia dos circuitos curtos de comércio propicia a construção de uma nova lógica de produção-distribuição-consumo, caracterizada produção associada, em escala adequada à demanda local, de unidades produtivas autogeridas (grupos de agricultores familiares e de empreendimentos econômicos solidários), intensivas em trabalho e em insumos renováveis; pelo armazenamento de curta duração, auxiliado por tecnologias sociais sustentáveis; pela distribuição local e regional, com o emprego de um mínimo de insumos mecânicos e energéticos; pelo consumo consciente (ético e responsável), referenciado nas necessidades sociais efetivas e marcado pelo compromisso do consumidor com a atenção à saúde e ao bem-estar, com a preservação ambiental e redução de resíduos, com a economia local e, finalmente, com a valorização da produção associada.

Uma das experiências a que se pode aludir, são os empreendimentos de agricultores familiares, que produzem seus próprios alimentos e o excedente comercializam nas proximidades, como também, junto ao governo, para alimentação escolar. Alguns também processam alimentos, têm indústrias caseiras, agroindústrias familiares e associações e cooperativas.

Essa economia coloca-se como uma alternativa que busca maior qualidade de vida para todos os que estão trabalhando nela e para os que consomem. Como também para a sociedade em geral, pois ela busca o equilíbrio para que a natureza continue viva. E mostra que é possível coabitar neste planeta sem destruí-lo.

3.4.1 Experiências da Economia Agroecológica

No site agroecologia em rede (Início - Agroecologia em Rede), encontram-se várias experiências sobre a Economia Agroecológica e dele, serão trazidos dois exemplos, da Colônia Juliano Moreira¹⁶ e Sítio Avohai¹⁷.

A Colônia Juliano Moreira é um exemplo de Economia Agroecológica em ação. Sediada em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, mantém a tradição da agricultura familiar, que não apenas dela sobrevive, mas prospera através da comercialização. Criado em 2011, o Coletivo Quintais Produtivos da Colônia é uma prova do poder da colaboração e da certificação coletiva, neste caso através do grupo SPG ABIO¹⁸ – REDE CAU¹⁹.

A associação se reúne mensalmente e, com o apoio do Programa de Desenvolvimento de Campus da Fiocruz da Mata Atlântica (PDCFMA), conseguiu estabelecer um escritório conjunto de vendas de produtos agroecológicos. Além disso, a rede Quintais Produtivos está se expandindo com o apoio do PDCFMA, da

¹⁶ Mais informações na página do site agroecologiaemrede: Quintais Produtivos da Colônia - Agroecologia em Rede

¹⁷ Mais informações na página do site agroecologiaemrede: Sítio Avohai - Agroecologia em Rede

¹⁸ SPG – ABIO: Sistema Participativo de Garantia – é uma metodologia para avaliar a conformidade de produtos orgânicos

¹⁹ REDE CAU: Rede Carioca de Agricultura Urbana - é um movimento social que agrega pessoas e organizações para a defesa da agroecologia nas cidades. Atua junto aos quintais produtivos e lavouras, defende o consumo ético e responsável.

AS-PTA²⁰ e da equipe da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), que presta assessoria em práticas agrícolas e técnicas sociais.

Embora o trabalho seja feito individualmente, a colaboração regular fortalece o senso de comunidade e cooperação. Os agricultores obtêm rendimentos, cultivando alimentos nos seus quintais e campos, alguns utilizando técnicas de compostagem e outros dedicando-se à criação de gado. Essa abordagem holística não só beneficia o ambiente, mas também fortalece as economias locais e a segurança alimentar.

O Sítio de Avohai é outro exemplo notável de desenvolvimento sustentável e práticas agroecológicas. O local continuou a evoluir, desde que foi convertido em terreno residencial em 2004 e a agricultura de subsistência começou em 2007. Com o apoio técnico da UPD²¹ San Roque, por meio da orientação de seus pesquisadores Dr. Issáo Ichimura²² e Sebastian Wilson Tivelli²³, transformou este local em um centro de aprendizagem em agroecologia. No sítio há cursos de compostagem, orgânicos, técnicas de fertilização, horticultura, cultivo de morangos orgânicos e destilação de óleos essenciais.

A ampliação da área de produção em 2020 e a participação na Feira de Agroecologia de São Roque atestam o compromisso da localidade com a agroecologia. Formar grupos de produtores agroecológicos para compartilhar experiências e soluções é uma iniciativa que reforça a importância da comunidade e da colaboração.

Atualmente, o sítio Avohai distingue-se pela diversidade da sua produção, incluindo ervas aromáticas, horticultura, banana, açafrão e morangos de canteiro. A investigação em curso sobre o cultivo do morango e a gestão agroecológica de pragas e doenças desde 2021 demonstram um compromisso contínuo com a inovação e a sustentabilidade. A terceira colheita de morango ocorre em 2023: um feito impressionante, com 1.500 mudas de morango produzindo, em média, 4 kg de

²⁰ AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

²¹ UPD San Roque – Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento São Roque – tem como missão gerar e transferir conhecimento tecnológico para o agronegócio, visando desenvolvimento socioeconômico e o equilíbrio do meio ambiente.

²² Issáo Ichimura Eng. Agr., Dr., PqC da Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento em Agricultura Ecológica /APTA issao@apta.sp.gov.br.

²³ Sebastião Wilson Tivelli Eng. Agr., PhD., PqC da Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento em Agricultura Ecológica /APTA tivelli@apta.sp.gov.br.

fruta por dia. Essa fazenda atende não só o mercado local, mas também abastece o Instituto Baru²⁴, atividade agroecológica no bairro do Butantã, em São Paulo. Isso mostra o potencial da agroecologia para construir sistemas alimentares locais resilientes e promover a segurança alimentar.

4 CONFLUÊNCIAS, PONTOS EM COMUM E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Ao abordar as quatro economias, percebe-se que existem pontos convergentes entre elas e, sem sombra de dúvida, uma das convergências que podemos destacar é a proposta que trazem de transformação do status econômico/social vigente. Cada uma carrega, em seus ideais, a insatisfação sobre como o Estado e a sociedade lidam com os desequilíbrios aviltantes que existem em nosso planeta. Essas economias destoam da economia neoliberal, trazendo proposições contrárias às defendidas pelos grupos dominantes.

Para além da reprodução da vida, dentro das questões da produção, tem sistema produtivo em que essas economias fazem incidência ao abranger a produção, distribuição, financiamento e consumo.

[...] Es donde se han desarrollado y han hecho aportaciones importantes movimientos fuertemente apoyados en la praxis; como el propio decrecimiento, pero sobre todo la economía social y solidaria y las versiones urbanas de gestión de los comunes, así como experiencias más sectoriales como la agroecología. [...] gran cantidad de emprendimientos e iniciativas prácticas de resolución de necesidades, creadoras de espacios que apuntan a una autoorganización (más allá del autoempleo) y capaces de articular mercados sociales, en clave de solidaridad: grupos y cooperativas de consumo, redes de intercambio y monedas sociales, redes de producción colaborativa de bienes digitales, grupos de crianza y escuelas autogestionadas, un nuevo cooperativismo enfocado en la transformación social, plataformas cooperativas de provisión de electricidad verde, nuevos comunes urbanos en forma de huertos y centros sociales, etc. (COLLADO et al, 2017, p.25)

²⁴ O Instituto Baru é uma associação de trabalhadores que praticam o cooperativismo e a economia solidária. Nossa missão é articular redes de cooperação e fomentar cadeias curtas de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos advindos da agricultura familiar, de cooperativas, de comunidades tradicionais e da reforma agrária. Apoiamos produtores no escoamento de seus produtos, atrelando valores de responsabilidade socioambientais da produção e prezando por relações de trabalho saudáveis e trocas comerciais justas. Oferecemos, dessa forma, maior acesso da população urbana a produtos orgânicos e agroecológicos, que são ofertados no instituto pelo preço estabelecido pelo produtor. O Baru é ainda um espaço de debate e formação em consumo responsável e soberania alimentar. Fonte: (20+) Instituto Baru | Facebook

Reitera-se que alguns economistas veem a economia como cíclica. Dessa forma, também podem apontar as economias transformadoras para um ciclo que clama por mais equilíbrio e justiça social e que assim haja mais participação social. A busca de novos paradigmas, que possam propiciar uma economia mais próxima daqueles que a fazem, induz os organizadores e a associações a organizarem projetos de economias transformadoras; o que se tem em meta é a comunidade e a proximidade. A proposta são atividades e responsabilidades coletivas. “Son narrativas que no asfixian la emergencia ni la diversidad de propuestas, grandes gafas sociales o marcos maestro que incentivan por igual la crítica del mundo roto y la construcción de transiciones humanas.” (COLLADO et al, 2017, p.33)

O autor ainda reforça que a vontade política, a capacidade de recriar laços sociais, a consciência do autocuidado, o zelo com os territórios e com pressões ambientais e energéticas decidirão em que medida estamos envolvidos com o comum global, que permeia a sustentabilidade de nossas vidas. Observa-se que, quando o ser humano é colocado como o centro, para que ele sobreviva por mais tempo, é necessária a preocupação com a sustentabilidade ambiental. Para que esta ocorra é mister que haja cooperação e solidariedade, onde o individual não conseguirá sozinho. É o coletivo que vai garantir que haja a sustentabilidade.

4.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA AGROECOLÓGICA

Comparando a Economia Solidária e a Economia Agroecológica pode-se apontar alguns aspectos:

- Metas: Da Economia Solidária: o objetivo é promover a inclusão social e a justiça econômica através da prática da cooperação e do autogoverno, a Economia Agroecológica: o objetivo está na produção sustentável de alimentos que irá respeita os ciclos naturais e promover a biodiversidade;
- Princípios: a Economia Solidária é baseada nos valores da cooperação, solidariedade e justiça e a Economia Agroecológica, baseada na ecologia, sustentabilidade e resiliência dos sistemas agrícolas.
- Métodos: a Economia Solidária utiliza estruturas como cooperativas, clubes e redes de intercâmbio. enquanto a Economia Agroecológica utiliza técnicas como agricultura orgânica, permacultura e sistemas agroflorestais.

- Impactos social e ambiental: a Economia Solidária visa fortalecer as comunidades locais e gerar empregos e renda de forma mais justa e equitativa, além de promover práticas sustentáveis. Foca também nos aspectos sociais e econômicos. A Economia Agroecológica vai Contribuir para que ocorra a segurança alimentar, melhore a saúde pública e ainda, que a preservação do conhecimento tradicional, tendo impacto direto na proteção ambiental, uso sustentável de recursos e mitigação das mudanças climáticas.

Ambas as abordagens complementam-se e são essenciais para o desenvolvimento sustentável. Enquanto a Economia Solidária reconstrói as relações econômicas e sociais, a Economia Agroecológica reconstrói as relações entre a agricultura e o ambiente. Juntas, elas formam um modelo robusto para enfrentar os atuais desafios socioecológicos.

4.2 A ECONOMIA DOS COMUNS E A ECONOMIA FEMINISTA

A Economia dos Comuns e a Economia Feminista são duas abordagens diferentes que oferecem perspectivas distintas sobre a organização e gestão dos recursos econômicos.

A Economia dos Comuns centra-se na gestão coletiva de recursos partilhados e as comunidades desempenham um papel central na conservação e gestão desses recursos. Isso desafia a ideia da “tragédia dos comuns”, que sugere que os indivíduos que agem no interesse próprio, esgotam os recursos comuns. Em contraste, a investigação mostra que as comunidades podem criar e muitas vezes propor soluções eficazes para a gestão dos bens comuns a fim de evitar a sobreexploração.

A Economia Feminista, por outro lado, é uma abordagem crítica que analisa a economia a partir de uma perspectiva de gênero. Questiona a estrutura social das economias tradicionais e revela como os papéis sociais, historicamente construídos, levam a um tratamento econômico diferente entre homens e mulheres. A Economia Feminista expande o âmbito da investigação econômica para incluir não só o trabalho produtivo, mas também o trabalho reprodutivo. Reconhece as contribuições das mulheres na esfera doméstica e no mercado de trabalho.

Collado et al (2017) irá pontuar sobre a visão crítica do poder e as experiências práticas como uma convergência de ideais dos Comuns com a

Economia Feminista. Pode-se aqui acrescentar essa visão crítica também à Economia Solidária e à agroecologia. Todos com a centralidade nas pessoas e não nos ganhos monetários, buscando o exercício da democracia dentre outros princípios.

4.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA FEMINISTA

A Economia Solidária e a Economia Feminista têm intersecções e diferenças significativas. Ambas promovem a transformação econômica e social, mas com objetivos diferentes. Ambas promovem o empoderamento econômico, especialmente para o grupo desfavorecido. Estão comprometidas com a sustentabilidade, que respeita o meio ambiente e as pessoas. Valorizam a cooperação e a governança democrática, em oposição à competição tradicional de mercado.

A Economia Feminista tem sua centralidade na luta contra o patriarcado: questionando, desafiando e propondo transformações que influenciam a economia e a sociedade, ela centra-se especificamente nas questões de gênero. A Economia Solidária é mais ampla, compreendendo várias formas de organização econômica coletiva, enquanto a Economia Feminista concentra-se mais nas experiências e na libertação das mulheres. Nas questões concernentes à teoria e prática: A Economia Feminista tem raízes profundas em teorias críticas que desafiam os pressupostos econômicos tradicionais, enquanto a Economia Solidária favorece a prática de organização econômica alternativa.

Essas abordagens não são mutuamente excludentes e podem complementar-se. A Economia Solidária pode se beneficiar de análises críticas da Economia Feminista, enquanto esta pode encontrar modelos práticos de organização econômica dentro daquela que sejam consistentes com os seus princípios.

Sarriegi e Ruiz (2017) falam desta centralidade nas relações humanas, tendo as pessoas e suas condições de vida no centro da equidade, da importância do trabalho, cooperação para além de resultados econômicos, do comprometimento com o meio social e a sustentabilidade ambiental. Eles ainda falam sobre a oposição às práticas econômicas vigentes e a economia vinculada à ética e a justiça social, mostrando as convergências da Economia Feminista com a Economia Solidária,

Tanto la Economía Feminista como la Economía Solidaria reivindican poner en el centro a las personas, a las relaciones humanas, a la satisfacción de las necesidades básicas [...] la Economía Solidaria y la Economía Feminista comparten la defensa de unas relaciones económicas basadas en la ecodependencia, en la interdependencia, en la reciprocidad, en el impulso de la democracia y de la transparencia, siempre teniendo la equidad entre las personas como principal eje rector de su actuación. (SARRIEGI e RUIZ, 2017, p.80)

4.4 A ECONOMIA FEMINISTA E A ECONOMIA AGROECOLÓGICA

A Economia Feminista e a Economia Agroecológica revelam duas abordagens distintas que se concentram em diferentes aspectos da sustentabilidade e da equidade.

Na Economia Feminista, assim como mencionado anteriormente, a lente que será usada é a de gênero na busca por valorização, inclusão e igualdade, não só na produção, mas também na reprodução.

Na Economia Agroecológica, por outro lado, há uma abordagem à agricultura que integra princípios ecológicos para alcançar a sustentabilidade social, econômica e ambiental. Promove práticas agrícolas que respeitam os ciclos naturais, apoiam a biodiversidade e reduzem a dependência de produtos químicos externos e de insumos energéticos. A agricultura ecológica visa produzir alimentos saudáveis, garantindo a segurança alimentar e a resiliência dos sistemas agrícolas, dando especial prioridade à agricultura familiar e aos agricultores.

Ambas as abordagens partilham o mesmo objetivo de criar sistemas mais justos e sustentáveis. A Economia Feminista pode alinhar-se com a Economia Agroecológica na medida em que ambas valorizam o trabalho, muitas vezes invisível, e procuram a equidade nos seus respectivos campos. Além disso, esta pode se beneficiar dos princípios econômicos feministas, reconhecendo e valorizando o papel das mulheres na agricultura e na gestão dos recursos naturais.

Em suma, enquanto a Economia Feminista centra-se na igualdade de gênero na esfera econômica, a Economia Agroecológica centra-se na sustentabilidade ambiental na produção de alimentos. Estes dois fatores são importantes para o desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa e sustentável.

4.5 A ECONOMIA DOS COMUNS E A ECONOMIA AGROECOLÓGICA

A Economia dos Comuns e a Economia Agroecológica são conceitos relacionados que possuem alguns pontos em comum, principalmente quando se fala em sustentabilidade e gestão coletiva de recursos. No entanto, esses conceitos operam em campos diferentes e perseguem objetivos diferentes. Segue uma comparação simplificada.

A Economia dos Comuns envolve a administração conjunta de recursos comuns, os quais qualquer cidadão da comunidade pode acessar. É, em essência, uma ideia de que certos recursos, como o ar, a água e os espaços públicos, devem ser mantidos sob o controle do público e não vendidos e nem ser de propriedade privada. Para garantir a colaboração e a sustentabilidade, deve evitar-se a utilização excessiva de recursos.

A Agroecologia, integrada à natureza, é uma abordagem que utiliza princípios ecológicos e sociais para a agricultura no desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis. Valoriza a diversidade biológica, a preservação do solo e da água, bem como o conhecimento local. Tem forte componente social, apoia a agricultura familiar e garante o direito à alimentação.

4.6 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A ECONOMIA DOS COMUNS

A Economia Solidária e a Economia dos Comuns são duas abordagens que procuram alternativas ao modelo econômico capitalista tradicional, mas cada uma tem o seu foco e características próprias.

A Economia Solidária: baseada na cooperação e na gestão democrática, as decisões são tomadas em conjunto pelos associados. O foco está em práticas econômicas justas e sustentáveis, tais como cooperativas de produção, bancos comunitários e redes de bolsas de valores. Visa à integração social e a distribuição justa de renda e de recursos; enfatiza a autonomia e a solidariedade como meio de alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

A Economia dos Comuns: centra-se na gestão e conservação de recursos comuns como água, terra e conhecimento, que são partilhados e acessíveis a todos. Questiona a ideia de propriedade privada e promove o uso coletivo e sustentável dos recursos. Trabalha no sentido de promover a cooperação comunitária e a

responsabilidade partilhada pela preservação dos bens comuns, podendo ser aplicada não só à economia, mas também a vários domínios, como a cultura e o ambiente.

Ambas as abordagens enfatizam a sustentabilidade, a justiça e a cooperação, mas enquanto a Economia Solidária concentra-se na organização do trabalho e da produção econômica, a Economia dos Comuns é amplamente definida e inclui a gestão conjunta de recursos.

4.7 PONTOS EM COMUM E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Mesmo com pontos em comum a ressaltar, é válido trazer à narrativa o que mais se destaca em cada uma das propostas:

- A Economia Solidária prima pelo associativismo e cooperativismo;
- A Economia Feminista defende a mulher no contexto socioeconômico;
- A Economia Agroecológica trará grande incidência nos cuidados com o meio ambiente e alimentação saudável;
- A Economia dos Comuns incidirá sobretudo em uma nova governança por meio daqueles lidam diretamente com tal bem (a comunidade ou grupo) e a preservação destes bens.

Si nos miramos, una a una, estas distintas economías sociales transformadoras, apreciamos matices en su relato. Vemos cómo tienen distintas referencias ideológicas con las que hibridan su propio discurso. Así, en los grupos de crianza y en las iniciativas de facilitación y gestión de grupos, vemos cómo sobresale el relato de la economía feminista y los cuidados; en las cooperativas de consumo y los emprendimientos agroecológicos, el de la soberanía alimentaria; en las cooperativas de electricidad verde, la soberanía energética; en el cooperativismo de trabajo y el asociacionismo urbano, el de la economía social y solidaria; en los centros sociales y los huertos urbanos autogestionados, el de los bienes comunes. [...] A nuestro entender, cada microexperiencia aporta su pincelada en la construcción de un todo común, que es difícil de nombrar por la existencia de tantas corrientes de pensamiento. La convivencia de tantas propuestas de economía transformadora plantea, entonces, un reto en cuanto a la definición de un perímetro identitario, para establecer un mínimo marco para entender qué es y qué no es transformador. (COLLADO et al, 2017, p.25-26)

Cada uma destas economias quer apresentar um novo formato para gestar e trazer resultados mais satisfatórios para o bem viver. A preocupação que passa por

todas elas é a mudança do seu real sentido, que as fez surgir, pela fragilidade dos laços nas comunidades e a hierarquização de poder.

Puesto que todas estas economías quieren dar un papel diferente a las personas en la economía, de qué manera se relacionan con el poder nos indica en qué medida son transformadoras o no, puesto que en clave de empoderamiento o fortalecimiento de las capacidades personales y colectivas sería necesario que se basaran en desplegar el poder para y el poder con (además de fomentar el poder desde dentro). (COLLADO et al, 2017, p.41)

A construção destes novos modelos econômicos requer um protagonismo cada vez maior da comunidade envolvida e o sentimento de pertencimento cria condições de convívio mais favoráveis para a validação destas proposições. Ressalta-se que somente isso não garante que tais economias sejam implantadas e implementadas. Entretanto, é indispensável para estas economias, que valoram o saber de cada um, sejam experienciada com boas perspectivas.

As semelhanças entre a Economia Solidária, a Economia Comum, a Economia Feminista e a Economia Agroecológica refletem um desejo partilhado de reestruturar as relações econômicas para promover a sustentabilidade, a equidade e a justiça social. Aqui estão alguns princípios e objetivos comuns dessas abordagens:

1. Sustentabilidade: Todas estas economias procuram práticas sustentáveis em longo prazo, tanto do ponto de vista ambiental da gestão como do equilíbrio da sociedade.

2. Cooperação e gestão democrática: Enfatizaram a importância da cooperação e da gestão democrática, em contraste com a competição e a hierarquia das economias tradicionais.

3. Valorização do trabalho invisível: Reconhecer e valorizar o trabalho não remunerado e muitas vezes invisível, como cuidar e manter a vida quotidiana. Está no cerne do feminismo econômico e também está relacionado com a economia do cuidado;

4. Justiça social e inclusão: Comprometidos com a justiça e inclusão social, procurando reduzir a desigualdade e promover o acesso equitativo a recursos e oportunidades;

5. Respeito ao meio ambiente: Todos promovem o respeito ao meio ambiente e o uso responsável dos recursos naturais, princípio fundamental da Economia Agroecológica;

6. Economia baseada na reciprocidade: A cooperação e a Economia Solidária, em particular, baseiam-se na reciprocidade e no apoio mútuo, em vez da maximização do lucro individual.

7. Foco comunitário: A ênfase é colocada fortemente na comunidade e na criação de redes de apoio e cooperação entre diferentes atores sociais.

8. Reconhecer a diversidade e a multidimensionalidade: Estas economias reconhecem a diversidade e a multidimensionalidade da experiência humana, incluindo as intersecções de gênero, classe e raça.

Essas semelhanças refletem uma abordagem holística e integrada da economia que procura não só o bem estar econômico, mas também o bem estar social e ambiental das comunidades e dos indivíduos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação a análise comparativa das quatro economias transformadoras: a Economia Solidária, a Economia dos Comuns, a Economia Feminista e a Economia Agroecológica. Foram expostas suas origens, principais características, pontos em comum e convergências existentes entre elas. Baseado nesse objetivo, discorre-se o texto, primeiramente, com uma parte conceitual sobre a economia, o desenvolvimento e, posteriormente, sobre o que é economia transformadora e as descrições conforme o objetivo. Para além, descreveram-se alguns exemplos destas economias que já acontecem no nosso meio.

Pode-se pensar no social separado da economia e vice-versa, mas é exatamente esse olhar separado que torna, cada vez mais, necessária uma revisão de como se deve analisar o que acontece na sociedade. São trazidos os diversos saberes para, ao juntá-los ter com exatidão o retrato da nossa realidade. Santos (2019, p.19) fala sobre estas divisões que acontecem por áreas sociológicas, econômicas, filosóficas e sociais. Desta maneira é fundamental entender que não há como dissociá-las e, parafraseando Santos, a construção de novas propostas exige também novos paradigmas. Isso só será possível ao romper a separação que existe entre as várias áreas do conhecimento, reconhecendo a realidade em sua totalidade.

Ressalta-se a importância da distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, que é um dos principais fatores de diferenciação entre economia capitalista e as economias transformadoras. A economia capitalista, na qual vivemos, expandida pelos governos neoliberais por todo o mundo, é uma economia que visa sobretudo ao lucro, a individualidade e o acúmulo cada vez maior de capital financeiro. Já a economia transformadora visa ao desenvolvimento, que é relacionado ao bem viver, à qualidade de vida tendo como centro, não o lucro, o capital financeiro e sim as pessoas.

Essas pessoas são o que impulsiona as economias transformadoras para se ter qualidade de vida ou o bem viver. É vital o cuidado com as pessoas e com o meio onde elas vivem. Essa valorização para preservar a vida não só das pessoas, mas de todos os seres vivos é princípio de todas essas economias pontuadas anteriormente.

Quando se reflete sobre o desenvolvimento como um processo, que não se trata apenas do econômico, é relevante considerar a capacidade das pessoas que contribuem não só para as questões financeiras mas também para o viver bem, individual e coletivo, que abrange o desenvolvimento humano e social. Assim como as economias transformadoras, o Serviço Social também vê a relevância da capacidade de cada pessoa e considera que cada uma deve ter a oportunidade de desenvolver habilidades e talentos, bem como compartilhar vivências e saberes. Tais levam-na a ter acesso à educação, à saúde além da possibilidade de escolher seu próprio caminho.

O desenvolvimento de habilidades e talentos é crucial para que haja mudança social. Pessoas capacitadas são agentes de mudança, capazes de promover justiça social, influenciar políticas e impulsionar inovações para o benefício da comunidade. A influência das pessoas para a mudança social promove a reflexão sobre o ser social, busca o entendimento integral das capacidades de cada um, considerando relevantes a liberdade e o Bem Viver. Já a produção e reprodução econômica vislumbra apenas o crescimento econômico, desprovido da qualidade de vida.

Quando o foco torna-se o desenvolvimento, o ser humano não é apenas mão de obra, mas pessoa que faz parte de uma comunidade. Essa comunidade, por sua vez, precisa de atores que vão se comunicando, trocas vão acontecendo e novas estratégias vão surgindo. Realizar confluências entre as pessoas é o ponto de partida para desconstruir crenças limitantes e construir novas histórias.

A Economia Solidária é transformadora por propor uma nova forma de conceber política econômica, buscando as formas associativas de cooperativas formais ou informais. Como meio de desenvolver a comunidade e seu entorno, a Economia Solidária não pensa só nas pessoas que trabalham diretamente nos empreendimentos, mas sim em toda a comunidade e na forma em que ela possa, cada vez mais, ampliar seu jeito de viver e conviver.

Podemos ainda concluir que a Economia dos Comuns busca sobretudo a preservação dos bens comuns, sob a forma de gestão comunitária. Gestão essa, que não seja governamental ou institucional ou mesmo privada.

Economia Agroecológica vem para defender uma agricultura pensada em causar menor impacto sobre as áreas nas quais atua. Busca também a preservação

do meio ambiente como um todo e uma agricultura mais saudável, menos invasiva e que se preocupa com a segurança e a soberania alimentar.

A Economia Feminista, por sua vez, combate a invisibilidade do trabalho da mulher e também busca a equidade de gêneros, pois historicamente, ao considerar os papéis sociais, há um tratamento diferente entre homem e mulher. Ela se contrapõe ao capitalismo, pois o considera patriarcal. Questiona a divisão sexual do trabalho e propõe que as atividades de reprodução (trabalho doméstico) recebam o mesmo tratamento das atividades de produção, pois sem elas, o mercado de trabalho não funcionaria.

As economias transformadoras já acontecem em vários lugares mundo afora. Todavia, a mudança dos paradigmas e de crenças que nos foram interiorizadas por toda a vida não é uma tarefa simples. Modelos de desenvolvimento vão surgindo e desaparecendo com o passar do tempo. Em sua grande maioria, sempre pensando no crescimento econômico sem vislumbrar, de fato, o desenvolvimento.

No nosso cotidiano, percebemos que estas economias transformadoras entrelaçam-se em vários momentos. O que verdadeiramente é importante é poder utilizar dessas novas formas de pensar a economia, como um meio de trazer transformação e desenvolvimento para os territórios.

As questões sociais, vivenciadas pelo público atendido pelo Serviço Social, desencadeiam a vulnerabilidade que, quase sempre estão relacionadas à ausência do mínimo para se viver. O que vai garantir esse mínimo é o resultado econômico que cada indivíduo vai subtrair de suas atividades laborais, sejam elas formais ou informais.

Podem-se citar várias situações que levam à vulnerabilidade: o desemprego, o subemprego, a falta de infraestrutura para atender crianças e adolescentes em período integral ou parcial nas instituições de ensino; as filas para aguardar atendimento especializado, na área médica ou para alguma cirurgia, filas para aguardar avaliação em perícias no Instituto Nacional de Previdência Social – INSS; impossibilidade de poder trabalhar, pela necessidade da presença em tempo integral no lar para cuidar de alguém que está doente ou, a própria pessoa estar doente e não conseguir trabalhar. Várias questões surgem e acabam colocando estas pessoas como usuárias do Serviço Social. Essas histórias se repetem dia após dia.

O mundo atual tem se desenvolvido de diversas formas: novas tecnologias, novos produtos lançados a cada momento, novas formas de trabalho assim como novas profissões. Como nasce o novo, alguns padrões e modos de viver também começam a desaparecer. Com isso, muitas pessoas descobrem-se desempregadas, desorientadas, sem uma direção, pois aquilo que faziam, ou que sabiam fazer já não tem valor nesse “novo mundo”. Fica o sentimento de que já não faz parte e uma nova crença limitante surge a de não fazer diferença. Uma nova forma de enxergar as possibilidades é a proposta das economias transformadoras.

Existe uma forte correlação entre os Princípios do Código de Ética dos assistentes sociais e as características das economias transformadoras, talvez porque ambos têm, em sua base, o ser humano como foco principal. Abaixo foi realizada uma correlação dos Princípios Fundamentais do Código de Ética dos Assistentes Sociais, com as características das economias transformadoras:

Tabela 4 - Correlação do Código de Ética e as Economias transformadoras

(continua)

Princípios do Código de Ética	Características das Economias Transformadoras
Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;	Tem como primícia a emancipação e autogestão;
Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;	Não é o eu e sim o nós;
Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;	É fator importante o desenvolvimento do ser pensante e politizado;
Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;	Democracia é um dos pilares destas economias, onde as decisões são coletivas;
Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;	Todos têm o mesmo direito;
Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;	Tem como bandeira a luta contra a discriminação e preconceito;
Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;	Para se construir, manter ou ampliar uma nova possibilidade é necessário valorizar todos os saberes;
Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;	Defende que uma nova ordem é possível e já acontece;

Tabela 4 - Correlação do Código de Ética e as Economias transformadoras
(conclusão)

Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;	Busca articulação de várias áreas de conhecimento e de diversos atores para construção de uma economia para todos;
Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.	Visa a inclusão sem discriminação, tendo como principais participantes destas economias pessoas até então marginalizadas.

Fonte: elaborada pela autora

Fonte dos dados: DE SERVIÇO SOCIAL, Conselho Federal (2006)

CATTANI, Antonio David et al. (2009)

O Código de Ética e as economias transformadoras têm muitos pontos em comum, pois o principal para ambas é o ser humano e sua qualidade de vida, intervindo na busca de inclusão, protagonismo, garantia de igualdade e democracia.

As economias transformadoras, bem como o Serviço Social trabalham a inclusão daqueles que, de certa forma, estão à margem. Seja por gênero, etnia, experiência profissional, deficiência ou doença, por idade, se tem filhos ou até por estado civil. Tanto o Serviço Social quanto as economias transformadoras têm essa visão: é primordial que haja inclusão. Mas, como essa inclusão pode se dar? Como fazer para que isso aconteça? Assim, entra a perspectiva de trazer qual tipo de evolução é desejada: o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental como o viés a ser trabalhado para propiciar o “Bem Viver”.

Não é um desenvolvimento pensando no crescimento econômico, mas pensado no bem viver das pessoas que estão, direta ou indiretamente, envolvidas. Que pertençam àquele território, pessoas que têm o que dizer, compartilhar e ensinar, mas que, muitas vezes, precisam ser fortalecidas para protagonizar suas histórias. É importante trabalhar o empoderamento desse grupo ou coletivo.

Se olhar pela perspectiva do pertencimento, só após esse sentimento por parte daqueles que estão envolvidos, é que, verdadeiramente, irão se comprometer com a transformação. Essa transformação precisa ser internalizada e posteriormente, ser vista ou apreciada por outros que também poderão fazer parte da construção de uma nova forma de envolvimento com as questões econômicas. A transformação acontece, primeiro, dentro de cada um para gerar o comprometimento.

O grau transformador de novas propostas de políticas econômicas é o que também vai distinguir o que realmente é transformador ou o que, simplesmente, é uma nova proposta para complementar o que já se vivencia. Para além dessas propostas, é preponderante que não sejam apenas propostas e sim pautas dentro dos governos para minimizar as mazelas existentes em nossa sociedade.

Assim como há indivíduos influenciados por sua história de vida, com valores fortemente internalizados, existem percepções diferentes sobre uma realidade comum. Esses múltiplos pontos de vista podem trazer boas respostas, mas também podem converter-se em conflitos, quando tais percepções entram em choque. Para que essa diversidade de pontos de vista não se torne conflitos insolúveis e prejudiquem o desenvolvimento, é necessário estabelecer mecanismos conciliatórios. Esses mecanismos são fundamentais para que se construa uma agenda comum a todos, orientando as decisões políticas futuras. A participação de diferentes grupos para discutir, negociar e chegar a consensos sobre quais questões devem ser priorizadas e como devem ser abordadas está relacionada ao trabalho que se faz dentro dos coletivos fomentados pelo Serviço Social e também por aqueles que trabalham com as economias transformadoras.

Para que as economias transformadoras sejam pautadas é importante que haja movimentação neste sentido. Constituições e leis são reflexos das escolhas realizadas para direcionar as agendas políticas. É indispensável a inserção desse tema que tão somente busca o desenvolvimento dos territórios.

Esse desenvolvimento não pode ser visto de forma desvinculada da economia como acontece atualmente na economia capitalista. É importante desenvolver práticas, projetos e programas que possam realmente visar ao desenvolvimento do território ou comunidade como um todo e não parcialmente. E, se possível, ter marcos legais que possam garantir a perenidade destas propostas como políticas públicas e não somente uma política de governo, que estará na agenda enquanto tal governo estiver no poder.

A Assistência Social, a Saúde, a Educação e a Habitação não têm a atribuição de tratar diretamente desta temática. Entretanto, as economias transformadoras podem contribuir muito para que estas políticas se desenvolvam, pois existe uma transversalidade entre as economias transformadoras com as demais políticas. Para atingir os direitos mínimos que preconizam a Constituição do

Brasil, as políticas públicas devem considerar o ser humano como um todo e não de forma fracionada.

O assunto sobre economias transformadoras não se finda com este trabalho. Há de se aprofundar nas diversas teorias para além dos objetivos aqui definidos e de se ter uma análise sobre os desafios em que cada uma delas encontra. Mas, neste momento, a proposta deste compilado de informações é dizer que esses modelos de novas economias têm importância dentro do Serviço Social. Pois as atividades referentes à profissão, buscam o desenvolvimento daqueles atendidos de forma integral. Trabalhar os coletivos, respeitando saberes que são próprios destes. Incentivar potencialidades e habilidades, reconhecer as possibilidades e construir, junto com estes, novas perspectivas e caminhos para um desenvolvimento saudável, respeitando as individualidades e fortalecendo a coletividade.

REFERÊNCIAS

- Agroecologia: um caminho para a agricultura familiar sustentável.** FAO. Disponível em: <https://www.fao.org/3/a-i3329p.pdf>. Acesso em: 09 de abr. de 2023.
- BARROS, Aline de Camargo. **Você sabe o que é Economia Laranja.** Via UFSC. 11 de out. de 2021. Disponível em: *Você sabe o que é Economia Laranja? - VIA - Estação Conhecimento (ufsc.br)* – Acesso em 26 de jun. de 2023.
- BARROS, Vanessa Andrade de; OLIVEIRA, Fabiana Goulart de. **Cooperação e solidariedade em empreendimentos de Economia Solidária**, Laboreal [Online], Volume 15 N°1 | 2019, posto online no dia 01 julho 2019, consultado no 10 de dezembro de 2020. URL: <http://journals.openedition.org/laboreal/986>; Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.4000/laboreal.986>
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BENGOA, Cristina Carrasco. **A Economia Feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução.** *Temáticas*, v. 26, n. 52, p. 31-68, 2018.
- BENGOA, Cristina Carrasco; CORRAL, Carme Díaz. **Presentación.** In: BENGOA, Cristina Carrasco; CORRAL, Carme Díaz (Ed). *Economía feminista: desafíos, propuestas, alianzas*, p.13-20, 2017.
- CANABARRO, Camila. **Economia colaborativa.** *Ecommerce na Prática*. 24 de out. de 2022. Disponível em: <https://ecommercenapratica.com/blog/economia-colaborativa/> - Acesso em 07 de abr. de 2024.
- CATTANI, Antonio David et al. **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra: Almedina, 2009.
- COELHO, Lina. **Economia Feminista.** In: CATTANI, Antonio David et al. (Org.) *Dicionário Internacional da outra economia.* Coimbra: Almedina, p. 128-133, 2009.
- COLLADO, Ángel Calle; PADILLA, Rubén Suriñach; PIÑEIRO, Conchi. **Comunes y economías para la sostenibilidad de la vida.** *Rebeldías en común*, v. 15, 2017.
- CORIOLOANO, Luzia Neide. **Lazer e turismo para o desenvolvimento na escala humana.** *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, v. 1, n. 2, p. 126-141| 142-154, 2013.
- COTRIM, Décio Souza; FERNANDES, Lúcio André de Oliveira; SILVA, Fernanda Dias dos Santos da. **A transição agroecológica em grupos rurais de Economia Solidária através da extensão rural universitária.** *Expressa Extensão*, v. 23, n. 1, p. 29-49, 2018.
- CUEVAS. Gema Sánchez. **Decrescimento: solução para o mundo atual.** *amenteemaravilhosa*. 02 de jun. de 2020. Disponível em:

<https://amenteemaravilhosa.com.br/decrescimento-solucao-para-o-mundo-atual/> - Acesso em 27/03/2024

DE SERVIÇO SOCIAL, Conselho Federal. **Código de ética do assistente social: Lei 8662/93 de regulamentação da profissão**. CFESS, 2006.

DIAS, Nilson. **Agronegócio X Agroecologia**. Pindorama. 21 de abr. de 2021. Disponível em: <https://pindorama.org.br/agroecologia/agronegocio-x-agroecologia/> - Acesso em 27 de mar. de 2024.

DIETZ, Thomas; OSTROM, Elinor; STERN, Paul Charles. **The struggle to govern the commons**. science, v. 302, n. 5652, p. 1907-1912, 2003

DOURADO, Ivan Penteado. **Economia Solidária e antropologia econômica: etnografias da solidariedade brasileira**. [recurso eletrônico] - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016. 188 p. ISBN - 978-85-5696-020-7 Disponível em: <http://www.editorafi.org>

Economia Circular: definição, importância e benefícios. Parlamento Europeu. 24 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20151201STO05603/economia-circular-definicao-importancia-e-beneficios> – Acesso em 26 de jun. de 2023.

Economia Colaborativa, o que são elas e como elas funcionam. Sebrae. 26 de fev. de 2021. Disponível em: <https://www.sebraeatende.com.br/artigo/economia-colaborativa-o-que-sao-e-como-elas-funcionam> Acesso em 07 de abr. de 2024.

Economia da Dádiva. Wikipedia. [s.d.]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_de_oferta#cite_note-Cheal-1 - Acesso em 07 de abr. de 2024.

Economia de Comunhão. Wikipedia. [s.d.]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_de_comunh%C3%A3o - Acesso em 07 de abr. de 2024.

Economia de proximidade. Topview. 22 de jun. de 2020. Disponível em: <https://topview.com.br/estilo/economia-de-proximidade-e-solucao-em-tempos-de-pandemia/> - Acesso em 07 de abr. de 2024.

Encontro Nacional da Economia de Francisco e Clara. Puc Minas. 10 de nov. de 2021. Disponível em: 2º Encontro Nacional da Economia de Francisco e Clara (pucminas.br) – Acesso em 26 de jun. de 2023.

ESQUIVEL, Valeria. **Introducción: hacer economía feminista desde América Latina**. La economía feminista desde América Latina: una hoja de ruta sobre los debates actuales en la región. p. 24-41, 2012.

Estatística de Gênero, indicadores sociais das mulheres no Brasil. IBGE. [s.d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html> - Acesso em 30 de mar. de 2024.

Experiência Quintais Produtivos da Colônia. Agroecologia em Rede. 22 de fev. de 2021. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/experiencia/quintais-produtivos-da-colonia> - Acesso 27 de mar. de 2024.

Experiência do Sítio Avohai. Agroecologia em Rede. 02 de dez. de 2023. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/experiencia/sitio-avohai> - Acesso 27 de mar. de 2024.

EZQUERRA, Sandra; RIVERA, Marta; ÁLVAREZ, Isabel. **Diálogos entre la Economía Feminista y la Economía de los Comunes: la democratización de los cuidados.** Rebeldías en común, p. 69-90, 2017.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. **A epistemologia de Hugh Lacey em diálogo com a Economia Feminista: neutralidade, objetividade e pluralismo.** Revista Estudos Feministas, v. 16, p. 359-385, 2008.

FERNÁNDEZ, Francisco Xabier Aguiar; POSADA, Xoán Lombardero. **Educar para otra economía y una práctica política que rescate lo social.** Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación. ISSN: 2386-7418, 2017, Vol. Extr., No. 07 DOI: <https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.07.2539>.

Fórum Social Mundial de Economias Transformadoras. FSWET. [s.d.] Disponível em: Economias transformadoras | Fórum Social Mundial das Economias Transformadoras. Acesso em 15 de mar. de 2022.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional/** Genauto Carvalho de França Filho e Jean-Louis Laville. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luíz Inácio. **À Economia Solidária e o espaço público: algumas observações sobre o papel dos agentes mediadores.** In: Ação pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional/ organizado por Genauto Carvalho de França Filho, Jean-Louis Laville, Alzira Medeiros de Jean-Philippe Magnen. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GARCIA, Cecília. **O Bem Viver: alternativas indígenas para se pensar a vida em comunidade.** Educação e território. 26 de nov. de 2018. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/>. - Acesso em 30 de mar. de 2024.

GONÇALVES, Marlete Mota. **Economia Solidária: possibilidades e limites à concretização das cidades sustentáveis à luz dos direitos humanos.** Dissertação final do Curso de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ: Ijuí, 2017.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nívia Regina da. **Agroecologia** in Dicionário de agroecologia e educação / Alexandre Pessoa Dias... [et al]. – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular: Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. 816p.: tabs., il.

GUTIÉRREZ, Luis Alejandro Lasso et al. **Bioeconomia e sociobiodiversidade na perspectiva agroecológica para o bem viver**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 18, n. 1, p. 129-150, 2023.

KISHTAINY, Niall. **Uma breve história da economia**; tradução: Janaína Marcoantonio. – 1. ed. – Porto Alegre [RS]: L&PM, 2018. ISBN 978.85.254.3847-8.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil**. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, n. 21, p. 117-140, 2008.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno** / Serge Latouche; Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. **Economia Solidária**. In: CATTANI, Antonio David et al. (Org.) Dicionário Internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009. p. 162-168, 2009.

LASSO, Alejandro et al. **Bioeconomia e sociobiodiversidade na perspectiva agroecológica para o bem viver**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 18, n. 1, p. 129-150, 2023.

LIMA, Jacob Carlos; SOUZA, André Ricardo de. **Trabalho, solidariedade social e Economia Solidária**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 139-168, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000300006> pesquisado em SciELO - Brasil - Trabalho, solidariedade social e Economia Solidária Trabalho, solidariedade social e Economia Solidária.

LISBOA, Armando de Melo. **Economia Solidária e autogestão: imprecisões e limites**. RAE-Revista de Administração de Empresas, vol. 45, n. 3, 2005 Disponível em: <https://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-45-num-3-ano-2005-nid-46022/>)

MARÇAL, Katrine. **O lado invisível da economia: Uma visão feminista do capitalismo**. Alaúde, 2022.

MEADOWS, Donella Hager et al. **Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MORAIS, Luiz Paulo Rigueira de; XAVIER, Wesley Silva; PINHEIRO, Daniel Calbino. **Comunidade Noiva do Cordeiro: contribuições por meio de elementos de um sistema baseado em uma economia substantiva**. Cadernos EBAPE. BR, v. 18, p. 1040-1057, 2021.

NESPOLO, Nelsa Inês Fabian. **Desenvolvimento local costurado pela Justa Trama**. Alternativas Solidárias. [s.d.]. Disponível em: <https://alternativassolidarias.com.br/2017/10/03/o-desenvolvimento-local-costurado-pela-justa-trama/> - Acesso em 27 de mar. de 2024.

NOBRE, Miriam. **Interação entre a Economia Feminista e Economia Solidária nas experiências de grupos de mulheres.** Sempre Viva Organização Feminista, p. 1-11, 2014.

NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto Martins. **Princípios de economia.** Cengage Learning Edições Ltda., 2016.

O Case de Mondragón na Espanha. Cooperativismo de Crédito. 02 de abr. de 2016. Disponível em: O Case de Mondragón, na Espanha - Portal do Cooperativismo Financeiro (cooperativismodecredito.coop.br). Acesso em 30 de mar. de 2024.

O que é Economia Azul. ODS. 05 de ago. de 2022. Disponível em: <https://portalods.com.br/noticias/o-que-e-a-economia-azul/> – Acesso em 26 de jun. de 2023.

O que é Economia Verde. O Eco. 16 de mar. de 2015. Disponível em: <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/28986-o-que-e-a-economia-verde/> - Acesso em 26 de jun. de 2023.

OROZCO, Amaia Pérez. **¿ Espacios económicos de subversión feminista?** In: BENGOA, Cristina Carrasco; CORRAL, Carme Díaz (Ed). Economía feminista: desafíos, propuestas, alianzas. p. 29-58, 2017.

OSTROM, Elinor **A general framework for analyzing sustainability of social ecological systems.** Science. V. 325, p. 419-422, 2009.

_____. **Governing the commons: The evolution of institutions for collective action.** Cambridge university press, 1990.

OSTROM, Elinor et al. **Revisiting the commons: local lessons, global challenges.** science, v. 284, n. 5412, p. 278-282, 1999.

PAIVA, Camila Capacle. **As relíquias do lixão: mulheres catadoras e o engenhoso trabalho de cooperar e resistir.** 2017. Tese de Doutorado. [sn].

PAULA, Juarez de. **Desenvolvimento local: como fazer?** Brasília: SEBRAE, 2008.

RAWORTH, Kate. **Economia donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2019.

SAMPAIO, Carlos Cioce et al. **Ecosocioeconomias: análise de experiências ao oeste dos Estados Unidos da América.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 16, n. 3, 2020.

SANTOS, Aline Mendonça dos. **Sob o fio da navalha: relações Estado e sociedade a partir da ação política da Economia Solidária no Brasil.** Lutas Anticapital, 2019.

SANTOS, Maureen. **Agroecologia nas Nações Unidas** in Dicionário de agroecologia e educação / Alexandre Pessoa Dias... [et al]. – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular: Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. 816p.: tabs., il.

SARRIEGI, Mertxe Larrañaga; RUIZ, Yolanda Jubeto. **Contribuciones de la economía feminista a la construcción de una Economía solidaria** In: BENGEOA, Cristina Carrasco; CORRAL, Carme Díaz (Ed). Economía feminista: desafíos, propuestas, alianzas. p. 29-58, 2017.

SEPÚLVEDA, José Luis. **La agroecológica como instrumento de ecología política, economía ecológica y justicia medioambiental desde la perspectiva de Amartya Sen**. Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, n. 242, p. 711-744, 2017.

SILVA, Andressa Melina Becker. **Tecnologia e relacionamentos virtuais: evolução ou involução humana?** VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara (Org.). CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. Curitiba/PR. Centro Reichiano, 2013. [ISBN – 978-85-87691-23-1]. Acesso em: 18 de mar. de 2023. | www.centroreichiano.com.br .

SIMÕES, João; MACEDO, Marta; BABO, Pilar. **Elinor Ostrom: “Governar os Comuns”**. Faculdade de Economia da Universidade de Porto. Portugal, 2011.

SIMON, Vanêssa Pereira. **Economia Feminista, economia social e solidária, paradigma paraeconômico: repensando o paradigma hegemônico e a importância das mulheres**. Textos de Economia, v. 23, n. 1, p. 1-29, 2020.

SINGER, Paul. **Curso de Introdução à economia política**. Rio de Janeiro, 3ª edição, Forense-Universitária, 1972.

_____. **Desenvolvimento e crise**. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 3.ed. – São Paulo: Contexto, 1999. ISBN 85-7244-093-3.

_____. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em intro.eco.solidaria.org.br 5 ed.indd (fpabramo.org.br) visitado em 13/03/2022.

_____. **O que é economia**. Editora Contexto, 2002.

_____. Prefácio: GAIGER, Luiz Inácio Germany (coord). **A Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Editora Oikos Ltda, 2014.

_____. **Um olhar diferente sobre a Economia Solidária**. Prefácio In: FRANÇA, Genauto Carvalho França e; LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária: uma abordagem internacional. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Sobre Instituto Baru. INSTITUTOBARU. [s.d.]. Disponível em: https://www.facebook.com/institutobaru/about_details - Acesso em 17 de abr. de 2024.

Sobre o FIB. FIB 2030. [s.d.]. Disponível em: <https://www.fib2030.com.br/sobre-o-fib> – Acesso em 30 de mar. de 2024.

STROZAKE, Janaina. **A batalha entre dois modelos agrícolas: Agronegócio vs Agroecologia.** MST. 25 de jun. de 2015. Disponível em: A Batalha entre dois modelos agrícolas: agronegócio vs agroecologia - MST - Acesso em 27 de mar. de 2024

TEIXEIRA, Julio Cesar. **Economia colaborativa.** FIA. 27 de dez. de 2022. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/economia-colaborativa/#O%20%20Que%20%C3%89%20Economia%20Colaborativa,%20%20Compartilhada%20Ou%20em%20Rede?> - Acesso em 26 de jun. de 2023.

VON DER WEID, Jean Marc. **Um novo lugar para a agricultura.** Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

ANEXO A – tabela: Total e Proporção de mulheres Câmara dos Deputados

Tabela 4.a - Total e proporção de mulheres entre os candidatos para a Câmara dos Deputados, segundo cor ou raça, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - 2022

Cor ou raça, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Candidatos para a Câmara dos Deputados		
	Total de candidaturas	Total de mulheres	Proporção de mulheres (%)
Brasil	10 630	3 718	35,0
Amarela	44	17	38,6
Branca	5 329	1 734	32,5
Indígena	59	27	45,8
Parda	3 646	1 260	34,6
Preta	1 486	662	44,5
Norte	1 281	489	38,2
Rondônia	165	59	35,8
Acre	140	52	37,1
Amazonas	173	64	37,0
Roraima	165	66	40,0
Pará	323	127	39,3
Amapá	154	61	39,6
Tocantins	161	60	37,3
Nordeste	2 999	1 063	35,4
Maranhão	367	126	34,3
Piauí	177	74	41,8
Ceará	414	150	36,2
Rio Grande do Norte	187	72	38,5
Paraíba	251	89	35,5
Pernambuco	474	169	35,7
Alagoas	184	66	35,9
Sergipe	169	64	37,9
Bahia	776	253	32,6
Sudeste	3 927	1 298	33,1
Minas Gerais	1 103	368	33,4
Espírito Santo	201	78	38,8
Rio de Janeiro	1 083	351	32,4
São Paulo	1 540	501	32,5
Sul	1 492	519	34,8
Paraná	632	217	34,3
Santa Catarina	314	113	36,0
Rio Grande do Sul	546	189	34,6
Centro-Oeste	931	349	37,5
Mato Grosso do Sul	161	57	35,4
Mato Grosso	163	58	35,6
Goiás	391	150	38,4
Distrito Federal	216	84	38,9

Fonte: TSE. Portal de dados abertos do TSE. Disponível em <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Acessado em 10/12/2023.

Notas: Os resultados apresentados se referem apenas aos candidatos em eleições ordinárias.

Não estão incluídos na tabulação candidatos cujas informações constam como "Não divulgável" no site do TSE.

ANEXO B – PROPORÇÃO DE CADEIRAS OCUPADAS POR MULHERES NO EXERCÍCIO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Tabela 4.2 - Proporção de cadeiras ocupadas por mulheres em exercício na Câmara dos Deputados, segundo Unidades da Federação - Brasil - 2023

Unidades da Federação	Cadeiras ocupadas		
	Total de cadeiras	Total de mulheres	Proporção de mulheres (%)
Brasil	513	92	17,9
Norte			
Rondônia	8	2	25,0
Acre	8	3	37,5
Amazonas	8	-	-
Roraima	8	1	12,5
Pará	17	5	29,4
Amapá	8	3	37,5
Tocantins	8	-	-
Nordeste			
Maranhão	18	3	16,7
Piauí	10	-	-
Ceará	22	3	13,6
Rio Grande do Norte	8	1	12,5
Paraíba	12	-	-
Pernambuco	25	3	12,0
Alagoas	9	-	-
Sergipe	8	2	25,0
Bahia	39	5	12,8
Sudeste			
Minas Gerais	53	9	17,0
Espírito Santo	10	1	10,0
Rio de Janeiro	47	9	19,1
São Paulo	69	14	20,3
Sul			
Paraná	30	4	13,3
Santa Catarina	16	5	31,3
Rio Grande do Sul	31	7	22,6
Centro-Oeste			
Mato Grosso do Sul	8	1	12,5
Mato Grosso	8	3	37,5
Goiás	17	6	35,3
Distrito Federal	8	2	25,0

Fonte: Congresso Nacional. Parlamentares em exercício. Disponível em <http://www.congressonacional.leg.br/parlamentares/em-exercicio>. Acesso em 24/11/2023.